



EXTENSÃO RURAL

DEAER - CCR - UFSM, v.22, n.1, jan./mar. 2015.

NESTA EDIÇÃO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA:
UM ESTUDO SOBRE O PRONAF NOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO
DAS FRUTAS-SP**

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, Sonia M. Pessoa Pereira Bergamasco

**A PLURIATIVIDADE E SEU EFEITO SOBRE OS AGRICULTORES
FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS
D'ÁGUA-MORRINHOS GO BRASIL**

Washington Pereira Campos, Marina Aparecida da Silveira, Márcio Caliar

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PRODUÇÃO-CONSUMO NOS
MUNICÍPIOS DE TOLEDO (PR) E CONTAGEM (MG)**

Irio Luiz Conti, Angelita Bazotti, Guilherme Francisco Water Loo Radomsky

TURISMO RECEPTIVO LOCAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL PARAENSE

Jacirene da Silva Queiroz, Gutemberg Armando Diniz Guerra,
Maria Goretti da Costa Tavares

**CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ETANOL COMBUSTÍVEL
A PARTIR DA CANA-DE-AÇÚCAR EM PERNAMBUCO NO
PERÍODO 1980-2012**

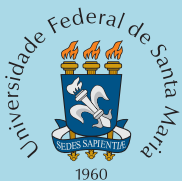
Eduarda Sales Braga, Almir Silveira Menelau

**ANÁLISE DE CUSTOS DA PRODUÇÃO DE LEITE: APLICAÇÃO
DO MÉTODO DE MONTE CARLO**

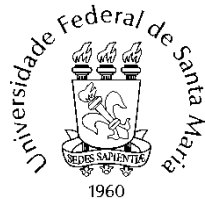
Omar Jorge Sabbag, Silvia Maria Almeida Lima Costa

**COOPERATIVISMO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO
EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA**

Aline Barasuol, Amábile Tolio Boessio, Gilmar Jorge Wakulicz, Viviane Flaviano



ISSN 1415-7802
ISSN ON-LINE 2318-1796



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.22, n.1, jan./mar. 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural:
Clayton Hillig

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editor: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Clayton Hillig

Editor da Área Saúde e Trabalho no Meio Rural: Joel Orlando Bevilaqua Marin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Vivien Diesel

Bolsista: Francielle Fanaya Réquia

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:** 100 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.22, n.1 (jan./mar.2015)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural, vi) Saúde e Trabalho no Meio Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Technology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)

DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)

E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Eletrônicas Espanholas y Latinoamericanas)

JOURNALS FOR FREE

PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC

REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)

EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library - Elektronische Zeitschriftenbibliothek)

OAJI (Open Academic Journals Index)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)

PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)

SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)

Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Rurais

Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural

Campus Universitário – Prédio 44

Santa Maria - RS - Brasil

CEP: 97.119-900

Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694

E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com

Web-sites:

www.ufsm.br/revistas

<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>

<http://www.facebook.com/extensao.rural>

<http://www.facebook.com/pages/Extens%C3%A3o-Rural/397710390280860?ref=hl>

SUMÁRIO

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR
BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE O PRONAF NOS MUNICÍPIOS
DO CIRCUITO DAS FRUTAS-SP**

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, Sonia Maria Pessoa Pereira
Bergamasco 09

**A PLURIATIVIDADE E SEU EFEITO SOBRE OS AGRICULTORES
FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS
D'ÁGUA – MORRINHOS GO BRASIL**

Washington Pereira Campos, Marina Aparecida da Silveira, Márcio
Caliari 36

**AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PRODUÇÃO-
CONSUMO NOS MUNICÍPIOS DE TOLEDO (PR) E CONTAGEM
(MG)**

Irio Luiz Conti, Angelita Bazotti, Guilherme F. W. Radomsky 56

**TURISMO RECEPTIVO LOCAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL
PARAENSE**

Jacirene da Silva Queiroz, Gutemberg Armando Diniz Guerra, Maria
Goretti da Costa Tavares 87

**CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ETANOL COMBUSTÍVEL
A PARTIR DA CANA-DE-AÇÚCAR EM PERNAMBUCO NO
PERÍODO 1980-2012**

Eduarda Sales Braga, Almir Silveira Menelau 107

**ANÁLISE DE CUSTOS DA PRODUÇÃO DE LEITE: APLICAÇÃO
DO MÉTODO DE MONTE CARLO**

Omar Jorge Sabbag, Sílvia Maria Almeida Lima Costa 125

**COOPERATIVISMO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO EM
UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA**

Aline Barasuol, Amábile Tolio Boessio, Gilmar Jorge Wakulicz,
Viviane Flaviano 146

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHO

171

SUMMARY

PUBLIC POLICIES FOR THE BRAZILIAN FAMILY FARMING: A STUDY ON THE PRONAF IN THE MUNICIPALITIES OF THE FRUITS CIRCUIT – SP

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo, Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco 09

THE PLURIACTIVITY AND ITS EFFECT IN THE FAMILY'S FARMERS OF THE SETTLEMENT OF SANTO DOMINGOS – LOCATED IN THE COUNTY OF MORRINHOS GOIÁS BRAZIL
Washington Pereira Campos, Marina Aparecida da Silveira, Márcio Caliarí 36

FAMILY FARMING AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY: A STUDY ON PRODUCTION-CONSUMPTION RELATIONSHIP FROM THE CASES OF TOLEDO (PR) AND CONTAGEM (MG) MUNICIPALITIES

Irio Luiz Conti, Angelita Bazotti, Guilherme F. W. Radomsky 56

EASTERN AMAZON IN THE STATE OF PARÁ IMBOUND TOUR PACKAGES

Jacirene da Silva Queiroz, Gutemberg Armando Diniz Guerra, Maria Goretti da Costa Tavares 87

CHARACTERIZATION OF FUEL ETHANOL PRODUCTION FROM SUGAR CANE IN PERNAMBUCO IN THE PERIOD 1980-2012.

Eduarda Sales Braga, Almir Silveira Menelau 107

COSTS ANALYSIS OF MILK PRODUCTION: APPLICATION OF MONTE CARLO METHOD

Omar Jorge Sabbag, Sílvia Maria Almeida Lima Costa 125

COOPERATIVISM AND PROFESSIONALIZATION OF MANAGEMENT IN AN AGRICULTURE COOPERATIVE

Aline Barasuol, Amábile Tolio Boessio, Gilmar Jorge Wakulicz, Viviane Flaviano 146

STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION

171

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE O PRONAF NOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS FRUTAS-SP¹

Vanilde Ferreira de Souza-Esquerdo²
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco³

Resumo

No Brasil, a grande propriedade foi o modelo socialmente reconhecido, sendo as políticas públicas direcionadas a essa categoria. No período recente houve, por parte do Estado, uma tentativa de fortalecimento da agricultura familiar no que diz respeito a estímulos através de linhas de crédito rural e ampliação dos canais de comercialização, havendo o reconhecimento de sua importância. Tal reconhecimento ocorreu, inicialmente, através da formulação e implementação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que surgiu, sobretudo, por meio das diversas lutas dos trabalhadores rurais. Desde a sua implementação, em 1996, o Pronaf vem se consolidando ano a ano como o principal programa de crédito de apoio à agricultura familiar no Brasil. Percebe-se que a cada ano há um aumento tanto do número de beneficiários, quanto do montante de recursos financeiros disponibilizados e aplicados no Programa. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo analisar o volume de créditos e o número de contratos do Pronaf nos municípios que pertencem ao Circuito das Frutas, no São Paulo, uma vez que essa região possui presença marcante de agricultores familiares. Dentre os resultados do trabalho, realizado através do levantamento de dados secundários, percebeu-se que, diante do universo da agricultura familiar nos municípios, ainda é pequena a participação dos agricultores familiares no programa analisado.

¹ Este artigo faz parte do pós-doutorado da primeira autora, supervisionado pela segunda autora, intitulado: O impacto das políticas agrícolas nos municípios do Circuito das Frutas-SP, financiado pela FAPESP.

² Pesquisadora colaboradora na Feagri/Unicamp. Pós-doutoranda na Ufscar-Araras. E-mail: vanilde@yahoo.com

³ Profa. Titular Feagri/Unicamp, bolsista produtividade em pesquisa, CNPq e bolsista do Programa Nacional de Professor Visitante Sênior (PNPVS) da Capes, junto à UFScar-Araras. E-mail: sonia@agr.unicamp.br

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, Pronaf.

PUBLIC POLICIES FOR THE BRAZILIAN FAMILY FARMING: A STUDY ON THE PRONAF IN THE MUNICIPALITIES OF THE FRUITS CIRCUIT - SP

Abstract

In Brazil, the large rural property was the socially recognized model, with public policies directed to this category. In the recent period, the Brazilian State has recognized the importance of family farming, trying to strengthen it through rural credit facilities and the expansion of marketing channels. Such recognition was taken place through the formulation and implementation of the Pronaf (National Program for Strengthening of Family Farming) program, which arose mainly through the farm workers' struggles. Since its establishment, in 1996, the Pronaf has become, year to year, the main public policy supporting family farming in Brazil. It has been noticed that every year there is an increase in the number of beneficiaries, as well as the amount of the available financial resources in the program. In this sense, this work aimed to analyze the volume of credit and the number of Pronaf's contracts in the municipalities of the Fruits Circuits, in the State of São Paulo, since this region has a strong presence of family farmers. The results of the work, which was carried out through the collection of secondary data, showed that, given the universe of family farming in the municipalities, it is still small the participation of the farmers in the analyzed program.

Keywords: family farming, public policies, Pronaf.

1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste texto uma pesquisa sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf em 10 municípios localizados no Circuito das Frutas, no estado de São Paulo. Trata-se de uma região muito importante para a produção de frutas no estado, realizada essencialmente por agricultores familiares.

Foi feito um levantamento de informações sobre a área estudada, onde foram percebidas as tradições de imigrantes, sobretudo, europeus na produção das frutas e mesmo nas festas que

ocorrem no Circuito das Frutas. Após essa busca de informações sobre a área de estudo, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre o Pronaf, onde se percebeu que, a partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil começou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, através da formulação de programas de políticas públicas a seu favor. De forma geral, pode-se dizer que até o início da década de 1990 não havia nenhum programa de política pública com abrangência nacional para os agricultores familiares.

Em meados dos anos 2000, houve a necessidade de uma definição legal sobre o termo agricultor familiar, principalmente para facilitar seu acesso aos programas de políticas públicas. Esta definição ocorreu a partir da implantação da Lei 11.326/2006. Assim, esse agricultor é aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

A Lei 11.326/2006 estabeleceu, legalmente, a padronização do termo agricultor familiar a fim de que esses acessassem os programas direcionados a eles.

Devido à importância que a agricultura brasileira possui, seja pela manutenção do homem no campo ou pela produção de alimentos, torna-se importante compreender a dinâmica de políticas no contexto da agricultura familiar, para que assim se possa verificar os aspectos positivos e negativos referentes a elas. Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar o volume de créditos e o número de contratos do Pronaf nos municípios que pertencem ao Circuito das Frutas, no estado de São Paulo, pelo fato dessa região possuir presença marcante de agricultores familiares.

2. METODOLOGIA

2.1 Área de Estudo

A área escolhida para o estudo foi o Circuito das Frutas, que compreende 10 municípios com acentuada presença da agricultura familiar, principalmente para a produção de frutas e para o turismo rural. Essa área é um dos principais e melhores circuitos turísticos do estado de São Paulo. Nesse sentido, faz-se relevante também a análise dos programas de políticas públicas nesses espaços. Os municípios que fazem parte do Circuito das Frutas são: Atibaia, Indaiatuba, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Morungaba, Valinhos e Vinhedo, que têm nas suas economias uma forte presença do setor rural, principalmente da fruticultura, com destaque para as culturas da uva, morango, pêssego, goiaba, ameixa, caqui, acerola e figo.



Figura 1. Mapa da localização do Circuito das Frutas – SP. Elaborada pelas autoras, 2014.

2.2 Circuito das Frutas: uma breve história

Ao longo da segunda metade do século XIX a lavoura de café no Brasil passava por um enorme crescimento e à medida que afloravam os movimentos abolicionistas cresciam também as preocupações com a expansão da lavoura, já que a mão de obra

cafeeira era formada por escravos. Uma alternativa para a substituição da mão de obra escrava foi a introdução do trabalho assalariado e com isso a mão de obra de imigrantes.

No Brasil, o estabelecimento das novas relações de produção combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus, como recurso não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão. Mais de um milhão e seiscentos mil imigrantes vieram para o país no espaço de pouco mais de 30 anos, entre 1881 e 1913, a maioria para trabalhar como colonos nas fazendas de café (MARTINS, 1979, p. 22).

O colono imigrante que trabalhava nas lavouras de café do Estado de São Paulo combinava suas forças de trabalho com as da família, assim trabalhavam juntos, os homens, as mulheres e as crianças com mais de sete anos. Esse colono além de ter presente o caráter familiar do trabalho, também tinha na produção entre as linhas de café uma garantia ao sustento da família; plantava-se milho, feijão, arroz, batata, etc. Essa produção alimentava a família e algumas vezes era destinada à venda (o excedente) (MARTINS, 1979).

Para Martins (1979) a propriedade da terra era a condição de liberdade para estes imigrantes, visto que para libertarem-se da condição de colonos necessitavam tornarem-se proprietários da terra.

A classe dominante admitia que os imigrantes, via de regra, não teriam dinheiro suficiente para tornarem-se proprietários. No entanto, teoricamente (...), eles poderiam economizar dinheiro para essa finalidade trabalhando um certo tempo nas terras dos fazendeiros (MARTINS, 1979, p. 123).

A formação territorial dos municípios pertencentes ao Circuito das Frutas está ligada à chegada de imigrantes para a

região de Campinas, que foram responsáveis pela inserção de diversas culturas na região, através da introdução de seus costumes. A constituição do Circuito das Frutas é decorrente da cultura e tradições desses imigrantes, levando-se em consideração fatores que vão desde o cultivo das frutas até a formação de uma política de desenvolvimento do agroturismo (BERNARDI, 2009).

Muitos avanços políticos, culturais, econômicos e sociais destes municípios são resultados do trabalho dos diversos imigrantes europeus (a maioria italianos) e japoneses. Os imigrantes vieram a essa região no início do século XX em busca de melhores oportunidades de trabalho nas fazendas de café, com algumas economias que já possuíam mais aquelas obtidas com o trabalho na lavoura, conseguindo dessa forma comprar o seu próprio pedaço de terra.

Os imigrantes, majoritariamente italianos, buscaram a região desde o início do século XX pela ampla oferta de trabalhos ligados à agricultura. Os imigrantes eram assalariados e logo conseguiram adquirir suas próprias terras, iniciando o cultivo de frutas como o figo, a goiaba e a uva na região. Houve também a preservação de seus costumes, destacando-se a crença religiosa, a realização de festas, a fabricação de vinhos, etc. (BERNARDI, 2009, p. 90).

A permanência dos imigrantes nestes municípios é importante para o entendimento da atual configuração do Circuito das Frutas, pois foram eles quem transformaram os municípios em referências no cultivo de frutas e na realização de festas e eventos relacionadas às produções das mesmas. A crença religiosa foi outra característica bastante importante, uma vez que surgiram diversas igrejas, aumentando o número de missas e festas religiosas de forma considerável. As festas religiosas que ocorriam nos municípios foram as responsáveis pelo surgimento de algumas festas das frutas, pois com a venda das frutas o dinheiro arrecadado era doado para a igreja, assim das festas religiosas houve a transformação para as festas do figo e da uva. (BERNARDI, 2009)

Porém, na década de 1980 com a crescente valorização das terras e especulação imobiliária, aliado aos problemas financeiros dos produtores dessa região, muitos agricultores optaram pela venda de suas propriedades.

(...) a situação para os produtores de frutas da região tornou-se difícil devido aos poucos investimentos públicos no setor. Desta forma, muitas famílias que ainda mantinham as plantações, tiveram que vender suas terras e buscar novas formas de obtenção de renda na cidade. (...) os atuais produtores de frutas podem ser considerados vitoriosos por ainda conseguirem manter vivas as tradições rurais de seus antepassados em momentos com uma geração de renda tão baixa como a que ocorre recentemente. (...) mesmo que uma parcela dos imigrantes tenha ido trabalhar nos setores secundário e terciário, o marcante para os municípios, sem dúvida alguma, o trabalho dos imigrantes no setor primário, em especial com a fruticultura (BERNARDI, 2009, p. 92).

Com o intuito de dinamizar a região no que tange à fruticultura pensou-se no Circuito das Frutas como um estímulo para o aumento da produção e de renda por meio do turismo e do cultivo das tradições herdadas dos imigrantes.

A origem do Circuito das Frutas remonta a meados dos anos 1990, quando produtores rurais da região buscavam no desenvolvimento do turismo rural alternativas para a viabilização econômica de suas propriedades. Mas apenas em 2000 um grupo composto por 27 produtores reuniu-se para a constituição da Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas.

No final da década de 1990, nascia, em nossa região, uma nova alternativa de geração de renda para o meio rural: o Turismo Rural. Como fator de agregação de valor aos produtos rurais, bem como as próprias propriedades, esta modalidade de turismo tem sido vista, desde então, como uma interessante forma de fortalecer nosso meio rural, nossas propriedades e nossos proprietários. Da união de vários proprietários rurais que passaram a discutir a profissionalização e a organização do turismo rural na região de Jundiá, nasceu, em

outubro de 2000, a Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas (CIRCUITO DAS FRUTAS, 2012).

Com a organização da associação houve o apoio das prefeituras dos municípios participantes, e de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/SP e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/SP. Na mesma época, o interesse do governo estadual no desenvolvimento de roteiros turísticos propiciou a condição necessária para que, em 2 de outubro de 2002, fosse oficialmente instituído o Polo Turístico do Circuito das Frutas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2009).

A área total dos municípios que compõem o Circuito das Frutas é de 2.318 km², com população estimada em 1.070.400 habitantes. O Circuito das Frutas está localizado numa região próxima à grande São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, 2009).

De acordo com Otani et al. (2012) os municípios que compõem o Circuito foram definidos de acordo com os critérios do Decreto e da Resolução Conjunta de 2004, estabelecido entre as Secretarias de Estado da Agricultura e Abastecimento e a da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Dessa forma, com a Resolução, a inclusão de municípios deve respeitar as seguintes condições: existência de plantio de frutas no município com comprovada relevância na produção da agropecuária municipal; existência de plantio de frutas com comprovada relevância no valor da produção estadual de frutas; e o município deve ser limítrofe com os constantes do Projeto Circuito das Frutas.

2.3 Levantamento e análise de dados sobre o Pronaf

Em pesquisa de campo verificou-se que as informações das Casas da Agricultura dos municípios sobre as DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) emitidas nem sempre resultam no contrato com o Programa. Assim, para haver maior segurança nos dados sobre o Pronaf, optou-se por trabalhar com dados secundários fornecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA.

Dessa forma, para a análise estatística foram adquiridos dados referentes ao Pronaf a partir da Base de Dados de Crédito do Pronaf, da Secretaria da Agricultura Familiar -SAF, do MDA. Os dados do Pronaf foram registrados a partir do ano de 2003/2004 em

duas modalidades: Custeio e Investimento para municípios do Brasil até o ano 2011/2012. Nestes dados, tem-se informação da Unidade Federativa a qual os municípios pertencem, no total, têm-se nove períodos agrícolas.

Assim, foi realizada uma análise estatística exploratória sobre os dados relativos ao volume de recursos do Pronaf liberados para os 10 municípios do Circuito das Frutas, nas modalidades custeio e investimento, comparando com o total de recursos liberados para o Brasil. Dessa forma, o objetivo da análise estatística foi avaliar o volume de valor financiado, na área agrícola, liberados para os 10 municípios paulistas em relação ao total financiado no estado de São Paulo e no Brasil.

Com o objetivo de juntar os 10 municípios em grupos por proximidade foi realizada a análise de cluster. As variáveis consideradas foram valores financiados e número de contratos, por modalidade e ano agrícola. Foi utilizado o método de Ward, que é um método que faz o agrupamento considerando as distâncias definidas abaixo:

$$D_{KL} = \frac{\| \bar{V}_K - \bar{V}_L \|^2}{\frac{1}{N_K} + \frac{1}{N_L}}$$

K e L representam dois clusters (grupos) e \bar{V}_i , representa a média das variáveis em questão (Valor financiado ou Número de contratos) no cluster i.

A análise de cluster foi feita em duas etapas:

- Considerando somente os 10 municípios, para avaliar qual deles recebeu mais recurso.
- Considerando todos os municípios do Estado de São Paulo.

Em ambos os casos, os municípios foram classificados em 3 clusters, identificando desta forma municípios com menor investimento, médio e alto.

Realizou-se também uma análise descritiva para avaliar a proporção de valor financiado por modalidade para cada município em questão em relação ao total financiado no estado de São Paulo.

3. O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: UMA REVISÃO SOBRE O PRONAF

O reconhecimento institucional da agricultura familiar no Brasil se deu, especialmente, a partir dos estudos realizados pela

Fao (Food and Agriculture Organization) em conjunto com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no início dos anos 1990. Os resultados desses estudos foram publicados num relatório em 1994 que abordava sobre as “Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável” para o Brasil. A partir disso, a categoria agricultor familiar passou a ter visibilidade no que tange às políticas públicas.

Dessa forma, quando analisamos as políticas públicas brasileiras, especialmente as políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar, conclui-se que essa categoria começou a ser lembrada em 1994 a partir da criação do Provape (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Esse Programa foi o passo inicial para a constituição, dois anos depois, do Pronaf.

Antes do Provape o agricultor familiar era considerado como mini produtor para se enquadrar no Manual de Crédito Rural (MCR). O agricultor familiar encontrava-se em duas situações que o prejudicavam, pois de um lado era obrigado a disputar crédito com os grandes produtores e, de outro lado, se via obrigado a seguir a mesma rotina das instituições financeiras para obter crédito cujo perfil era voltado ao grande produtor rural (BELIK, 2000).

Considerado como um programa de política agrícola diferenciada para a agricultura familiar, emergindo a partir do Decreto 1.946, de 28 de Junho de 1996, surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse novo programa não seria apenas a simples diferenciação nas normas de crédito rural para “pequenos produtores”.

O Pronaf foi fruto da organização e reivindicação dos trabalhadores rurais que, no final da década de 1980, faziam diversas pressões sobre o Estado. Com as organizações e mobilizações dos agricultores e as contribuições dos estudos realizados pela Fao e pelo Incra (1994 e 2000), se estabeleceu um novo caminho para as políticas públicas no meio rural.

Esse Programa emergiu com o objetivo de fornecer crédito e apoio institucional aos agricultores familiares que até então eram excluídos das políticas públicas existentes. Em 1996 contava apenas com ações relacionadas ao crédito de custeio, sendo que a ampliação do programa para as linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, ocorreu a partir de 1997, quando o Pronaf passou a operar de forma integrada em todo território nacional.

Ao longo dos anos o Pronaf passou por algumas mudanças institucionais e financeiras, que serviram para melhorar

o acesso desse Programa aos agricultores familiares. O volume de recursos vem aumentando progressivamente desde 1997, significando uma possibilidade concreta de acesso ao crédito a um número maior de agricultores familiares, considerando-se os diferentes graus de inserção nos mercados e as diferentes regiões do país. Para o Plano Safra de 2013/2014 o volume de recursos disponíveis para a agricultura familiar foi de R\$ 21 bilhões.

As mudanças pelas quais o Pronaf passou fez com que houvesse uma abrangência maior do Programa em termos nacionais, porém ainda verifica-se uma limitação quanto à distribuição regional de recursos, bem como o acesso aos mesmos entre os diversos segmentos da agricultura familiar. A fim de comprovar essa tese, Aquino (2009) realizou um estudo sobre o Pronaf desde a sua criação em 1996 até 2008. Nesse estudo o autor revela o caráter desigual do Pronaf no que tange à distribuição dos recursos nas regiões do país e nos segmentos de agricultores familiares.

Para Cardozo, Muniz e Nascimento (2012) apesar das modificações que o Pronaf teve ao longo dos anos no intuito de melhorar e facilitar o seu acesso pelos diversos segmentos de agricultores familiares, esse Programa não conseguiu fugir da lógica bancária que rege a distribuição de crédito, qual seja, o mais capitalizado consegue maior participação nos recursos públicos, significando que mesmo num programa de crédito cujo objetivo principal seja o fortalecimento de todas as categorias de agricultores familiares, os recursos do Pronaf não são acessados pelo segmento menos capitalizado da agricultura familiar.

O Pronaf ainda não conseguiu se esquivar da lógica de distribuição de recursos do sistema bancário, que prefere aqueles com maior capacidade de garantir segurança de pagamento dos empréstimos realizados pelos bancos. No próprio relatório institucional do Pronaf (2002) consta que as instituições bancárias, mesmo as públicas, acabam adotando lógicas similares às privadas, os bancos são pouco adequados para liberar recursos às famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada de empréstimos.

Assim, apesar de representar uma grande conquista da agricultura familiar no que tange às políticas públicas não há consenso sobre os impulsos que esse programa pode causar quanto à melhoria de renda e de vida dos agricultores. Pesquisas que avaliam o Pronaf mostraram que o programa apresenta resultados positivos, mas também negativos, sendo que alguns

estudos demonstram até uma piora na situação dos beneficiários em relação aos não beneficiários (GUANZIROLI, 2007).

Nesse sentido, Mattei et al. (2007) verificaram que os impactos mais consistentes do Pronaf ocorrem no campo produtivo, principalmente sobre a produção agrícola, indicando que o Programa continua profundamente direcionado para o aumento da produção, uma vez que está centrado no pacote tecnológico da Revolução Verde.

Deve-se deixar claro que o Pronaf acarretou inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro, como a contribuição para a melhoria das condições de produção, colaborando para o aumento na oferta de alimentos, o incremento da produtividade de alguns produtos, a geração e a ocupação de empregos, que se refletem positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

Apesar dos problemas verificados em relação ao Pronaf, é indiscutível que o Programa é a legitimação da importância de uma política de crédito e de fortalecimento para a agricultura familiar brasileira, categoria esta tão esquecida durante muitos anos.

4. ANÁLISE DO PRONAF NOS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS FRUTAS

Desde a sua implementação, em 1996, o Pronaf vem se consolidando ano a ano como o principal programa de crédito da agricultura familiar no Brasil. Percebe-se que a cada ano houve um aumento tanto do número de beneficiários, quanto do montante de recursos financeiros disponibilizados e aplicados no Programa.

Porém, ao se verificar a distribuição regional dos valores aplicados, nota-se que a região Sul do país foi e continua sendo a maior beneficiária do Pronaf. De acordo com Aquino (2009) a região Nordeste, onde se localiza praticamente metade dos 4,1 milhões dos estabelecimentos familiares do país, apenas obteve espaço na distribuição do crédito subsidiado a partir de 2004, quando passou à frente da região Sudeste, mas, ainda em 2007, voltou a perder novamente posição no ranking nacional.

Tabela 1. Percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contratos para cada Unidade Federativa (UF) sobre o total de valor financiado/número de contratos no Brasil por modalidade (2003/2004 a 2011/2012).

Modalidade Custeio			Modalidade Investimento		
UF	% Valor financiado	% Número de contratos	UF	% Valor financiado	% Número de contratos
AC	0.2594	0.4205	AC	0.5757	0.3893
AL	0.4517	0.7038	AL	1.5720	3.9802
AM	0.1528	0.0894	AM	0.9468	1.2570
AP	0.0248	0.0437	AP	0.1704	0.1013
BA	2.6802	3.9826	BA	5.6877	12.9733
CE	1.1140	2.0486	CE	4.0274	10.1860
DF	0.0373	0.0264	DF	0.0284	0.0053
ES	3.1014	2.9248	ES	3.1490	0.9685
GO	4.1339	2.8849	GO	3.0185	0.8251
MA	1.6818	3.1623	MA	4.3656	8.1798
MG	15.0550	12.4723	MG	11.4323	9.7573
MS	0.8254	0.5485	MS	1.0018	0.3888
MT	1.6593	1.1583	MT	3.4882	0.9444
PA	1.7881	1.5178	PA	6.0860	5.0301

Modalidade Custeio			Modalidade Investimento		
UF	% Valor financiado	% Número de contratos	UF	% Valor financiado	% Número de contratos
PB	0.2622	0.3486	PB	1.9835	5.4865
PE	0.8881	0.8516	PE	4.0059	9.5126
PI	0.7261	2.5040	PI	2.6150	6.7015
PR	15.8034	13.4669	PR	8.3657	2.7872
RJ	1.2559	0.9193	RJ	0.2958	0.1595
RN	0.7559	3.3082	RN	1.7264	4.1130
RO	1.5786	1.7036	RO	2.9960	1.0985
RR	0.0371	0.0565	RR	0.2794	0.2541
RS	26.2878	29.3505	RS	16.4728	6.6001
SC	12.8291	10.6602	SC	8.7897	2.6575
SE	0.7552	1.3461	SE	1.2420	3.4514
SP	5.3000	2.9687	SP	3.6584	0.9011
TO	0.5553	0.5317	TO	2.0191	1.2902

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Através da tabela 1, verifica-se a tendência da região Sul do país na concentração dos recursos, sobretudo o estado do Rio Grande do Sul. No período de 2003/2004 a 2011/2012 esse estado foi o que mais recebeu recursos, tanto para a modalidade custeio quanto para a modalidade investimento. Ao verificarmos a porcentagem de números de contratos nota-se que o estado da Bahia superou o estado do Rio Grande do Sul, dessa forma percebe-se que nesse estado há mais recursos sendo aplicados, porém menos agricultores que usufruem dos mesmos, comparado com o estado da Bahia. A distribuição dos recursos de custeio, em todo o

período, mostrou-se mais concentrada do que a dos recursos da linha investimento.

Assim, para a modalidade custeio, os estados de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram maior proporção de números de contratos e valor financiado. O estado de São Paulo representa em torno de 5% dos valores financiados e 3% de números de contratos em relação ao total nacional.

Em relação à modalidade investimento, identificou-se que há mais unidades federativas com proporções maiores. Desta forma, nesta modalidade, a distribuição de recursos é mais homogênea e menos concentrada. No caso, 3,7% dos valores financiados são destinados ao estado de São Paulo, que é responsável por 1% dos contratos.

O estado de São Paulo no período de 2003/2004 a 2011/2012, para a modalidade custeio, foi o quarto que mais obteve recursos e mais apresentou número de contratos. Porém, quando se observa a modalidade investimento, o estado de São Paulo ocupou a 20ª posição para o número de contratos do Pronaf. Tal fato significa que os agricultores do estado de São Paulo pouco utilizam o crédito do Pronaf para realizarem investimentos em suas propriedades, preferindo o uso desse crédito para custear sua produção.

Souza e Valente Jr. (2006) já haviam identificado a pequena participação do estado de São Paulo, principalmente para a modalidade investimento, verificando que durante o período de 2001 a 2004 esse Estado ficou entre a 7ª e 8ª classificação em todos os anos analisados.

Ao se analisar especificamente a distribuição de créditos do Pronaf nos municípios que pertencem ao Circuito das Frutas, verifica-se que essa região é pouco representativa dentro do estado em termos de acesso ao crédito do Pronaf. Tal fato pode ser observado na tabela 2, onde são apresentados os percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contrato para os 10 municípios sobre o total de valor financiado/número de contrato no estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidade.

Tabela 2 - Percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contrato sobre o total de valor financiado/número de contrato no Estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidade (municípios do Circuito das Frutas).

Ano Agrícola	Modalidade	% Valor financiado	% Número de contratos
2003/2004	Custeio	1.5247	0.98953
	Investimento	0.29675	0.29350
2004/2005	Custeio	1.57108	1.00591
	Investimento	0.18451	0.12070
2005/2006	Custeio	1.16556	0.88253
	Investimento	0.59566	0.48214
2006/2007	Custeio	1.54467	1.21290
	Investimento	0.51762	0.35006
2007/2008	Custeio	1.33744	0.96204
	Investimento	0.77256	0.63830
2008/2009	Custeio	1.49456	1.18357
	Investimento	3.12821	1.79680
2009/2010	Custeio	1.35853	1.13965
	Investimento	2.07865	1.33934
2010/2011	Custeio	1.30674	1.10198
	Investimento	1.77664	1.20236
2011/2012	Custeio	1.17071	1.05404
	Investimento	1.11306	0.93825

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Os municípios do Circuito das Frutas confirmam a tendência do estado de São Paulo, qual seja, a maior distribuição e acesso ao crédito para a modalidade custeio, havendo assim uma menor concentração dessa modalidade entre os agricultores familiares, sendo que a maior porcentagem financiada para custeio no Circuito das Frutas foi na safra 2006/2007. Para a modalidade investimento observou-se um aumento significativo na safra 2008/2009 comparado às safras anteriores. Porém na safra seguinte (2009/2010) a porcentagem de valor financiado para a modalidade investimento caiu cerca de 66%.

Foram realizadas entrevistas com agrônomos das Casas da Agricultura dos municípios para haver uma melhor compreensão sobre a pequena participação dos agricultores familiares dessa região em relação ao acesso ao Pronaf, tanto para custeio quanto para investimento. Esses agentes locais, em sua maioria, acreditam que os agricultores do Circuito das Frutas, até mesmo pela história de formação da região, não possuem o “costume” em adquirir financiamento, muitas vezes por desconfiança e/ou medo em contrair uma dívida.

Os agricultores daqui preferem guardar um pouco de dinheiro para investir na propriedade, até mesmo nem investir do que ficar endividado. É uma cultura deles, porque os pais deles já faziam assim, aí eles também preferem fazer igual (Entrevista, Sr. J.B.S., engenheiro agrônomo Casa da Agricultura de Jarinu, 2012).

Faz-se necessário esclarecer que o estado de São Paulo possui historicamente uma agricultura pujante baseada, sobretudo, no agronegócio onde se destacam a produção de café, cana-de-açúcar e laranja. Constata-se que no meio rural paulista houve um processo contínuo de acumulação capitalista, o que pode ser corroborado através do Índice de Gini, que em 1985 era de 0,770 e em 2006 foi de 0,804, aumentando assim a concentração de terras neste Estado.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar no estado de São Paulo representava 66% dos estabelecimentos rurais, ocupando uma área de apenas 15%. Ou seja, dentre os estados que mais receberam créditos do Pronaf, o estado de São Paulo é o que possui menor número de

estabelecimentos rurais familiares (Santa Catarina e Bahia: 87%, Rio Grande do Sul: 86%, Paraná: 82%, Minas gerais: 79%). Além disso, percebe-se também que grande parte dos recursos do Pronaf no estado de São Paulo reafirmou a tendência de financiamento da agricultura voltada para o agronegócio, uma vez que segundo dados do Bacen em 2012, os recursos do Pronaf para custeio foram direcionados: 17% para o café; 15,7% milho; 5,8% cana-de-açúcar; 5,4% soja e 52% para outras culturas. Ou seja, no estado de São Paulo, assim como em outros estados, verifica-se que o crédito do Pronaf direciona-se para o custeio de culturas voltadas à exportação, ou *commodities* agrícolas, que são pouco presentes na região do Circuito das Frutas.

Ao se analisar cada município do Circuito das Frutas verificou-se uma distribuição desigual entre eles, ou seja, há municípios como Vinhedo e Valinhos cujos agricultores pouco têm acessado os recursos do Pronaf, tanto a modalidade investimento quanto a modalidade custeio, em contrapartida o município de Louveira foi o que mais apresentou agricultores que acessaram o Pronaf. Esse fato pode estar relacionado com a crescente urbanização e perda de área rural para a formação de condomínios fechados em Vinhedo e Valinhos.

O município de Louveira foi o que apresentou maior valor financiado e número de contratos nos 9 períodos analisados para a modalidade custeio. Já para a modalidade investimento o município de Jarinu apresentou um pico de valor financiado e de número de contratos em 2008/2009 e o município de Itatiba apresentou um pico de valor financiado em 2010/2011.

Realizando a análise de cluster no Circuito das Frutas, nota-se que dentre os 10 municípios foi possível agrupá-los considerando 3 clusters, descritos a seguir:

- Cluster 1: menor recurso recebido: valor financiado e número de contratos
- Cluster 2: médio valor financiado e número de contratos
- Cluster 3: maior valor financiado e número de contratos

A tabela 3 apresenta a frequência (número de períodos/safra agrícola) que cada município foi classificado em determinado cluster, de acordo com o valor financiado, conforme a modalidade custeio.

Tabela 3. Frequência (número de períodos) e classificação dos municípios em cluster, conforme o valor financiado, modalidade custeio (2003/2004 a 2011/2012).

		Municípios									
		Atibaia	Indaial	Itatiba	Itupeva	Jarinu	Jundiá	Louveira	Morungaba	Valinhos	Vinhedo
CLUSTER	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	1	.	4	7	5	5	1	.	9	8	9
2	9	5	2	4	4	8	3	.	.	.	
3	6	.	1	.	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Nota-se que em todos os períodos (ano agrícola) o município de Atibaia é classificado sempre no cluster 2, ou seja, possui um médio valor financiado e número de contratos, se comparado aos demais municípios do Circuito. Já o de Vinhedo e Morungaba estão sempre classificados no cluster 1, significando os municípios cujos agricultores menos adquiriram recursos do Pronaf para a modalidade custeio, tanto em valor financiado, quanto em número de contratos. Nesse mesmo caminho está o município de Valinhos, sendo classificado no cluster 1 em 8 períodos, porém esse município se difere dos outros dois anteriormente citados pois aparece também classificado no cluster 3 em 1 período, o que significa que nesse município durante um determinado ano agrícola houve aumento no valor contratado para a modalidade custeio. Porém essa situação não foi recorrente, tratando-se de um fato isolado.

O município de Louveira é classificado no cluster 3 em 6 períodos (ano agrícola) e em 3 no cluster 2, confirmando assim que esse município foi o que teve mais agricultores que acessaram os

recursos do Pronaf modalidade custeio, nos 9 períodos analisados (2003/2004 a 2011/2012) dentre os 10 municípios.

Para a modalidade investimento o comportamento do município de Louveira não difere muito em relação à modalidade custeio, pois foi classificado em 4 períodos no cluster 3, ou seja, em 4 anos agrícolas foi o município cujos agricultores mais acessaram os recursos do Pronaf (Tabela 4).

Tabela 4. Frequência (número de períodos) e classificação dos municípios em cluster, conforme o valor financiado, modalidade investimento (2003/2004 a 2011/2012).

		Municípios									
		Atibaia	Indaiatuba	Itatiba	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Morungaba	Valinhos	Vinhedo
CLUSTER	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	1	7	4	3	5	5	3	3	5	6	4
2	2	2	2	2	2	3	.	3	.	.	
3	.	1	2	.	1	1	4	.	.	.	

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Nota-se que para a modalidade investimento, a classificação dos municípios nos clusters fica menos nítida, ou seja, fica mais difícil dizer em que cluster cada município é classificado em mais períodos (ano agrícola). Isto ocorre devido à concentração existente na modalidade investimento, sendo que a modalidade custeio ocorre uma maior distribuição entre os agricultores.

Em relação ao número de contratos (modalidade custeio), a situação não difere muito do valor financiado, permanecendo o

município de Louveira como aquele que mais teve contratos entre os agricultores familiares, uma vez que aparece classificado em 7 períodos no cluster 3 (maior número de contratos) e em 2 períodos no cluster 2 (médio número de contratos). Os municípios de Valinhos, Vinhedo, Morungaba e Itatiba foram os que apresentaram os menores números de contratos nos 9 períodos analisados (2003/2004 a 2011/2012).

A tabela 5 apresenta a frequência (número de períodos) que cada município foi classificado em cada cluster conforme o número de contratos para a modalidade custeio.

Tabela 5. Frequência (números e períodos) e classificação dos municípios em cluster, conforme número de contratos, modalidade custeio (2003/2004 a 2011/2012).

		Municípios									
		Atibaia	Indaiatuba	Itatiba	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Morungaba	Valinhos	Vinhedo
CLUSTER		N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
	1		1	4	8	7	5	2	.	9	8
2		4	4	1	2	4	6	2	.	.	.
3		4	1	.	.	.	1	7	.	1	.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Em relação à modalidade investimento nota-se através da Tabela 6 que os municípios do Circuito das Frutas possuem baixo número de contratos, uma vez que, com exceção do município de Jarinu, todos os outros foram classificados no cluster 1.

Tabela 6 – Frequência (números e períodos) e classificação dos municípios em cluster, conforme número de contratos, modalidade Investimento (2003/2004 a 2011/2012).

CLUSTER	Municípios									
	Atibaia	Indaiatuba	Itatiba	Itupeva	Jarinu	Jundiaí	Louveira	Morungaba	Valinhos	Vinhedo
	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
1	9	7	7	7	7	7	7	8	6	4
2	1
3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Através das análises de cluster realizadas nos 10 municípios que fazem parte do Circuito das Frutas pode-se concluir que essa região tanto em relação ao valor financiado, quanto em relação ao número de contratos, para as modalidades custeio e investimento, possui pouca significância para o crédito do Pronaf, uma vez que a maioria dos municípios estava classificada no cluster 1, que representa o menor recurso recebido.

Quando se compara o volume de recursos contratados pelos agricultores familiares dos municípios do Circuito das Frutas em relação ao estado de São Paulo, percebe-se que essa região não é significativa dentro do estado, em relação ao volume de crédito e número de contratos, tanto para a modalidade custeio, quanto para a modalidade investimento. Isto porque nenhum dos 10 municípios analisados foi classificado no cluster 3 (maior recurso recebido, para valor financiado e número de contratos).

Tal fato pode ser corroborado através da Tabela 7, onde são apresentados os percentuais dos valores financiados e dos contratos correspondentes ao total de valores financiados/números de contratos para os 10 municípios sobre o total de valores financiados/números de contratos no estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidades.

Tabela 7 – Percentuais de valor financiado e contratos correspondentes ao total de valor financiado/número de contrato sobre o total de valor financiado/número de contrato no Estado de São Paulo por período (ano agrícola) e modalidade (municípios do Circuito das Frutas).

Ano Agrícola	Modalidade	% Valor financiado	% Número de contratos
2003/2004	Custeio	1.5247	0.98953
	Investimento	0.29675	0.29350
2004/2005	Custeio	1.57108	1.00591
	Investimento	0.18451	0.12070
2005/2006	Custeio	1.16556	0.88253
	Investimento	0.59566	0.48214
2006/2007	Custeio	1.54467	1.21290
	Investimento	0.51762	0.35006
2007/2008	Custeio	1.33744	0.96204
	Investimento	0.77256	0.63830
2008/2009	Custeio	1.49456	1.18357
	Investimento	3.12821	1.79680
2009/2010	Custeio	1.35853	1.13965

Ano Agrícola	Modalidade	% Valor financiado	% Número de contratos
2010/2011	Investimento	2.07865	1.33934
	Custeio	1.30674	1.10198
	Investimento	1.77664	1.20236
	Custeio	1.17071	1.05404
2011/2012	Investimento	1.11306	0.93825

Fonte: Dados da Pesquisa, 2012.

Apesar da maior parte dos agricultores dos municípios serem considerados familiares e mesmo que a maioria das propriedades possua área entre 2 e 50 ha, sendo que nesse intervalo a concentração das propriedades está entre 2 e 5 ha, com destaque para a produção de frutas e também de hortaliças (SÃO PAULO: SAA/CATI/IEA, 2008.), verificou-se por meio dos dados obtidos junto à SAF/MDA que tanto o valor financiado, quanto a quantidade de contratos nos municípios é pequena frente ao volume de recursos financiados no estado de São Paulo.

Percebe-se dessa forma que os agricultores familiares desses municípios preferem aplicar recursos próprios, ou mesmo não investirem em suas propriedades a terem que acessar uma linha de financiamento rural, ainda que esse financiamento seja através do Pronaf, que com o passar dos anos vem diminuindo a taxa de juros e aumentando o volume de recursos destinados aos agricultores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do Pronaf verificou-se que diante do estado de São Paulo, nos municípios do Circuito das Frutas tanto o número de contratos, quanto o volume de créditos é pequeno. Tal fato significa que nessa região esse programa não é muito acessado entre os agricultores. Um dos motivos para isso está relacionado ao fato de que esses agricultores possuem receio em contrair uma dívida, sendo que muitos optam por investir na propriedade com recursos próprios ou mesmo não investir.

Essa tendência na região estudada pode ser explicada também pelas exigências e burocracias bancárias que dificultam o acesso dos agricultores ao Pronaf. Está também relacionada ao fato de que tradicionalmente a maior parte dos recursos do Pronaf financia a produção de grãos e outras *commodities* agrícolas, produtos cuja produção não é expressiva nos municípios analisados. Dessa forma, ao ser verificado o número de contratos e o volume de crédito do Pronaf nesses municípios, percebeu-se que após 17 anos da implementação desse programa ainda são poucos os agricultores que o acessam.

A título de conclusão, nota-se que a análise de um programa como o Pronaf nos municípios do Circuito das Frutas demonstrou que o mesmo não possui impacto na economia dos municípios.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo auxílio financeiro, através da bolsa de pós-doutorado (2010-2013) e da reserva técnica para o desenvolvimento da pesquisa: O impacto das políticas públicas nos municípios do Circuito das Frutas-SP, que originou este artigo.

7. REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. Avanços e limites da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Anais...** In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009.

BELIK, W. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). **O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas**. Jaguariúna: Embrapa, vol. 4, p. 93-116, 2000.

BERNARDI, A. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: um estudo sobre o Circuito das Frutas e sua articulação com a Região Metropolitana de Campinas (SP)**. 2009. 182p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, SP, 2009.

CARDOSO, J. G, MUNIZ, A. L. P. e NASCIMENTO, C. Potencialidades e desafios dos apoios financeiros alternativos para a agricultura familiar por meio das compras governamentais: o caso do PAA e do PNAE. **Anais...** In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Vitória-ES: UFES, 2012.

CIRCUITO DAS FRUTAS PAULISTA. **Associação de Turismo Rural do Circuito das Frutas**. Disponível em: <http://www.circuitodasfrutas.com.br/php2/index.php>. Acesso em: 07/06/2012.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 51, n. 1, jan/mar, 2013. p. 45-68.

GUANZIROLI, C. E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, abr/jun. 2007. p. 301-328.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 157p.

MATTEI, L. et. al. Uma análise dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. **Anais...** In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina-PR: UEL, 2007.

OTANI, M. N., FREDO, C. E., RAMOS, R. C. Circuito das Frutas Paulista: caracterização socioeconômica. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 3, maio/jun. 2012. p. 50-64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ. Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. **Emissão Mercosul: Produtos de Exportação – Circuito das Frutas – Turismo Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com/PastaLancamentos09/016.html>>. Acesso em: 12/05/2010.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL. INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 15/09/2011.

SOUZA, J. M. P. e VALENTE, J. R. A. S. Análise das liberações dos recursos do Pronaf – descentralização das aplicações do crédito rural. **Anais...** In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Fortaleza-CE: UFCE. 2006.

A PLURIATIVIDADE E SEU EFEITO SOBRE OS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO SÃO DOMINGOS DOS OLHOS D'ÁGUA – MORRINHOS GO BRASIL

Washington Pereira Campos¹
Marina Aparecida da Silveira²
Márcio Caliani³

Resumo

Este trabalho objetivou avaliar os efeitos das ruralidades sobre os agricultores familiares do assentamento São Domingos dos Olhos D'água. Esse assentamento está situado em Goiás, no município de Morrinhos, cerca de 50 km dessa cidade, e está mais próximo do município de Goiatuba, cerca de 16 km. O problema da pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: Quais os principais efeitos que as ruralidades podem ocasionar sobre os agricultores familiares do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água no Município de Morrinhos? Foram pesquisadas 45 famílias do assentamento, sendo 23 famílias de agricultores pluriativos e 22 famílias de agricultores não pluriativos. Estruturou-se um total de 28 indicadores que foram divididos em quatro dimensões – econômica, social, ambiental e institucional. A pesquisa revelou que a renda *per capita* dos agricultores pluriativos gira em torno de R\$ R\$ 1.093,17 e R\$ 535,49 para os agricultores não pluriativos. O conjunto de indicadores estudados na pesquisa mostrou que os agricultores pluriativos, do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água, têm nível de bem-estar mais elevado do que os agricultores não pluriativos desse assentamento.

Palavras-chave: Assentados, Bem-estar, Ruralidades.

¹ Graduado em Economia (IAESup). Mestre em Agronegócio (UFG). E-mail: washingtontri0@yahoo.com.br

² Graduada em Letras e Secretariado bilingue (PUC-GO). Mestranda em Agronegócio (UFG). E-mail: prof_marinasilveira@hotmail.com

³ Graduado em Engenharia Química (UEM). Mestrado em Ciências de Alimentos (UEM). Doutor em Tecnologia de Alimentos (Unicamp). Professor da Universidade Federal de Goiás. E-mail: macaliari@ig.com.br

THE PLURIACTIVITY AND ITS EFFECT IN THE FAMILY'S FARMERS OF THE SETTLEMENT OF SANTO DOMINGOS – LOCATED IN THE COUNTY OF MORRINHOS GOIÁS BRAZIL

Abstract

This study aim to evaluate the effects of ruralities in the families' farmers nesting in the settlement of São Domingos dos Olhos D'água. This settlement is 50 km far from the county of Morrinhos Goiás and 16 km far from the city of Goiatuba. The research sought to answer the following question: what are the main effects that can cause ruralities in the families' farmers of the Settlement? We surveyed 45 families and found, 23 pluriactives families and 22 no pluriactives families. It was selected of 28 indicators and they were divided in four dimensions - economic, social, environmental and institutional. The research revealed that the per capita income of the settled revolves around US\$ 550,00 of pluriactives farmers and US\$ 272,00 for not pluriactive farmers. The set of indicators studied in the survey showed that the pluriactives farmers, of the Settlement of São Domingos, have a level of well-being higher than the no pluriactive farmers.

Key words: Ruralities, Settlers, Wellness.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da década de 1990, o meio rural passa a apresentar uma nova dinâmica, tendo como efeito principal a elevação da renda do agricultor familiar, oriunda, principalmente, de atividades não agrícolas. Com isso, esse agricultor consegue elevar sua renda através da própria agricultura, produzindo produtos diversificados, extrapolando as suas atividades na propriedade, as quais não estão ligadas diretamente a agricultura.

Sendo que, o objetivo do presente estudo foi avaliar os efeitos das ruralidades sobre os agricultores familiares do assentamento São Domingos dos Olhos D'água no Município de Morrinhos GO. A nova dinâmica do rural no Assentamento São Domingos pode ter melhorado o nível de bem-estar dos assentados dessa localidade. No entanto, alguns agricultores, que não estão inseridos nesse contexto, podem ter o nível de bem-estar mais baixo do que outros agricultores.

Segundo Prates e Bacha (2010, p.171) “o termo bem-estar reflete uma multiplicidade de significados, tais como condições de vida, liberdade, satisfação e felicidade”. Neste sentido, Sen (2010) defende que o bem-estar deve ser visto com enfoque nas liberdades. Assim, ter liberdade significa remover todas as restrições que limitam o bem-estar de uma pessoa, ou seja, é permitir que haja uma ampliação das escolhas dos indivíduos. A elevação da renda por si só não é condição única para mostrar se houve aumento do bem-estar da população, o que requer outras variáveis elementares, tais como: cobertura médica, educação escolar, serviços de saúde pública, lei e ordem, prevalência de violência, ecossistema equilibrado, produtividade e etc.

O presente trabalho conistou em primeiro momento de uma revisão bibliográfica que abordou temas relacionados ao desenvolvimento rural, à ruralidade e pluriatividade. Em um segundo momento foram estruturados indicadores que mostraram a situação socioeconômico e ambiental dos agricultores assentados do Assentamento São Domingos.

Para a elaboração dos indicadores foram coletados dados secundários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretaria de Planejamento de Goiás (SEPLAN), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), foram coletados dados primários junto às Secretarias Municipais de Saúde e Educação do município bem como pesquisa de campo junto aos agricultores familiares do assentamento. A pesquisa de campo tem como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas. O questionário foi aplicado com 45 famílias de agricultores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água. A pesquisa de campo representa uma amostra com 82 pessoas de famílias pluriativas e 65 pessoas de famílias não pluriativas. Assim, a amostra conta com um total de 147 pessoas do assentamento pesquisadas.

Os indicadores levantados no presente estudo foram elaborados a partir dos indicadores estruturados pela ferramenta *Dashboard of Sustainability*, a qual é coordenada pelo *International Institute for Sustainability Development (IISD)*, e permite que até 57 indicadores, estruturados em quatro dimensões – econômica, social, ambiental e institucional, sejam rodados nessa ferramenta.

Foram levantados dados para um total de 28 indicadores, os quais são: Renda per capita, Índice de Gini, Meios de Transporte Particular, Políticas de Transferência de renda, Taxa de Dependência Média, Taxa de empréstimo, Taxa de endividamento,

População abaixo da linha da pobreza, Adultos que alcançaram o Ensino Médio, Proporção da família com acesso à saúde, Taxa de alfabetização, Acesso ao sistema de abastecimento de água, Área média da propriedade, Área média de reserva desmatada, Áreas de pastagens e matas naturais, Pastagens degradadas, Terras aráveis, Uso de agrotóxicos, Uso de fertilizantes, Acesso ao computador, Acesso à geladeira, Acesso à Internet, Acesso à energia elétrica, Acesso ao sanitário, Acesso a Tratores, Associativismo, Canais TV, Linhas telefônicas. A partir da comparação dos dados apontados para cada indicador foi possível analisar qual categoria de ator apresentou melhor nível de bem-estar. O quadro 1 destaca o que representa cada indicador estudado na pesquisa.

Quadro 1 – Indicadores da dimensão econômica
1. Renda per capita: mostra a renda média mensal da população, é um indicador que permite mostrar o grau de desenvolvimento econômico de um país ou região (é a soma dos salários de toda a população divididos pelo número de habitantes).
2. Índice de Gini: mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Expressa o grau de concentração de renda na população.
3. Meios de Transporte Particular: indica o percentual de pessoas que vivem em domicílios com automóvel de passeio ou veículo utilitário, utilizados para passeio ou locomoção dos membros da família para o trabalho e para a distribuição dos produtos junto ao mercado consumidor.
4. Políticas de Transferência de renda: revela, em termos percentuais, a quantidade de pessoas, que dentro de suas especificidades, recebem algum auxílio do governo (aposentadoria, bolsa família e etc.)
5. Taxa de Dependência Média: indica, em termos relativos, a quantidade de indivíduos de uma família que dependem da família. Quanto maior a taxa de dependência maior a vulnerabilidade da família em relação a segurança alimentar.
6. Taxa de empréstimo: Mostra, em termos relativos, a quantidade de famílias que realizaram empréstimos para desenvolver suas atividades.
7. Taxa de endividamento: Mostra a taxa de comprometimento da renda familiar com empréstimos para o plantio, o custeio e a construção de infraestrutura para permitir que os produtores desenvolvam suas atividades.
Indicadores da dimensão social
8. População abaixo da linha da pobreza: indica o percentual de

<p>peças com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo.</p>
<p>9. Adultos que alcançaram o Ensino Médio: indica a proporção da população que alcançou o ensino médio. Representa o nível educacional e o acesso ao sistema de ensino de uma população.</p>
<p>10. Proporção da família com acesso à saúde: revela a quantidade de pessoas que tem acesso à saúde, seja através do Programa Saúde da Família ou indivíduos que têm planos de saúde.</p>
<p>11. Taxa de alfabetização: indica a proporção de pessoas adultas capazes de ler e escrever ao menos um bilhete.</p>
<p style="text-align: center;">Indicadores da dimensão ambiental</p>
<p>12. Acesso ao sistema de abastecimento de água: proporção da população com acesso a uma determinada fonte de água.</p>
<p>13. Área média da propriedade: mede a concentração fundiária dos agentes estudados na pesquisa.</p>
<p>14. Área média de reserva desmatada: representa a área média desmatada que foi destinada para o plantio.</p>
<p>15. Áreas de pastagens e matas naturais: expressa a proporção da área de ecossistema nativo em relação à área total. Para o cálculo do indicador considerou-se as áreas de matas e pastagens naturais que representam o ecossistema nativo.</p>
<p>16. Pastagens degradadas: para esse indicador é possível verificar a quantidade de propriedades com as áreas degradadas. Nessas áreas há uma redução da fertilidade do solo, isso pode contribuir para os problemas erosivos bem como a queda na produtividade do produtor.</p>
<p>17. Terras aráveis: indica a quantidade média de hectares de terra utilizada por produtor para o plantio agrícola.</p>
<p>18. Uso de agrotóxicos: este indicador mostra a quantidade média de agrotóxicos utilizados por cada categoria de produtor. Quanto maior o uso desse insumo maior os problemas ambientais ocasionados.</p>
<p>19. Uso de fertilizantes: mostra a quantidade média de propriedades que utilizam fertilizantes na produção agrícola. Causa degradação do solo, bem como a erosão, a perda da fertilidade e contribui, também, para a contaminação do lençol freático.</p>
<p style="text-align: center;">Indicadores dimensão institucional</p>
<p>20. Acesso ao computador: indica a quantidade de domicílios que tem computador. É um indicador importante porque o computador serve como uma ferramenta do produtor para gerenciar sua produção, facilitar estudos dos estudantes e etc.</p>
<p>21. Acesso à geladeira: revela a quantidade de domicílios com</p>

geladeira. Indicador é importante porque representa bem-estar para a população.
22. Acesso à Internet: o objetivo desta variável é identificar quantos habitantes possuem acesso à informação por meio da rede mundial de computadores. É uma variável importante uma vez que o acesso e o uso da informação é um fator importante no processo de desenvolvimento.
23. Acesso à energia elétrica: mostra a quantidade de domicílios que utilizam luz elétrica.
24. Acesso ao sanitário: indica a quantidade de domicílios que utilizam sanitário como atendimento à higiene básica dos moradores.
25. Acesso a Tratores: indica a quantidade de domicílios, em termos relativos, que tem trator. É um indicador importante por considerar que o trator aumenta a produtividade do trabalho e assim pode liberar mão de obra familiar para a produção de outros produtos. Aumentando, assim, a renda do produtor.
26. Associativismo: indica a quantidade de produtores associados a sindicatos, cooperativas e outras entidades de classe. A associação possibilita a resolução dos problemas de forma coletiva, ampliando as oportunidades de obtenção de renda.
27. Canais TV: indica a disponibilidade de canais de comunicação. Permitem o acesso à informação, à comunicação oral ou visual, possibilitam maior acesso às pessoas que não dominam os códigos da língua escrita.
28. Linhas telefônicas: indica o percentual da população com acesso aos serviços de telefonia no domicílio. Os serviços de telefonia possibilitam a troca de informações.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Desenvolvimento rural

O desenvolvimento deve permitir que sejam eliminadas as principais fontes de “privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática” (SEN, 2010, p.16). Neste sentido, o desenvolvimento deve permitir que as pessoas tenham: a liberdade de saciar a fome, nutrição adequada, medicamentos básicos para tratamento de doenças curáveis, moradia apropriada com acesso à água tratada e saneamento básico.

Evans (2003) concorda com Sen (2010) ao mostrar que, como medida da qualidade de vida, é necessário considerar, por

exemplo, o acesso à saúde, à educação e às redes de saúde social. Sendo um aumento na equidade, atribuído a melhorias nos níveis gerais de nutrição, saúde e educação.

Segundo Bresser-Pereira (2006, p.9), “para que ocorra desenvolvimento é essencial que haja um processo de crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou da produtividade”. O referido autor define desenvolvimento como sendo o processo histórico de crescimento sustentado na renda ou no valor adicionado por habitante a implicar em melhoria do padrão de vida da população de um determinado país, sendo resultado da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção.

Desse modo, o desenvolvimento tanto na área urbana quanto no meio rural tem como objetivo aumentar o bem-estar da população. No meio rural isso é caracterizado pelo desenvolvimento rural o qual é, como coloca Navarro (2001, p.88), “uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural”. Segundo o referido autor, para que uma estratégia de desenvolvimento rural se torne eficaz, é necessário considerar a heterogeneidade do meio rural brasileiro e entender que a estratégia de uma região pode não ser bem assimilada por outra região. É necessário conhecer as particularidades de cada região e incentivar o potencial (econômico, social e ambiental) de cada uma dessas regiões.

Portanto, segundo Delgado (2009), o desenvolvimento rural é um processo que possibilita melhoria nas condições de vida da população rural e faz com que as pessoas que moram no campo mantenham um bem-estar social equivalente as pessoas da zona urbana. Para uma contribuição mais elevada em relação à obtenção de maiores níveis de renda, o desenvolvimento rural necessita da participação tanto da agricultura como de outras atividades produtivas que possibilite que os trabalhadores rurais obtenham, também, rendas não agrícolas.

2.2. Ruralidade

A dinâmica do meio rural de uma localidade pode possibilitar melhorias no nível de vida da população rural dessa região. Segundo Favareto (2011), são três os elementos definidores da nova ruralidade, sendo esses elementos: a proximidade com a natureza (recursos naturais de uso social), a ligação com as cidades e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho reduzido de suas populações.

A dinâmica do meio rural exprime novas funções nas áreas rurais. Para Kageyama (2004), a primeira modificação pode ser notada na função produtiva, neste sentido o campo deixa de ser exclusivamente agrícola e passa a contemplar várias atividades, tais como o artesanato, a conservação ambiental e a produção de produtos naturais e ligados ao turismo rural; a segunda modificação pode ser notada pela função populacional, porque o incremento de serviços e oferta de empregos aliados ao desenvolvimento da infraestrutura possibilita a retenção da população na área rural; por último, a terceira modificação pode ser verificada na função ambiental, o meio rural passa a dar atenção a bens públicos e quase públicos, como floresta e o meio ambiente em geral.

Nesta mesma perspectiva, Kay (2009) coloca que, o meio rural está passando por uma reconfiguração, apontando para uma intensificação da urbanização do meio rural, principalmente, nas áreas periurbanas. A instalação de indústrias nas áreas rurais, a implantação de agroindústrias alimentares e exportadoras e a utilização da mão de obra rural por essas indústrias está atando os laços entre o meio urbano e o meio rural. Sendo que, as famílias rurais estão cada vez mais incrementando a renda através de atividades agrícolas e não agrícolas.

Para Wanderley (2000), a dinâmica do meio rural é resultado convergente de vários fatores. O primeiro fator é a descentralização econômica, em que várias plantas industriais se instalam em alguns espaços rurais, precisamente em razão de atratividade econômica e social dessa área. Outro fator é a equidade econômica e social dessa população rural, que tem acesso aos mesmos bens e serviços modernos produzidos nos centros urbanos bem como níveis de renda mais próximos aos dos cidadãos. Por fim, outro fator é o demográfico, com favorecimento da redução do êxodo rural e a atração ao meio rural de outras categorias sociais.

Assim, de acordo com Wanderley (2000, p.116), “o desenvolvimento territorial das áreas rurais tem como objetivo aproveitar as oportunidades econômicas, assegurar o bem-estar das populações rurais e salvaguardar o patrimônio sociocultural das regiões rurais”. Neste sentido, o desenvolvimento da área rural depende da capacidade de explorar a especificidade local e em oferecer produtos de qualidade que sejam vinculados a essa localidade. Segundo Schneider (2009, p.15), “a aceleração das trocas e das interações entre o rural e o urbano abre também novas possibilidades, como por exemplo, o incremento dos serviços, do turismo e da pluriatividade das famílias”.

2.3. Pluriatividade

Segundo Wanderley (2003, p.52), a pluriatividade representa a estratégia de uma família “com a finalidade de – diversificando suas atividades, fora do estabelecimento – assegurar a reprodução dessa e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família”.

De acordo com Schneider (2001), o que caracteriza a pluriatividade é combinação efetiva de atividades agrícolas e não agrícolas, permitindo a reprodução social das unidades agrícolas que trabalham fundamentalmente baseados no trabalho familiar. Dessa maneira, considera como pluriativa a unidade familiar em que pelo menos um dos membros dessa unidade desempenha alguma atividade diferente da agricultura. Considera como não agrícola uma atividade que não envolve o cultivo da terra e o manejo de animais.

Segundo Schneider (2007), a pluriatividade pode apresentar um importante instrumento para os seguintes temas: elevar a renda no meio rural, estabilizar a renda e reduzir a sazonalidade dos ingressos, reduzir as migrações campo-cidade, diversificar as fontes de ingresso, estimular mudanças nas relações de gênero e poder, contribuir na geração de emprego no espaço rural, apoiar a multifuncionalidade do meio rural, gerar externalidades, diversificar a economia local e desenvolver os territórios rurais.

Dessa maneira, “a medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a se elevar, a adquirir maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar” (SCHNEIDER, 2007, p.22).

De acordo com Veiga (2001), quando há criação de novos empregos nas áreas rurais a tendência é que aumente o dinamismo econômico dessas áreas, enquanto as áreas urbanas podem permanecer estagnadas.

Conforme Favareto (2011), o rendimento das famílias rurais tem crescido consideravelmente no Brasil, a partir da década de 1990, em razão do aumento do emprego em atividades não agrícolas, destacando os empregos urbanos em áreas próximas ao meio rural, também em razão do aumento da prestação de serviços ou da elaboração de parte dos produtos dentro do próprio estabelecimento agropecuário ou no crescimento das transferências de renda associado a programas sociais do governo federal.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em decorrência da proximidade com Goiatuba os agricultores do assentamento destinam a produção e orientam suas atividades para esse município. Como o município de Goiatuba está passando por expansão do cultivo da cana-de-açúcar muitos agricultores do referido assentamento estão, aproveitando o efeito dinamizador e multiplicador dessa expansão, incrementando suas rendas e melhorando o bem-estar social e econômico através de atividades não agrícolas, tais como mecânico, motorista, vendedor e professor.

Os indicadores estudados foram divididos em 4 dimensões - econômica, social, ambiental e institucional. No total foram levantados 28 indicadores. A tabela 1 mostra os indicadores estudados na pesquisa para a dimensão econômica.

Tabela 1 – Indicadores da dimensão econômica - Agricultores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

	Indicadores	Pluriativos	Não Pluriativos
1	Renda <i>per capita</i>	R\$ 1.093,17	R\$ 535,49
2	Índice de Gini	0,43	0,43
3	Meios de Trans. Particular	40%	30%
4	Pol. de Transf. de renda	9%	21,54%
5	Taxa de Dependência	24%	38%
6	Taxa de empréstimo	45%	78%
7	Taxa de endividamento	22%	35%

Fonte: Pesquisa de campo 2013.

A tabela 1 revela que, a renda *per capita* dos agricultores não pluriativos é de R\$ 535,49 e a renda per capita dos agricultores pluriativos é de R\$ 1.093,17. De acordo com Schneider (2003) e Favareto (2011), isso ocorre porque a pluriatividade pode ser uma alternativa para incrementar a renda dos agricultores familiares. Como coloca Delgado (2009), para que haja uma equidade maior entre a população rural é necessário aproveitar a interação entre o meio urbano e o rural. Situação assimilada pelos agricultores pluriativos do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

Em termos relativos à diferença na renda *per capita* entre as duas categorias de agricultores é de cerca de 104%. Em torno de 40% das famílias de agricultores assentados pluriativos têm veículos

automotores, ao passo que, aproximadamente 30% das famílias de agricultores não pluriativos têm esse tipo de veículo.

O único indicador com melhor desempenho para famílias de agricultores não pluriativos foi representado pelas políticas de transferência de renda, cerca de 21,54% dessas famílias têm acesso a alguma política de transferência de renda, tais como aposentadoria ou bolsa família. Sendo que, apenas 9% das famílias de agricultores pluriativos têm acesso a essas políticas de transferências de renda. No entanto, 78% das famílias de agricultores não pluriativos estão endividados e esse endividamento representa 35% da renda total desses agricultores. Neste aspecto, os agricultores pluriativos apresentam melhor desempenho, mesmo que 45% dessas famílias estejam endividadas esse endividamento representa 22% da renda total familiar. A tabela 2 apresenta os indicadores da dimensão social estudados na pesquisa, bem como seus respectivos valores para cada categoria de ator.

Tabela 2 – Indicadores da dimensão social - Agricultores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

	Indicadores	Pluriativos	Não Pluriativos
8	Pop. abaixo da pobreza	0%	22%
9	Adultos alcançaram o Ens. Médio	35%	12%
10	% fam. acesso a saúde	26%	28%
11	Taxa de alfabetização	98%	94%

Fonte: Pesquisa de campo 2013.

A tabela 2 mostra os valores de quatro indicadores para a dimensão social. Segundo essa tabela, 98% dos componentes de famílias pluriativas são alfabetizados, 35% dos componentes dessas famílias alcançaram o ensino médio e não há pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza. Além disso, cerca de 26% dessas famílias têm acesso a saúde, ou seja, têm plano de saúde ou recebem ao menos uma visita mensal de um médico e enfermeiro do Programa Saúde da Família do Governo Federal. Por outro lado, a mesma tabela mostra que, 22% dos agricultores não pluriativos vivem abaixo da linha da pobreza, apenas 12% alcançaram o ensino médio, 28% têm acesso à saúde e 94% dos componentes dessas famílias são alfabetizados. No geral, 75% dos indicadores mostrados

na tabela 2 apresentam valores favoráveis aos agricultores pluriativos.

Autores como Evans (2003) e Sen (2010) colocam que, para aumentar o bem-estar da população rural é necessário considerar a elevação nos níveis de educação, nutrição e saúde. Portanto, como foi visto, tais condições são mais favoráveis aos agricultores pluriativos. A tabela 3 mostra os indicadores da dimensão ambiental para as duas categorias de atores apontadas na pesquisa.

Tabela 3 – Indicadores da dimensão ambiental - Agricultores do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

Indicadores		Pluriativos	Não Pluriativos
12	Abastecimento de água	100%	58%
13	Área média da propriedade	23,7	21,88
14	Área de reserva desmatada	-	0,15 ha
15	Past. e matas naturais	20%	20%
16	Pastagens degradadas	93%	99%
17	Terras aráveis	4,84	1,47
18	Uso de agrotóxicos	457,86 kg/ha	145,6 kg/ha
19	Uso de fertilizantes	20.433 kg/ha	6.776 kg/ha

Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

A tabela 3 é composta por 8 indicadores e mostra qual categoria de agricultores assentados mais contribui para a preservação ambiental. Segundo essa tabela, todas as famílias de agricultores pluriativos têm acesso ao abastecimento de água encanada, ao passo que, apenas 58% das famílias de agricultores não pluriativos têm acesso a esse sistema. A mesma tabela revela que, os agricultores pluriativos têm uma área média da propriedade de 23,7 ha e deste total, 4,84 ha são terras aráveis destinadas ao plantio. No entanto, esses agricultores utilizam uma quantidade maior de agrotóxicos e fertilizantes do que os agricultores não pluriativos, os quais cerca de 99 % das pastagens estão degradadas, desmataram área da reserva legal para realizar plantio e destinaram apenas 1,47 ha para cultivo agrícola. A tabela 4 apresenta os indicadores da dimensão institucional e seus respectivos valores para cada tipo de agricultor assentado.

Tabela 4 – Indicadores dimensão institucional - Agricultores do Assentamento São Domingos dos Olhos D`água.

	Indicadores	Pluriativos	Não Pluriativos
20	Acesso a computador	5%	0%
21	Acesso a geladeira	100%	100%
22	Acesso à Internet	5%	0%
23	Acesso a luz elétrica	100%	100%
24	Acesso a sanitário	100%	70%
25	Acesso a Tratores	13,64%	0%
26	Associativismo	41%	57%
27	Canais TV	100%	100%
28	Linhas telefônicas	95%	83%

Fonte: Pesquisa de campo 2013.

A tabela 4 mostra nove indicadores para a dimensão institucional, os quais podem apontar variáveis que contribuem para a melhoria do bem-estar dos agricultores do Assentamento São Domingos dos Olhos D`água. Para os agricultores pluriativos a pesquisa mostrou que todos têm geladeira, luz elétrica, sanitário e acesso a ao menos um canal de TV nas residências. No entanto, apenas 5% dessas famílias têm acesso a computador e internet, somente 13,64% têm acesso a tratores para realizar o plantio e 41% são associados a alguma cooperativa. Para os agricultores não pluriativos a pesquisa mostrou que eles não têm acesso a tratores, internet e nem a computadores. Apenas 70% das residências desses agricultores têm sanitários e cerca de 57% dessas famílias são cooperados.

A tabela 5 mostra a distribuição dos componentes dos agricultores do assentamento por faixa etária, tanto em valores absolutos quanto em valores percentuais.

Tabela 5 – Distribuição dos componentes das famílias do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

Pluriativos			Não pluriativos		
Idade	Pessoas	% pes.	Idade	Pessoas	% pessoas
0 10	10	12,2%	0 10	5	7,7%
10 20	8	9,8%	10 20	11	16,9%
20 30	15	18,3%	20 30	5	7,7%
30 40	5	6,1%	30 40	9	13,8%
40 50	14	17,1%	40 50	8	12,3%
50 60	21	25,6%	50 60	13	20,0%
60 70	9	11,0%	60 70	14	21,5%
Total	82	100%	Total	65	100%

Fonte: Pesquisa de campo 2013.

De acordo com dados da tabela 5 é possível perceber que 82 pessoas fazem parte da categoria de assentados pluriativos. Desse total, cerca de 25% dos componentes têm no mínimo 50 anos e no máximo 59 anos de idade, 12% das pessoas têm menos de 10 anos e cerca de 11% têm no mínimo 60 anos de idade. Segundo a mesma tabela, foram classificadas 65 pessoas na categoria de assentados não pluriativos. Para esse total, a tabela mostra que 21,5% dos componentes das famílias têm no mínimo 60 anos e 7,7% das pessoas têm menos de 10 anos de idade. Contudo, a pesquisa revelou, ainda, que a idade média dos assentados pluriativos gira em torno dos 38 anos de idade e 41 anos para os assentados não pluriativos.

A tabela 6 mostra, termos relativos, a quantidade de agricultores, por categoria, ocupados em atividades agrícolas e o total da PEA para cada tipo de agricultor.

Tabela 6 – Pessoas ocupadas por atividade e População economicamente ativa do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água.

Agricultores familiares		Faixa etária			
Categoria	Atividades	0 15	15 60	60 90	
	%agr.	0%	29%	4%	
Pluriativos	%não agr.	0%	37%	6%	
	% sem ativ.	16%	8%	0%	Total
	%total pessoas	16%	74%	10%	100%
	%agr.	8%	37%	0%	
Não Pluriativos	%não agr.	0%	0%	17%	
	% sem ativ.	12%	21%	5%	Total
	%total pessoas	20%	58%	22%	100%

Fonte: Pesquisa de campo 2013.

Segundo os dados da tabela 6 a População Economicamente Ativa (PEA) para a categoria agricultores pluriativos do assentamento São Domingos dos Olhos D'água é de 74%. Sendo que, a cerca de 29% dos componentes de agricultores pluriativos têm entre 15 e 60 anos de idade e estão ocupados em atividades agrícolas, 37% estão ocupadas em atividades não agrícolas e 8% estão desempregadas. É possível perceber que 10% dos componentes das famílias de assentados pluriativos têm mais de 59 anos de idade e 16% têm menos de 15 anos de idade. De acordo com dados do IBGE (2014), a PEA urbana em 2010 para Goiás foi de 59,77% e 61,75% em Goiatuba. Portanto, pelos dados apresentados na tabela 6 é possível perceber que a PEA dos assentados pluriativos é superior a PEA urbana das duas regiões acima citadas.

A tabela 6 mostra, ainda, que 58% das famílias de assentados não pluriativos pertencem a PEA dessa categoria de atores. Sendo que, 37% dessa categoria de ator estão ocupados em atividades agrícolas e 21% estão desempregados. Além disso, a mesma tabela mostra que 20% dos componentes de agricultores não pluriativos têm menos de 15 anos de idade e 22% têm mais de 59 anos de idade. Em virtude da idade, muitos agricultores não conseguem desenvolver atividades remuneradas dentro ou fora da propriedade. A única alternativa é produzir produtos básicos para a subsistência e, em alguns casos, viver da aposentadoria. Por essa

razão, registrou-se uma maior quantidade de idosos nas famílias de agricultores não pluriativos.

Dessa maneira, esses valores podem indicar uma taxa de dependência elevada, por considerar que grande parte da população de agricultores não pluriativos ou faz parte da População não economicamente ativa ou está desempregada. Isso compromete a renda familiar, uma vez que grande parte dos componentes dessas famílias dependerá do rendimento familiar. Nesse sentido, Kageyama (2004) coloca que, quando há uma grande quantidade de pessoas com no mínimo 60 anos e no máximo 14 anos de idade pertencentes a uma mesma família, pode haver uma piora na condição social das famílias que estão nesta situação em decorrência da dependência dessas pessoas em relação ao rendimento principal da família.

De acordo com autores, como Kageyama (2004) e Sen (2010), quando há um número elevado de crianças ou idosos numa família, o bem-estar dessa família pode ser comprometido em razão dos recursos existentes serem repartidos entre o grande número de membros. Por esse motivo, a família passa a ocupar uma posição desvantajosa, uma vez que podem existir várias pessoas dependendo da renda de poucos.

Tabela 7 – Componentes de agricultores pluriativos do assentamento ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas

Atividade	Quant.	%	Renda média
Motorista	7	11,29	----
Professor	3	4,84	----
Mecânico	5	8,06	----
Vendedor	15	24,19	----
Total não agrícola	30	48,39	R\$ 1.271,00
Nenhuma atividade	20	32,26	0,00
Total agrícola	32	51,61	R\$ 991,00
Total de pessoas desempenhando atividades agrícolas e não agrícolas	62	100,00	R\$ 1.131,00

Fonte: Pesquisa de campo 2013.

Segundo os dados da tabela 7, em relação aos agricultores assentados pluriativos, 62 componentes das famílias desses agricultores desempenham atividades agrícolas e não agrícolas. É possível perceber que, 48,39% desempenham

atividades não agrícolas, sendo 11,29% motoristas, 4,84% são professores, 8,06% são mecânicos e 24,19% são vendedores. Outros 51,61% estão ocupados em atividades agrícolas, o que caracteriza, portanto, esses agricultores em pluriativos. Como mostra Scheinder (2001), a pluriatividade é a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, de modo que pelo menos um dos membros dessa unidade desempenha alguma atividade diferente da agricultura. Mesma idéia defendida por Kageyama (2004) ao mostrar que, o campo passa a contemplar várias atividades não exclusivamente agrícolas, sendo as atividades apresentadas na tabela 7 uma caracterização desse pensamento da referida autora.

A renda média familiar gira em torno de R\$ 1.131,00 para a categoria de ator apontada na tabela 7, sendo que, R\$ 1.271,00 é o rendimento médio familiar oriundo de atividades não agrícolas e R\$ 991,00 o rendimento médio oriundo de atividades agrícolas. Dessa maneira, constata-se que os rendimentos das atividades não agrícolas são superiores aos rendimentos das atividades agrícolas.

Sendo que, no caso dos agricultores pluriativos, tanto a renda média familiar quanto a *renda per capita* apresentam valores superiores aos mesmos rendimentos das famílias de assentados não pluriativos. Em relação aos primeiros a renda média per capita gira em torno de R\$ 1.093,17 e para esses últimos a renda gira em torno de R\$ 535,49. O fato de uma diferença grande na renda para essas duas categorias de atores pode ser explicado pela grande quantidade de pessoas em idade ativa, para a categoria de assentados não pluriativos, que estão desempregados e, aliado a isto, existe um grande número de pessoas com idade não economicamente ativa que depende da renda do agente principal de cada família.

A renda média familiar oriunda de atividades agrícolas para as duas categorias de atores é praticamente a mesma, R\$ 991,00 para os agricultores pluriativos e R\$ 915,57 para os agricultores não pluriativos. Como os rendimentos não agrícolas são maiores do que os rendimentos agrícolas e, também, em decorrência da pequena quantidade de pessoas em idade economicamente ativa que estão desempregadas e, portanto, uma taxa de dependência menor, do que o mesmo indicador dos agricultores não pluriativos, os agricultores pluriativos conseguem uma renda *per capita* mais elevada.

Como colocam Kay (2005) e Wanderley (2000), o incremento na renda dos agricultores pluriativos ocorre em razão da diversificação das atividades e em decorrência da proximidade da área urbana com o meio rural. Assim, como o Assentamento São

Domingos dos Olhos D'água está próximo ao município de Goiatuba, o qual é grande absorvedor de mão de obra, principalmente, nas usinas de cana-de-açúcar e na própria prefeitura, como servidores públicos, muitos componentes de agricultores pluriativos elevam os ganhos aproveitando essa dinâmica do município.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que, em decorrência da inserção no mercado de trabalho através de atividades não agrícolas, os agricultores pluriativos do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água possuem nível de bem-estar mais elevado do que os agricultores não pluriativos desse assentamento. Sendo que, um fator responsável por isso pode ser o nível de escolaridade bem maior entre os membros de agricultores pluriativos, o que favorece a contratação em atividades não agrícolas. Como efeito das ruralidades sobre o assentamento pode-se perceber, além de um nível de bem-estar mais elevado, uma maior ocupação entre os membros de agricultores pluriativos. Assim, a taxa de desemprego para as famílias pluriativas é menor do que para as famílias não pluriativas, com isso, os agricultores pluriativos têm uma renda per capita maior do que os outros assentados. O estudo mostrou, ainda, que isso ocorreu em razão de uma maior ocupação em atividades não agrícolas e, também, pela existência de uma taxa de dependência menor para os agricultores pluriativos. Portanto, tais situações contribuíram para que os agricultores pluriativos adquirissem bens de consumo duráveis e não duráveis, como geladeira, computador, internet, telefones celulares, canais de TV, sanitários e veículos automotores, em níveis mais elevados do que os agricultores não pluriativos. Além disso, a pluriatividade se mostrou viável para os atores rurais do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água em razão da proximidade desse assentamento com o município de Goiatuba, o qual consegue absorver produtos e serviços dos assentados. Sendo que, no outro município, Morrinhos, distante cerca de 50 km do assentamento, os assentados não disponibilizam nenhum tipo de produto ou serviço, tudo é direcionado para Goiatuba, em razão do dinamismo e da distância do município, apenas 16 km. Porém, se o referido assentamento estivesse em uma área mais distante do município de Goiatuba ou se esse município não apresentasse um dinamismo crescente a pluriatividade se mostraria menos viável, porque os assentados pluriativos, não conseguiriam ofertar produtos e tampouco o município conseguiria

absorver mão de obra para as atividades não agrícolas. Assim, a fonte de renda se limitaria as atividades ligadas apenas a agricultura.

5. REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

DELGADO, N. G. **Papel e Lugar do Rural no Desenvolvimento Nacional**. Brasília: CONDRAF/MDA. 2009.

EVANS, P. Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 20-63, 2003.

FAVARETO, A. **Economia verde e um novo ciclo de desenvolvimento rural**. Revista Política Ambiental nº. 8 - Economia Verde. Junho de 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J; SHIKI, S; ORTEGA. A.C. **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Pesquisado em 29 de jul. 2014.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAY, C. *Development strategies and rural development: exploring synergies, eradicating poverty*. **Journal of Peasant Studies**, 36:1, 103-137. 2009.

Navarro, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 16, n. 43, p. 83-100, dez. 2001.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Análise da relação entre desmatamento e bem-estar da população da Amazônia Legal.

Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, vol. 48 no. 1 Jan./Mar. 2010.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano 16, n. 3, p. 14-33, jul./Set. 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** - VOL. 18 Nº. 51, 2003.

SCHNEIDER, S. **Território, Ruralidade e Desenvolvimento**. In: VELÁSQUEZ LOZANO, F. MEDINA, J.G.F. (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colômbia: Editorial Pontifícia *Universidad Javeriana*, v. 1, p. 67-108, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 416 p.

VEIGA *et alii*, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), Texto para Discussão nº 01, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas** – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.15, p. 87 – 145, outubro de 2000.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61, UFRR.

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO PRODUÇÃO-CONSUMO NOS MUNICÍPIOS DE TOLEDO (PR) E CONTAGEM (MG)

Irio Luiz Conti¹
Angelita Bazotti²
Guilherme F. W. Radomsky³

Resumo

O artigo visa contribuir com o debate sobre o potencial da agricultura familiar para o fortalecimento de um modelo de produção e consumo que garanta a segurança alimentar e nutricional da população. Utilizou-se a abordagem qualitativa apoiada em técnicas de pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas para a obtenção dos dados secundários e primários deste estudo. Inicialmente reúnem-se contribuições de especialistas sobre o contexto internacional da agricultura e da segurança alimentar e nutricional e, na sequência, relaciona-se a emergência da agricultura familiar brasileira e o debate sobre produção de alimentos. Apresentam-se dados do Censo Agropecuário que corroboram que a agricultura familiar, que responde por 84,4% dos estabelecimentos rurais do país, é responsável por quase 80% da produção dos alimentos. Com apenas 24,3% do total da área dos estabelecimentos a agricultura familiar responde por 33,2% do valor geral da produção e mantém 74,4% dos trabalhadores ocupados nos estabelecimentos. Analisam-se dois casos de articulação entre rural e urbano, nos municípios de Toledo e Contagem, que mostram a reconfiguração

¹ Graduado em Teologia pelo Instituto Missionário de Teologia com licenciatura em Filosofia (UPF). Especialista em Direitos Humanos (CESUSC). Mestre em Sociologia (UFRGS). Doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Conselheiro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Bolsista FAPERGS.

² Graduada em Ciências Políticas e Sociais. Mestrado em Sociologia (UFPR). Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Pesquisadora do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

³ Graduado em Ciências Sociais (UFRGS). Mestrado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Doutorado em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

das relações entre produção e consumo de alimentos a partir do papel proativo dos atores sociais e do Estado.

Palavras-chave: agricultura familiar; segurança alimentar e nutricional; produção; consumo; ruralidade.

**FAMILY FARMING AND FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY: A
STUDY ON PRODUCTION-CONSUMPTION RELATIONSHIP
FROM THE CASES OF TOLEDO (PR) AND CONTAGEM (MG)
MUNICIPALITIES**

Abstract

The article's aim is to enhance the debate about the potential of family farming to the strengthening of a production-consumption model that ensures food and nutritional security for the population. The research was based on a qualitative approach, including documents analysis, participant observation and interviews. At first, we gather expert contributions about international context over agriculture and food and nutritional security and relate these to the emergence of family farming in Brazil and food production debate. Data from Brazilian Agricultural Census are analyzed and states that family farming, which covers 84,4% of rural units, is responsible for almost 80% of food production. Having only 24,3% of total amount of lands (ha), family farming produces 33,2% of general production holding 74,4% of occupied labor. We examine two situations (Toledo and Contagem municipalities) that show rural-urban articulation and reveal the reconfiguration of food production-consumption relationship through the active role of social actors and the State.

Key-words: family farming; food and nutritional security; production; consumption; rurality.

1. INTRODUÇÃO

O espaço da agricultura familiar no sistema agroalimentar tem sido objeto de intensos debates nos meios acadêmicos e sociais. Para alguns, a modernização da agricultura e o aperfeiçoamento tecnológico com automação crescente e redução drástica da mão-de-obra apontam para a agricultura do futuro. A correção de pequenas distorções, especialmente relacionadas à sustentabilidade ambiental e ao aumento da produtividade agrícola, responderia às demandas de produção e abastecimento alimentar baseadas no modelo agroindustrial e exportador.

Para outros, porém, o cenário é diferente. O modelo acima referido estaria superado e emergiriam múltiplas formas de organização social baseadas na agricultura familiar e no rural com gente, que exerceria um papel relevante na produção de alimentos para o autoconsumo e para o abastecimento alimentar.

Este artigo tem por objetivo contribuir com o debate sobre o potencial da agricultura familiar para fortalecer um modelo de produção e consumo alimentar que garanta a realização da segurança alimentar e nutricional⁴ da população no Brasil. Ao longo deste estudo será possível demonstrar que, em diferentes contextos, a agricultura familiar contribui para viabilizar formas de vida no espaço rural, ao mesmo tempo em que oportuniza sinergias e aproximações entre o rural e o urbano na produção e consumo alimentar. Isso será mais evidenciado com os dois casos que mostram que o Estado e a sociedade civil, pluralizada em esferas de atuação, constituem dois polos complementares na implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN).

Inicialmente reúnem-se contribuições de especialistas sobre as perspectivas da agricultura e da segurança alimentar e nutricional no mundo. Na sequência, relacionam-se a emergência da agricultura familiar no Brasil e dois casos que evidenciam sua importância para garantir a segurança alimentar e nutricional com alimentos saudáveis.

⁴ Entre os objetivos e diretrizes que regem a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional destacam-se: a universalidade e a equidade no acesso à alimentação adequada; a promoção do abastecimento e a estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados; processos permanentes de educação alimentar e nutricional; universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; o acesso universal à água de qualidade e em quantidade; participação e controle social na formulação e execução das políticas; intersetorialidade das políticas; e o monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada (CONSEA, 2004; BRASIL, 2010, art. 2º).

Os casos apresentados são dos municípios de Contagem, em Minas Gerais, e Toledo, no Paraná⁵. O primeiro ilustra a realidade de um centro metropolitano em torno do incentivo à produção para ampliar a segurança alimentar e nutricional de sua população. O segundo demonstra a preocupação dos diferentes atores com políticas públicas que reforcem e viabilizem a agricultura familiar, por meio do fortalecimento da conexão entre produtores e consumidores. Ambos os casos se interconectam com a implantação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)⁶ em sua dimensão municipal.

A coleta de dados⁷ foi obtida por meio de fontes secundárias e primárias. Inicialmente foram recolhidos e analisados diversos documentos dos órgãos públicos e das organizações e entidades sociais sobre as políticas e programas de SAN em seus diversos estágios de implantação. Na sequência fez-se a coleta dos dados primários mediante a utilização de duas técnicas de pesquisa: a observação participante e as entrevistas semiestruturadas.

A observação participante foi utilizada em reuniões com gestores públicos e lideranças das organizações e associações de agricultura familiar. Já as entrevistas semiestruturadas ocorreram com as lideranças das organizações sociais da agricultura familiar, das entidades e com os gestores públicos como prefeitos, secretários, coordenadores de setores e nutricionistas que possuem algum vínculo com as políticas de SAN nos municípios. Priorizou-se a abordagem qualitativa e a questão central que orientou ambas as técnicas foi conhecer as experiências e os atores locais, com enfoque no potencial dos programas e ações de SAN para dinamizar as interfaces entre a produção e o consumo nos municípios.

Nas entrevistas foram ouvidas lideranças de quatro organizações da agricultura familiar e de duas da agricultura periurbana envolvidas com o processo de produção e abastecimento dos programas públicos de compras institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); dirigentes de 12 instituições socioassistenciais e educativas que recebem e distribuem os alimentos oriundos desses programas; sete gestores públicos (prefeitos e secretários municipais), dois membros do Conselho

⁵ A versão ampliada deste estudo faz parte do Relatório de pesquisa denominado "Sistemas Descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional", elaborado por Irio Luiz Conti, Mariana Santarelli e Telma Castello Branco, em 2011, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

⁶ O SISAN foi instituído pela Lei 11.346/2006.

⁷ As visitas de campo foram realizadas no segundo semestre de 2010 e atualizadas com informações obtidas no primeiro semestre de 2011.

Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) em cada município, dois coordenadores do departamento de SAN e 11 técnicos responsáveis pela operacionalização dos referidos programas nos municípios. Na sequência fez-se a sistematização e análise dos dois casos, com alguns aprendizados que podem trazer aportes para as interfaces entre agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional.

2. AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO DEBATE INTERNACIONAL

A preocupação em torno da agricultura familiar e da alimentação não é apenas regional e nacional, mas também mundial. A realidade internacional em relação à segurança alimentar e nutricional evidencia que coexistem situações de má nutrição, que vão desde a fome⁸ até a obesidade, afetando tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento.

Com a emergência da crise internacional do sistema agroalimentar, em 2008, no contexto das crises econômica, energética e ambiental, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)⁹ identificou alguns temas indispensáveis para o enfrentamento da crise alimentar, tais como: a alimentação e a agricultura; as mudanças agrícolas e agrárias, seus entornos macroeconômicos, os mercados agroalimentares e os preços dos alimentos; pobreza e desigualdades sociais; acesso à base de recursos como água, terra, bosques e potencial genético; mudanças climáticas, investimentos públicos e privados para reverter à crise alimentar nos países desenvolvidos e em desenvolvimento; políticas de segurança alimentar e nutricional; e modelos de desenvolvimento, especialmente na África. Esses temas mostram que a crise do sistema alimentar intensificou preocupações convergentes em torno do papel central da agricultura familiar na produção e abastecimento alimentar.

Com a contribuição de diferentes especialistas, a agricultura e a SAN ocupam amplos espaços na literatura acadêmica e nos

⁸ Segundo a FAO o número de pessoas famintas no mundo é de 870 milhões e a partir de 2011 o número de obesos ultrapassou o número de pessoas famintas e alcançou 1,5 milhão.

⁹ Em 2008 a FAO criou o Painel de Expertos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE) no interior do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional (CFS) para contribuir com o CFS em análises sobre a situação da SAN no mundo. Este Painel apresentou seus estudos em junho de 2009, em Roma, com o tema: "Como alimentar o mundo em 2050?". Ver "*Foro de Expertos de Alto Nível*". Disponível em: <http://www.fao.org/wsfs/forum2050/wsfs-background-documents/wsfs-expert-papers/es/>

debates dos organismos internacionais que avaliam e recomendam políticas e iniciativas relacionadas ao sistema agroalimentar. Recentemente quatro documentos foram divulgados no âmbito das Nações Unidas. Um foi elaborado por Olivier de Schutter, intitulado *Agroecologia e o Direito Humano à Alimentação Adequada*, e apresentado à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Outros dois foram preparados pelo Painel de Expertos de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricionais (HLPE/CFS/FAO) e denominados, respectivamente, de *Segurança Alimentar e Mudança Climática* (FAO, 2012a) e *Proteção Social para a Segurança Alimentar* (FAO, 2012b). O último é o relatório anual da FAO sobre *O Estado Mundial da Agricultura e a Alimentação* (FAO, 2013). Dada a sua relevância, faz-se uma breve retomada destes documentos e seus aportes centrais ao debate sobre a agricultura e a segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional.

O relator da ONU ressalta que a retomada dos investimentos na agricultura após a crise de 2008 é um fator essencial à plena realização do direito à alimentação. Entretanto, destaca que a questão mais premente não se localiza no “quanto” os países podem e devem investir, mas sim “como” deverão reorientar seus sistemas agroalimentares de modo que sejam produtivos e sustentáveis. Schutter (2012, p. 9) identifica a “agroecologia como um meio de desenvolvimento que apresenta fortes conexões conceituais com o direito à alimentação e tem resultados comprovados” na realização deste direito na vida de muitos grupos sociais. Pois, sua abordagem sistêmica e holística proporciona vantagens complementares às abordagens convencionais por possibilitar compreensões da diversidade que integra os agroecossistemas com suas variedades e seus potenciais de produtividade, que ultrapassam a estrita dimensão do desenvolvimento econômico e abrangem relações mais equilibradas entre o ser humano e os diversos usos dos recursos naturais.

Segundo Schutter (2012), os países signatários dos acordos e tratados internacionais de direitos humanos assumem as obrigações de adotar medidas eficazes para superar a pobreza - especialmente presente nas áreas rurais¹⁰ - e garantir a realização do direito humano à alimentação, mediante a implantação de sistemas alimentares que cumpram três objetivos estratégicos.

¹⁰ Segundo a FIAN Internacional, as pessoas que padecem pela fome no mundo encontram-se majoritariamente em zonas rurais, assim agrupadas: 50% são agricultores em pequena escala, 20% são trabalhadores agrícolas sem terra, 10% são pastores, pescadores e habitantes de bosques que dependem dos recursos naturais para viver e os outros 20% vivem nas zonas urbanas.

O primeiro requer que os sistemas alimentares garantam a disponibilidade de alimentos para toda população mundial de modo a adequar a oferta às demandas mundiais, por meio da adoção de tecnologias sustentáveis, redução de desperdícios¹¹ e o reordenamento da produção e do consumo. O segundo destaca que a agricultura precisa adotar medidas que evitem a perda da biodiversidade, o uso desregrado da água, a crescente contaminação dos solos e das águas e a exaustão dos recursos naturais. E o terceiro objetivo aponta que as causas da fome decorrem da pobreza e não da falta de alimentos e a forma mais eficiente de combatê-la seria aumentar a renda dos mais pobres, visto que o PIB agrícola é, no mínimo, duas vezes mais eficaz na redução da pobreza do que o crescimento do PIB fora da agricultura.

Os efeitos multiplicadores são significativamente maiores quando o crescimento é desencadeado pela *maior renda dos pequenos proprietários*, estimulando a demanda por produtos e serviços de vendedores e prestadores de serviços locais. Quando as grandes propriedades aumentam sua receita, a maior parte dela é investida em insumos e máquinas importadas e uma parte muito menor vai para os comerciantes locais. Apenas ao apoiarmos os pequenos produtores nós poderemos ajudar a romper o círculo vicioso que leva da pobreza rural à expansão de favelas urbanas, nas quais a pobreza gera mais pobreza (SCHUTTER, 2012, p. 15).

No documento sobre *Segurança Alimentar e Mudança Climática*, o Painel de Expertos em Segurança Alimentar e Nutricional da FAO (2012a) aponta que os desafios para a agricultura e SAN tornam-se mais complexos diante da insuficiência de recursos disponibilizados pela maioria dos Estados para mitigar esta situação e das mudanças climáticas que reduzem a capacidade de produção e, conseqüentemente, aumentam a vulnerabilidade e a insegurança

¹¹ Segundo a FAO (2013) ao redor de um terço da produção agrícola mundial é desperdiçada.

alimentar e nutricional das regiões mais expostas a tais fatores. Diante disso é necessário que haja um manejo de riscos, acompanhado de estratégias de construção de sistemas alimentares e estímulo a processos de produção, processamento e consumo mais resilientes e ancorados nas características dos ecossistemas locais e regionais. Entre as estratégias recomendadas encontram-se o aperfeiçoamento de infraestrutura; a captura e manejo das águas, com tecnologias sociais de irrigação; a produção orgânica; a qualificação de sistemas de armazenagem e a redução de desperdício em toda cadeia de produção; a reconversão do uso de cereais para à alimentação humana e não animal. Igualmente são necessários volumosos investimentos públicos em pesquisas que contribuam com tecnologias agrícolas adaptadas às condições adversas que mitiguem os impactos das mudanças climáticas, além de crédito e serviços de extensão rural que estimulem a produção agroalimentar.

O terceiro texto, também produzido pelo Painel de Expertos¹² da FAO (2012b), enfoca a *Proteção Social para a Segurança Alimentar e Nutricional*. Os especialistas avaliam as políticas de proteção social na agenda de desenvolvimento e apontam a importância das mesmas serem desenvolvidas de forma sistêmica e cada vez mais intersetorial, com a conjugação de medidas imediatas e mudanças estruturais, como a criação de empregos, acesso a recursos produtivos e dinamização da agricultura familiar. Como as causas da insegurança alimentar e nutricional são multifatoriais os especialistas frisam que elas precisam ser enfrentadas com medidas interrelacionadas como: criação de empregos e viabilização do acesso a terra, à água e aos recursos naturais; viabilização de sistemas públicos de abastecimento e gestão de estoque de alimentos; e criação de condições de acesso ao mercado desde a perspectiva do consumo, do suprimento e da regulação de preços dos alimentos.

A publicação da FAO sobre *O Estado Mundial da Agricultura e a Alimentação* (FAO, 2013) evidencia que a má nutrição – subnutrição, deficiência de micronutrientes, sobrepeso e obesidade – acarreta altos custos econômicos e sociais aos países¹³. Acentua que uma boa nutrição e dietas saudáveis começam com alimentação e agricultura de qualidade, baseadas em múltiplas estratégias, tais

¹² Este grupo é composto por representantes de 15 países e conta com a presença de Renato Maluf, o único representante brasileiro neste Painel.

¹³ Neste ano a FAO (2013) estima um aumento de 7% na produção de cereais no mundo em relação a 2012. No entanto, 34 países continuam necessitando de assistência alimentar externa, entre os quais 27 se localizam na África.

como: o fortalecimento dos processos de produção e a criação de condições para a heterogeneidade dos pequenos produtores se inserirem nos mercados - agricultura em pequena escala produz 80% dos alimentos consumidos em muitos países em desenvolvimento; o estabelecimento de mecanismos de controle de preços dos insumos e dos alimentos; a criação de ambiente favorável de governança por parte dos poderes públicos na moderação entre os setores públicos e atores privados que atuam no sistema alimentar; e o estímulo aos mecanismos de compras públicas de alimentos para programas sociais e alimentação escolar como forma de aproximação entre produtores e consumidores.

Respeitados os enfoques entre os autores dos quatro documentos analisados, poder-se-ia adicionar uma gama de outras organizações¹⁴ e cientistas renomados, cujas análises convergem em diagnósticos que apontam a necessidade da reconversão dos modelos de produção e consumo alimentar baseados, fundamentalmente, no que Marsden e Sonnino (2006) denominam de circuito face-a-face. E todos destacam o papel estratégico e o potencial da agricultura familiar e camponesa, especialmente a de base agroecológica, na produção e no abastecimento para a segurança alimentar e nutricional. Por diferentes caminhos, ressaltam o que também afirma Maluf (2010), que a crise do sistema alimentar mostra que se equivocaram aqueles que entendiam que os mercados dariam conta de “cuidar” dos sistemas alimentares. Ao contrário, essa crise contribuiu para reforçar as teses de que os Estados precisam exercer um papel proativo na regulação dos preços e no estímulo às políticas públicas de fortalecimento dos sistemas agroalimentares nacionais e locais que assegurem o direito à alimentação de qualidade para toda população.

3. EMERGÊNCIA E POTENCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a partir dos anos 1980 incorporou-se o termo familiar a um amplo modo de reprodução social que convencionalmente vinha sendo chamado de agricultura, ou agricultura acrescido de algum adjetivo. Desde então, gradualmente, a agricultura familiar passou a constituir-se em um tema que assume importância crescente nos diferentes âmbitos de debate, tanto no meio político como acadêmico. Segundo Wanderley (2009), entre os fatores que contribuíram para essa emergência encontram-se a

¹⁴ A FIAN internacional (www.fian.org), a Action Aid Internacional (www.actionaid.org) e a GRAIN (www.grain.org) produzem e divulgam análises similares em torno dos impactos das mudanças que vêm ocorrendo na agricultura e na segurança alimentar e nutricional.

mobilização e pressão dos movimentos sociais para transformar essa em uma questão da sociedade, mas houve também a efervescência da produção acadêmica em estudos que ajudaram a reposicionar a compreensão do lugar da agricultura familiar no contexto brasileiro. Na mesma linha de pensamento Schneider aponta que

A emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira parece ocorrer, quase simultaneamente, em duas esferas distintas, no início da década de 1990. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos debates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, especialmente os da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul e, do outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que introduziram a expressão (SCHNEIDER, 2009, p. 34).

Em meio à modernização da agricultura, os pequenos agricultores corriam o risco de ficarem à margem dos processos de integração comercial e de produção agropecuária que se configuravam e que certamente influiriam nos rumos futuros da agricultura da região. Assim, “a expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais” (SCHNEIDER, 2009, p. 34-35) mobilizados pelo sindicalismo rural, cujas ações eram bastante fragmentadas, de modo que “esse movimento constitui-se em marco decisivo para a unificação do discurso em defesa dos interesses dos agricultores familiares” em torno desta nova categoria síntese forjada pelos movimentos sociais do campo. Embora essa categoria tenha obtido reconhecimento nas últimas décadas, de acordo com Picolotto (2009), a luta para serem compreendidos como sujeitos de direitos é antiga entre os agricultores brasileiros.

Observa-se que a discussão sobre agricultura familiar na Europa e na América do Norte alcançou expressão alguns anos antes. Num debate que se tornou importante entre fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1990, os argumentos em torno da capacidade (e até superioridade) produtiva da agricultura familiar eram recorrentes. Abramovay (1998) argumenta que houve elementos político-institucionais que ajudaram a viabilizar econômica e socialmente esta forma de produção. Pois, permitiram que os agricultores alcançassem melhores patamares tecnológicos e patrimônio físico, por meio do incentivo creditício do Estado que estimulou o incremento da produção agrícola via a modernização da agricultura na sociedade cada vez mais urbanizada.

Friedmann (1978) argumenta, num estudo de caráter histórico, que a forma familiar se tornou mais competitiva que a empresarial, tendo em vista a flexibilidade do trabalho da família e da forma de reprodução simples do capital, nos termos de Marx. Diferente da agricultura empresarial, calcada na reprodução ampliada, a forma familiar não buscaria a mais-valia e produziria alimentos a preços mais baratos. Num espectro distinto, mas ainda em torno do marxismo, para Mann e Dickinson (1978) o capital teria que enfrentar obstáculos naturais, riscos climáticos e possíveis pragas. Diante disso as formas familiares seriam mais maleáveis para dar conta da produção alimentar¹⁵.

Novos estudos procuram demonstrar que a razão produtivista não explica o porquê dos agricultores familiares optarem por estratégias diversas dentro e fora da agricultura, mantendo-se no meio rural (ELLIS, 2000; SCHNEIDER, 2009; CONTERATO et al., 2010) e criando maneiras de organizar suas vidas conforme processos sociais emergentes de desenvolvimento rural (MARSDEN, 1992; PLOEG; MARSDEN, 2008). Tais atributos trazem novos enfoques sobre a capacidade de ação dos agricultores familiares, ainda que o ambiente social e econômico seja sempre um condicionante das estratégias. Neste sentido, mesmo que o papel do Estado tenha se modificado mais recentemente – num momento pós-“revolução verde” – mas sua importância na regulação e na orientação de políticas públicas permanece.

A categoria agricultor familiar passou a ocupar centralidade nos debates teóricos e diversos estudos trazem explicações sobre a permanência das famílias no espaço rural, renovando o debate e permitindo explanações sobre as definições em torno da agricultura

¹⁵ Goodman et al. (1990) realizaram uma leitura kautskyana do tema, mostrando que paulatinamente a indústria se apropriava e substituía processos/elementos naturais por processados.

familiar – mais recentemente “agriculturas familiares”, expressão que no país parece conceder primazia à diversidade social rural.

Junto com essa definição de ordem conceitual houve, sobretudo, nas duas últimas décadas um expressivo avanço nas definições de ordem normativa e operacional da agricultura familiar. Em 1996 o Estado¹⁶ brasileiro cedeu às pressões sociais do campo e criou o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), com linhas de crédito específicas para os agricultores familiares. Na sequência surgiram leis que visam definir e regulamentar organizações e atividades de produção e comercialização da agricultura familiar. Entre elas encontra-se a Lei Federal 11.326/2006, que define como empreendedor familiar e agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a, art. 3º).

No mesmo período surgiram esforços mais voltados à definição da agricultura familiar na ordem operacional, inclusive demandados pelo próprio Estado, em vista de especificar e facilitar a implementação de políticas públicas de crédito e outras aos diferentes segmentos e grupos populacionais rurais. Foi assim que Guanziroli *et al.* (1996) caracterizaram a agricultura familiar a partir de suas relações de produção e construíram as tipologias de agricultores capitalizados, em processo de capitalização, em

¹⁶ Com base no censo agropecuário de 1985 e 1995/96, estudos do INCRA/FAO definem agricultura familiar a partir de três características centrais: “a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.” (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

descapitalização e descapitalizados. Na mesma direção, Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2001) constituíram as tipologias de agricultor assentado, exclusivamente familiar, familiar com contratado ou “misto” e não familiar ou patronal. No geral, essas tipologias foram incorporadas pelo Estado brasileiro¹⁷ e passaram a orientar o direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar.

Mesmo que as definições conceituais, normativas e operacionais não deem conta de abranger a riqueza e diversidade de formas organizativas sociais que compõem o rural brasileiro, conforme menciona Wanderley (2009), de alguma forma estas três dimensões interagem o tempo todo com as concepções e formulações que ocorrem nos âmbitos acadêmicos, sociais e do Estado, de modo a confirmar e fortalecer a identidade da agricultura familiar como categoria política e social.

Um dos mais difundidos atributos da agricultura familiar é a sua capacidade e importância na produção de alimentos. Essa característica é muitas vezes usada para ressaltar sua relevância social, econômica e mesmo justificar políticas públicas para apoiá-la. Indiscutivelmente, a agricultura familiar é a grande responsável pelos produtos da cesta básica brasileira, conforme evidencia o Censo Agropecuário Brasileiro (2006), mas seu potencial não se reduz apenas à produção de alimentos.

Cabe recordar que o debate sobre desenvolvimento rural tem se voltado a temáticas novas, tais como a multifuncionalidade da agricultura (ou do espaço rural), sua sustentabilidade ambiental e sua força na geração de divisas. Sonnino *et al.* (2008) demonstram que no que se refere às áreas rurais e sua interconexão com o tema da sustentabilidade, três são os vetores interpretativos significativos que orientam os debates (e moldam planejamentos e políticas públicas). Primeiro, o paradigma agroindustrial, que não considera a finitude do ambiente nem o toma como problema, apostando na especialização, na escala produtiva e na relação com a indústria e a ciência. Segundo, a visão pós-produtivista, que reforça o caráter da paisagem e do consumo simbólico do rural, apostando num modelo de conservação da natureza e nos atributos estéticos do espaço. Ambos os paradigmas, conforme Sonnino *et al.* (2008), marginalizam a agricultura, cada um ao seu modo: o primeiro a torna mero insumo e elo numa cadeia agroindustrial; o segundo desconsidera o tema da produção alimentar.

¹⁷ O Censo Agropecuário 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou pela primeira vez a categoria agricultura familiar em suas estatísticas.

O terceiro paradigma é entendido pelos autores como o mais adequado por apostar na dimensão produtiva e sustentável do rural e da agricultura familiar para o qual ambos teriam um papel crucial nas sociedades: produzir alimentos, preservar a paisagem, auxiliar na manutenção ambiental, manter o campo povoado e preservar tradições. O desenvolvimento rural sustentável, conforme os autores, define-se como “[...] desenvolvimento fundamentado territorialmente que redefine a natureza, enfatizando a produção de alimentos e a agroecologia e que recoloca o papel socioambiental da agricultura como um relevante agente na sustentabilidade das economias e culturas rurais” (SONNINO *et al.*, 2008, p. 31 – tradução dos autores(as)).

A partir das pesquisas antes mencionadas é preciso observar uma mudança de foco que pode ser percebida nos estudos rurais recentes, especialmente em sociologia e antropologia. Da antiga sociologia rural apareceram áreas como a sociologia da agricultura e dos processos sociais agrários (TAVARES DOS SANTOS, 1991; SCHNEIDER, 1997), procurando renovar o papel do rural e do agrícola nas sociedades contemporâneas. Nos últimos anos, a sociologia e a antropologia, preocupadas com a alimentação, fazem convergir esforços analíticos que destacam a importância da questão agroalimentar num mundo cada vez mais urbano, com tendências alimentares que primam pela cientifização, a saudabilidade, a gastronomização dos alimentos (BARBOSA, 2009), a valorização da origem dos alimentos (CRISTÓVÃO, 2002), a qualidade nutricional e sanitária (GOODMAN, 2003), bem como o sabor e as tradições alimentares.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 reforçam o papel estratégico da agricultura familiar¹⁸ como dinamizadora dos espaços rurais. Demonstram que ela cumpre um papel proeminente de produção para o autoconsumo, mas também reforçam sua importância socioeconômica e para a segurança alimentar e nutricional. Dos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, 84,4% são reconhecidos como de agricultura familiar e ocupam 24% da área de terra.

¹⁸ Agricultura familiar segundo a definição da Lei Federal 11.326/2006.

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários, por agricultura familiar ou não familiar – Brasil – 2006

CONDIÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Agricultura familiar	4.366.267	84,4	80.102.694	24,0
Não familiar	809.369	15,6	253.577.343	76,0
Total	5.175.636	100,0	333.680.037	100,0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Mesmo se desenvolvendo em menos de ¼ da área ocupada, a agricultura familiar respondeu por 33,2% do valor total da produção no ano de 2006. Isso demonstra que ela produz para o autoconsumo e gera excedentes para o mercado que contribuem na dinamização da economia e na geração do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao analisar alguns de seus produtos mais típicos pode-se dimensionar a importância da agricultura familiar na dieta alimentar e na SAN dos brasileiros, como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. Ela está voltada, primordialmente, para o abastecimento interno, o que reforça a sua consonância com os objetivos da segurança alimentar e nutricional.

Tabela 2 – Percentual de estabelecimentos agropecuários, da quantidade produzida pela agricultura familiar e não familiar e tipo de produção vegetal – Brasil – 2006

Tipo de produção vegetal	Percentual de estabelecimentos agropecuários		Percentual da quantidade produzida (Quilogramas)	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Arroz em casca	89,4	10,6	33,1	66,9
Feijão preto	90,1	9,9	76,2	23,8
Feijão de cor	89,0	11,0	53,5	46,5
Feijão fradinho	90,3	9,7	83,8	16,2
Mandioca	90,6	9,4	83,2	16,8
Milho em grão	88,4	11,6	45,6	54,4
Café canephora	84,4	15,6	55,1	44,9
Galinha	85,9	14,1	51,2	48,8

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Além da produção de alimentos, que é extremamente relevante, a agricultura familiar é responsável pelo “rural com gente” – expressão que sugere um espaço de vida e de trabalho, de cultura e diversidade, para além de um rural meramente enquanto local de produção. O rural para este segmento da população é lugar de moradia, de vida, de produção, da sociabilidade, enfim, o lugar da família (WANDERLEY, 2000). Ela está presente nos mais diversos espaços rurais e ocupa a maioria das pessoas nos estabelecimentos agropecuários, apesar de ocupar pequena extensão de área de terra e acessar volumes de crédito relativamente pequenos para se viabilizar. No Brasil, os estabelecimentos agropecuários ocupam 16.568.205 pessoas, destas 74,4% estão em estabelecimentos familiares (IBGE, 2006).

Segundo Wanderley (2000), diferentemente dos latifúndios - que possuem uma relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural -, a agricultura familiar povoa o campo e anima sua vida social. Para a autora:

as perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades correlatas (especialmente as vinculadas aos processos de transformação e de comercialização), que garantam um nível de renda socialmente adequado à família; e a oferta de empregos não-agrícolas, no meio rural ou nas cidades próximas, de forma a gerar alternativas de ocupação para alguns membros da família e a favorecer a pluriatividade de outros (WANDERLEY, 2000, p.35).

Tanto os dados sobre a produção alimentar quanto aqueles sobre a ocupação do pessoal não deixam dúvida sobre o papel econômico e social da agricultura familiar, bem como sobre a importância de se estimular a permanência das pessoas no meio rural e de promover formas mais sustentáveis de desenvolvimento, com qualidade de vida no meio rural e nas cidades.

4. A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Nos últimos anos diversos autores têm escrito sobre a relação entre a agricultura familiar e a SAN. Um elemento imbricado

nesta relação é a complementariedade entre as práticas de produção para o autoconsumo e para o mercado, pois a produção para autoconsumo gera excedentes que são disponibilizados para outros consumidores, assegurando a sua segurança alimentar e nutricional (WANDERLEY, 2009; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007; SABOURIN, 2009). E o fortalecimento das cadeias curtas e de proximidade favorece a interconexão entre a produção para o autoconsumo e a inserção de parte dessa produção nos mercados (MALUF, 2007; WILKINSON, 2011). Essas são algumas das muitas práticas que possibilitam a reprodução social de milhares de agricultores familiares no cumprimento de sua vocação de produzir e ofertar alimentos de qualidade para as mesas dos consumidores brasileiros.

Igualmente se avançou nos debates que culminaram na noção que explicita o entendimento de segurança alimentar e nutricional como:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006b, art. 3º).

Entre os componentes que ficam salientes nesta compreensão Conti (2013) destaca que: a acessibilidade traz a garantia do acesso físico e econômico aos alimentos; a disponibilidade requer alimentos em quantidade suficiente durante todo o tempo, mas realça a sua qualidade nutricional e livre de contaminação por produtos prejudiciais à saúde humana; a aceitabilidade cultural acentua a importância de se respeitar os hábitos e costumes alimentares nos contextos específicos das pessoas; e a sustentabilidade enfatiza a importância da alimentação com todas as características anteriores serem projetadas para garantir o bem viver das atuais e das próximas gerações, com uso racional dos recursos naturais. Estes componentes da SAN são interdependentes e precisam ser considerados conjuntamente nas análises sociais e na composição dos sistemas alimentares.

Especialmente relacionado à qualidade e à sustentabilidade estudos recentes da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA,

2010) localizam cinco interfaces entre a agroecologia e a SAN: diversificação da produção de alimentos e agrobiodiversidade; estabelecimento de novas relações de mercado; resgate de culturas alimentares; educação alimentar e para o consumo; e políticas públicas e mercados institucionais. Isso não só mostra a diversidade de práticas agrícolas no meio rural, mas também explicita o potencial e a relação indissociável entre a segurança alimentar e nutricional e a produção agroecológica de alimentos, o que agrega qualidade à produção e ao consumo alimentar (CONTI, 2013).

Outro fator relevante é que no processo de construção da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional há várias diretrizes que privilegiam os circuitos curtos de produção, distribuição e consumo alimentar com base na matriz agroecológica (BRASIL, 2011). Para tanto, entende-se que o mercado não pode autorregular-se, pois a alimentação não é uma *commodity* qualquer para ser comercializada na bolsa de valores, mas envolve direitos e interesses que ultrapassam o simples cálculo econômico e o ajuste de oferta e demanda.

Nesse cenário destaca-se o papel do Estado - nas esferas federal, estadual e municipal - como formulador e implementador de políticas públicas com participação social e na construção e regulação de mercados. Nos últimos anos tem crescido o estímulo à produção da agricultura familiar para abastecer programas públicos, como é caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), restaurantes populares, cozinhas comunitárias e feiras. Dessa forma as políticas públicas exercem um papel importante ao viabilizar investimentos e garantir mercados através das compras públicas de alimentos para serem repassados à população por meio dos programas de proteção e promoção social, ao mesmo tempo em que contribuem para viabilizar a agricultura familiar a partir de diferentes fontes de renda.

A seguir apresentam-se dois casos que evidenciam realidades distintas - Toledo, um município num território cujo tecido social é tipicamente marcado pela agricultura familiar, e Contagem, localizado em uma região metropolitana -, que possuem em comum a implementação e o fortalecimento de programas e ações que potencializam a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional, através da introdução de uma diversidade de iniciativas que estreitam os laços entre a produção, a distribuição e o consumo alimentar.

4.1 Interconexões entre Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar em Toledo

O município de Toledo situa-se na região Oeste do Paraná, com 116.774 habitantes, dos quais 80% vivem na área urbana. Sua estrutura fundiária é constituída por 5.279 propriedades com até dois módulos rurais, 418 entre dois e quatro módulos e 113 propriedades com mais de quatro módulos rurais, caracterizando-se como um município tipicamente de agricultura familiar e produção diversificada para o autoconsumo e os mercados.

O poder público compôs um arranjo integrado por equipamentos públicos de SAN e iniciativas de dinamização da agricultura familiar. O eixo em torno do qual se desenvolvem as ações de SAN é a Cozinha Social, para onde convergem os produtos agrícolas oriundos das compras públicas e de onde parte a alimentação preparada para os restaurantes populares, escolas e demais espaços da rede de proteção socioassistencial.

A Cozinha Social foi inaugurada em 2006 e gradualmente foram construídos cinco restaurantes populares localizados em bairros industriais, que servem, em média, 500 refeições diárias cada¹⁹. Também são produzidas e distribuídas refeições diárias para 14 escolas municipais e lanches para 16 creches, 17 grupos de idosos, 23 grupos de crianças atendidos pela Pastoral da Criança e nove postos de saúde. A Cozinha Social possui uma panificadora e uma unidade de beneficiamento de soja que produz suco de soja.

A alimentação preparada na Cozinha Social é acondicionada e distribuída em caixas térmicas, por uma frota de seis veículos, para todas as unidades que a distribuem da seguinte forma: os restaurantes populares distribuem diariamente 1.800 refeições; as escolas fornecem 12.000 refeições e 2.000 pães por dia; as creches distribuem 2.500 lanches por dia; os grupos de idosos acessam a 6.000 lanches por semana destinados aos Centros de Revitalização da Terceira Idade; a Pastoral da Criança repassa 600 lanches por mês e outros projetos sociais recebem 1.000 lanches por dia; os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) distribuem 1.000 lanches por dia nas atividades que ocorrem nos turnos inversos; eventos diversos promovidos pela administração municipal consomem, em média, 3.000 lanches por semana. Além destas, são fornecidas 100 marmitas diárias aos trabalhadores do

¹⁹ Em 2010 o preço por refeição era de R\$ 2,00 per capita e representava cerca de 30% do seu custo médio, sendo que a diferença é subsidiada pelo orçamento do município.

serviço público da área de infraestrutura e 300 para a associação do Bairro onde se localiza a Cozinha Social.

Para abastecer esta ampla rede alimentar o município possui projetos de fomento à produção que visam alcançar a produção e consumo de 150 toneladas de maçã e 42 mil litros de suco de uva por ano nos próximos anos, além da produção de 100 toneladas anuais de carne ovina, uma grande diversidade de verduras, legumes, frutas e panificados para viabilizar o consumo nesses espaços articulados em torno da Cozinha Social.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuíram com aproximadamente 30% do fornecimento de alimentos da agricultura familiar transformados e distribuídos a partir da Cozinha Social em 2010 e subiram para quase 50% em 2011.

Observa-se que, aos poucos, o PAA e o PNAE se tornam uma estratégia de reorganização da produção e de alavancar a agricultura familiar, incentivando a independência, de tal forma que os agricultores acessem outras formas de mercado, além deste mercado institucional, o que já vem sendo feito por diversos deles. Atualmente existem 300 agricultores cadastrados que produzem e fornecem ao PAA e uma cooperativa com 77 agricultores familiares associados que fornecem a maioria dos produtos que compõem a dieta alimentar do PNAE no município.

Tais iniciativas empreendidas pelo poder público demonstram que o PAA, o PNAE e outros projetos locais, em Toledo, são indutores de organização social e econômica, geram dinâmicas sociais e renda que contribuem para dinamizar a agricultura familiar e aperfeiçoar a qualidade dos alimentos disponibilizados aos consumidores na rede escolar, socioassistencial, nos restaurantes populares, feiras e mercado em geral. Entretanto, quase toda produção que abastece este circuito alimentar é baseada no modelo convencional de agricultura, com utilização de insumos e agrotóxicos pouco compatíveis com a finalidade desses equipamentos de alimentação e nutrição. A produção agroecológica, que poderia ser uma alternativa a ser reforçada, permanece periférica e recebe pouco estímulo público para tornar-se uma estratégia de produção e consumo de alimentos saudáveis no município. Ainda que estejam baseadas em um modelo convencional de produção, as ações e os programas que vêm sendo implementados no município estimulam as cadeias curtas de produção, abastecimento e consumo alimentar e identificam o município entre aqueles que se encontra em um processo crescente de construção de um sistema de segurança alimentar e nutricional em estreita relação com o fortalecimento do

desenvolvimento rural. O que distingue este de muitos outros municípios brasileiros é a opção deliberada do poder público pela introdução de mecanismos que aproximam a produção e o consumo alimentar estimulados por políticas públicas.

Examinando-se estes processos, observa-se que eles são promovidos pelo poder público, com baixa incidência da participação social dos agricultores familiares e suas organizações que produzem e fornecem os alimentos, bem como das entidades socioassistenciais que os recebem, remetendo a um questionamento sobre a viabilidade e a sustentabilidade de tais iniciativas a médio e longo prazo para o desenvolvimento rural e para a emancipação socioeconômica dos sujeitos nelas envolvidos. Nota-se que o desenvolvimento rural é um tema motriz para gerar elos e experiências coletivas com efeitos positivos. O Estado continua sendo um ente chave nesta indução, embora os dados mostrem que os atores sociais constroem modos de articulação particulares para resolverem problemas considerados cruciais. Sob este ponto de vista, a produção de alimentos e toda a rede de relações estabelecida sugere estar enfrentando os desafios predicados à noção de desenvolvimento rural sustentável em que a natureza, a economia e a sociedade precisam estar implicadas para que os projetos sejam eficazes (SONNINO *et al.*, 2008).

4.2 Segurança Alimentar e Nutricional e Agriculturas em Contagem

O município de Contagem integra a região metropolitana de Belo Horizonte, com 625.000 habitantes e ocupa a terceira posição entre os municípios mais populosos de Minas Gerais. Sua extensão territorial é de 195 km², caracterizando-se por ser um município eminentemente urbano. Conforme os gestores públicos, as políticas e programas de segurança alimentar e nutricional, introduzidas a partir de 2005, estão contribuindo para forjar uma 'nova cultura' de políticas públicas em Contagem. Elas ultrapassam a dimensão estritamente econômica e alcançam as dimensões de trocas e de reprodução biológica e social, constituindo-se em um instrumento de desenvolvimento social. Isso se mostra na introdução de ações e programas, como cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, educação alimentar e agricultura urbana, ancorados em estruturas institucionais como a Coordenadoria de Segurança Alimentar Nutricional e Abastecimento, e visibilizadas em um Plano Municipal de SAN com ações políticas e dotação orçamentária específica.

A implantação das cozinhas comunitárias, localizadas nos bairros Nova Contagem e Eldorado, com densidade de população vivendo em situação de vulnerabilidade social e alimentar, servem 700 refeições diárias. As famílias que acessam as refeições são cadastradas e acompanhadas pelos Centros de Referência em Assistência Social, sediados próximos às cozinhas. Cada comensal contribui com um valor simbólico por mês para garantir seu almoço e jantar. Ambas são parcialmente abastecidas pelo Banco Municipal de Alimentos e com alimentos oriundos da agricultura familiar, urbana e periurbana, complementados por aquisições feitas no mercado.

O município possui um Programa de Educação Alimentar e Nutricional, viabilizado por recursos federais e municipais e em estreita interface com as cozinhas comunitárias, que capacitam agentes multiplicadores para melhorar a dieta, resgatar hábitos alimentares saudáveis e promover a saúde da população. Em torno de 650 manipuladores de alimentos, agentes comunitários de saúde, alunos da rede pública de educação, funcionários públicos e pessoas atendidas pelos programas da rede socioassistencial são abrangidos por este programa, além das famílias visitadas por esses agentes. E um programa importante no suporte a estas iniciativas é o Banco de Alimentos, com capacidade de estocagem de 80 toneladas, que arrecada e distribui alimentos através da rede socioassistencial.

Contagem ainda é um município basicamente consumidor de alimentos. Mas, este quadro vem se alterando, aos poucos, com o incremento da agricultura urbana, periurbana e familiar, que amplia sua produção e oferta de alimentos. E a equipe gestora da Coordenadoria de SAN avalia que o município tem potencial de produzir bem mais alimentos no espaço urbano e periurbano na medida em que se avançar na formulação e implementação de estratégias que potencializem a produção alimentar na região metropolitana. O Ponto da Roça - que é um espaço de comercialização direta de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar, periurbana e urbana do município e da região - é organizado pela Prefeitura Municipal e está em processo de expansão. No entanto, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da modalidade Compra com Doação Simultânea, operacionalizada pelo município, que está impulsionando e dinamizando os circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo de alimentos, através da aquisição de 247 toneladas de alimentos por ano de agricultores familiares do município e de outros 14 municípios da região. Esses alimentos são destinados ao Banco de Alimentos que, por sua vez, abastece as cozinhas comunitárias e a rede socioassistencial do município.

Esta é uma novidade institucional que merece destaque para a análise. O Estado tem realizado esforços para consolidação da agricultura familiar, o que tem gerado externalidades relevantes não apenas do ponto de vista produtivo, mas municípios começam a apostar na manutenção do 'rural com gente' produzindo alimentos para um mercado local/regional tanto rural (observando-se o autoconsumo) como urbano (analisando-se todo o circuito em que os alimentos circulam para atingirem consumidores urbanos).

Outra iniciativa inovadora em políticas públicas de SAN é o Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar (CEMAUF), cuja implementação resultou de deliberação da I Conferência Municipal de Segurança Alimentar Nutricional e Abastecimento. O CEMAUF apoia a criação de hortas urbanas e periurbanas para proporcionar o consumo de alimentos saudáveis às famílias, com a comercialização de seus excedentes e para o abastecimento das cozinhas comunitárias. Ele acompanha 350 famílias organizadas em 17 grupos situados em diferentes bairros. Em sua sede – que funciona como um centro experimental, demonstrativo e de capacitação –, cultiva-se uma grande variedade de alimentos e plantas medicinais. Parte desta produção é comercializada diretamente e a maioria é destinada ao abastecimento do Banco de Alimentos. Esta é uma experiência de organização, ainda nova, mas que possui amplo efeito de multiplicação, dado que um dos focos principais do Centro é o apoio às iniciativas que apresentam potencial organizativo e multiplicador, contribuindo para que se disseminem tais experiências nos bairros e no entorno da região metropolitana.

O Centro trabalha com base nos princípios da produção agroecológica, com ênfase na capacitação de lideranças sociais e na difusão de tecnologias sustentáveis, como o manejo do solo, captação de água da chuva e compostagem, além de sua incidência pedagógica e educativa. As diversas iniciativas do CEMAUF se articulam com projetos educacionais nas escolas e na assessoria às instituições que recebem alimentos do Banco de Alimentos, visando despertar e fortalecer iniciativas de hortas nas famílias e nas comunidades e ampliar o consumo de alimentos saudáveis.

Pelas características inerentes a uma cidade metropolitana, Contagem apresenta um potencial inovador das relações urbano-rural na produção e consumo alimentar. As políticas públicas adotadas nos últimos anos, ainda que sejam localizadas, setoriais e pouco expressivas em volume em relação ao universo da população do município, representam um passo significativo no enfrentamento da questão do abastecimento alimentar dos médios e grandes centros urbanos. E as iniciativas de hortas familiares, comunitárias e

de agricultura periurbana não só incrementam a produção de alimentos no espaço urbano, mas também evidenciam a importância de ações articuladas entre o poder público e as organizações e instituições da sociedade civil na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Entretanto, de modo similar ao que foi observado em relação a Toledo, cabe realçar que todas essas iniciativas estão calcadas na proatividade do poder público e numa postura relativamente passiva das organizações da sociedade civil que produzem, fornecem e se beneficiam desse arranjo em torno do circuito alimentar. Tal fragilidade poderia ser dirimida mediante o fortalecimento de ações como a educação alimentar e nutricional, o envolvimento mais ativo das atuais entidades e organizações participantes, mas também das redes alimentares como o entreposto da CEASA e outras, na formulação e execução das políticas públicas de SAN.

Neste caso, parece fazer sentido a ideia de pluralidade dos atores sociais e das “agriculturas familiares” que compõem esta diversidade social na produção e consumo de alimentos, enquanto grupos sociais que disputam oportunidades políticas e econômicas. Isto emerge no que tange às diferentes práticas de agricultura, incluindo potenciais novidades, tais como a maior participação de agricultores ecologistas em programas voltados à segurança alimentar e nutricional. Contagem exemplifica também os distintos circuitos de conexão entre atores sociais rurais e urbanos face às possibilidades de expansão da produção de alimentos que determinadas políticas de governo desencadeiam. Mais que mera reação frente a mecanismos governamentais, os atores reconstruem e redefinem suas inserções e estratégias (ELLIS, 2000) com a finalidade de induzir modificações no ambiente institucional e econômico. A territorialização das práticas, que parece estar no cruzamento entre políticas em nível federal e seus entrelaçamentos com programas municipais, sustenta também as conexões ampliadas que a alimentação promove nesta situação, haja vista a crescente importância de relacioná-la a aspectos tais como educação e sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas últimas décadas a agricultura familiar foi reconhecida no meio político-normativo, acadêmico, social e econômico do país, mas também alcança um significado expressivo

para viabilizar o rural com gente e estreitar as interconexões rural-urbano na produção e no consumo alimentar.

Este estudo contribuiu para mostrar que tanto no contexto internacional como no cenário brasileiro a agricultura familiar exerce um papel proeminente na produção alimentar que garante a segurança alimentar e nutricional da população. Esse potencial dinamizador se amplia à medida que o Estado cria condições de fomento ao crédito e mecanismos que favoreçam à sua inserção nos mercados formais e institucionais.

Por sua vez, também requer que os diferentes segmentos da agricultura familiar aperfeiçoem seus processos organizativos e de gestão para acessar os disputados mercados, mediante a oferta de produtos diversificados e saudáveis. Assim, em meio às contradições e pressões da agricultura moderna e pouco sustentável persistem, emergem e se fortalecem iniciativas e processos sociais que apontam para formas de produção mais sustentáveis baseadas nas cadeias curtas. Estas tendências se mostram crescentes no contexto internacional e nacional, se configuram como formas diversificadas e viáveis de constituição de sistemas agroalimentares baseados na agricultura familiar e na realização da segurança alimentar e nutricional.

A partir da literatura e dos casos de Toledo e Contagem pode-se extrair aprendizados que contribuem para o debate mais amplo sobre as interfaces entre a agricultura familiar e a SAN. Primeiro, que as áreas metropolitanas podem exercer um papel proativo em torno da viabilização de ações que unam agricultores familiares, periurbanos e famílias urbanas interessados na produção, abastecimento e consumo alimentar saudável. Toledo possui um tecido social característico de um território marcado pela forma familiar de produção, contribuindo para uma ruralidade que extravasa o espaço propriamente rural e cria sinergias com políticas públicas que favorecem o consumo oriundo de alimentos da agricultura familiar. Contagem está num espaço de urbanização densa, porém constituindo elos de ligação com o espaço periurbano e rural a partir de articulações expressivas entre atores sociais e o Estado no local.

Segundo, que o Estado tem um papel relevante na implementação de políticas e programas públicos - como PAA, PNAE, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, educação alimentar e projetos locais - que favoreçam as interrelações e a proximidade entre produtores e consumidores. Mesmo com abrangência de um público ainda restrito que deveria ser mais universalizado, esses equipamentos e programas estão produzindo resultados que alteram a qualidade de vida dos agricultores

familiares e índices de SAN dos consumidores que os acessam. No entanto, o dinamismo e a participação das organizações da sociedade civil na formulação e execução de tais ações são cruciais para a sustentabilidade dessas experiências e de seu potencial transformador.

O terceiro aprendizado é que a dinamização da agricultura familiar e sua interface com os programas e ações de SAN, além de aproximar produtores e consumidores, contribui para se repensar as relações rural-urbano nas quais o tema da segurança alimentar e nutricional envolva disponibilidade de alimentos, mas também a qualidade, a tipicidade e a diversidade de acordo com os territórios e os grupos sociais e suas situações alimentares.

Por fim, ainda que sejam incipientes, os dois casos analisados apresentam um potencial inovador e dinamizador de estratégias que ajudam a concretizar os objetivos da segurança alimentar e nutricional no país. Diante da crescente demanda pela qualidade dos alimentos, políticas públicas que estimulam novas formas de produção e consumo constituem-se em respostas que cabem ser mais estudadas e valorizadas pelo seu potencial de mudanças sociais.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Anpocs; Hucitec, 1998.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA - ANA. *Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar*. Organizado por Sílvia Amaral Rigon, et al., 1. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

BARBOSA, L. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (Org.). **Juventude, Consumo & Educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009, p.15-64.

BRASIL. Presidência da República. *Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006b. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 25 ago. 2013

BRASIL. Presidência da República. *Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006a*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 27 ago. 2013.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. . Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: MDS, 2010.

_____. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2011/2015**. Brasília: MDS, CONSEA, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA. Brasília, julho de 2004.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, v. 31, p. 149-186, 2010.

CONTI, I. L. Interfaces entre direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. In: CONTI, I. L. (Org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.

CRISTÓVÃO, A. **Mundo Rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)**. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; BARBOSA, A. L. *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, 2002.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University, 2000.

FAO. **Food security and climate change**. HLPE, 2012. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2012a.

FAO. **Social Protection for Food Security**. HLPE, 2012. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2012b.

FAO. **Crop prospects and food situation**. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/aq114e/aq114e.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación**. Disponível em: <http://www.fao.org/publications/e-book-collection/en/>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FIAN Internacional. **El acaparamiento de tierras y la nutrición 2010**. Editado pelo Observatório Internacional pelo Direito à Alimentação e Nutrição. Disponível em: <https://www.fao.org.br/cdptarfp.asp>. Acesso em: 10 jul. 2012.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American Plains. **Journal of Peasant Studies**, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 15. p. 89-122, 2007.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio: Campus, 1990.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, p.1-7, 2003.

GOODMAN, D. *Agro-food studies in the ‘Age of Ecology’*: nature, corporeality, bio-politics. **Sociologia Ruralis**, v. 39, n. 1, 1999.

GRAIN. **The great food robbery: how corporations control food, grab land and destroy the climat**. Disponível em: <https://www.fao.org.br/cdptarfp.asp>. Acesso em: 15 jul. 2013.

GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A.; DI SABBATO, A.; SHIKI, S.; COUTO, V. A. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

INCRA/FAO (1996). **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília. Guanziroli, C. e Cardim, S. (coord.). O novo retrato da agricultura familiar: o Brasil Redescoberto. Brasília, Convênio FAO/IncrA, INCRA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/presidencia. Acesso em: 12 jul. 2012.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO. **Perfil do mercado orgânico como processo de inclusão social**. Disponível em: <http://www.ipd.org.br/pt-br/noticia/194/perfil-do-mercado-organico-como-processo-de-inclusao-social>. Acesso em: 14 jul. 2012.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVERIA, J.A. **Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários a partir Do Censo de 2006**. Mono. 2011.

MALUF, R. S. **Segurança alimentar e nutricional: conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

_____. Construção do SISAN, mobilização e participação social. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: MDS, v. 2, p. 27-37, 2010.

MANN, S.; DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalista agriculture. **Journal of Peasant Studies**, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.

MARSDEN, T. Exploring the rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**. v. 32 (2/3), p. 209-230, 1992.

MARSDEN, T. K.; SONNINO, R. Beyond the divide: rethinking relations between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, p. 181-189, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU – 1999. **Comentário Geral nº 12**. Disponível em: pfdc.pgr.mpf.gov.br/Comentario. Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. **Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Alto Comissariado de Direitos Humanos/ONU -1966. Disponível em: www2.mre.gov.br/dai/m_591_1992.htm. Acesso em: 05 nov. 2011.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em:

http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Sist_glob_trat/texto/texto_1.html. Acesso em: 10 jul. 2012.

PICOLOTTO, E. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, v. 9, n. 18, p. 1-39, 2009.

PLOEG, J.D.; MARSDEN, T. Preface: exploring the rural web. In:_____. (Ed.) **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Assen: Van Gorcum, 2008. p. vii-ix.

SABOURIN, E. Comunidades camponesas e organização social da produção. In: **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S. Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, p. 225-256, 1997.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), pp. 511-531, jul./set. 2010.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHUTTER, O. **Agroecologia e Direito Humano à Alimentação**. Relator Especial da ONU Para Direito à Alimentação, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos - Décima sexta sessão - Item 3 da agenda “Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, inclusive o direito ao desenvolvimento”. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: 2012.

SONNINO, R.; KANEMASU, Y.; MARSDEN, T. Sustainability and rural development. In: PLOEG, J.D.; MARSDEN, T. (Ed.). **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Assen: Van Gorcum, 2008. p. 29-52.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 13-51, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.29-37, jul/dez. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. **Os estudos rurais no Brasil: as ciências sociais e as questões da sociedade.** Apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS. GT 35: Ruralidade, Território e Meio Ambiente. Caxambu, outubro de 2009.

WILKINSON, J. The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors. In: **GLOBALISATION: SOCIAL AND CULTURAL DYNAMICS**, International Workshop, Rio de Janeiro: MINDS, 2006.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TURISMO RECEPTIVO LOCAL NA AMAZÔNIA ORIENTAL PARAENSE

Jacirene da Silva Queiroz¹
Gutemberg Armando Diniz Guerra²
Maria Goretti da Costa Tavares³

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada sobre a experiência do Instituto Tapiaim, organização social que pratica a recepção de turistas nos povoados de Muriazinho, Recreio, Pedras Grandes e Praia das Ilhas Romanas, locais que fazem parte dos roteiros criados pelo mesmo Instituto, no município de Curuçá, no Nordeste Paraense. Trata-se de um estudo de caso realizado a partir de procedimentos quantitativos e qualitativos, cujas categorias de análise são turismo de base comunitária, participação e protagonismo local. O objetivo geral da pesquisa é analisar a experiência de TBC enquanto estratégia de reprodução social e desenvolvimento local pelos integrantes do Tapiaim e demais atores sociais, políticos e institucionais envolvidos nessa experiência. Observa-se a falta de equidade na distribuição dos ganhos entre os membros do grupo, a concentração de ganho pelas operadoras de turismo e o isolamento do Instituto dentro do município em relação ao diálogo e parcerias e identificou-se que as ações desenvolvidas pelo Tapiaim não tem conseguido segurar os jovens no local.

Palavras-chave: Amazônia Oriental, Turismo de Base Comunitária, Participação, Protagonismo Local.

¹ Graduada em Turismo (UFPA), Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Professora do Instituto Federal do Pará. Bolsista da CAPES no MAFDS.

² Graduado em Engenharia Agrônômica (UFBA), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (UFPA), Doutor em Socioeconomia (EHESS/Paris), Professor Associado da Universidade Federal do Pará.

³ Graduada em Licenciatura Plena em Geografia e Bacharelado em Direito (UFPA), Mestra e Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

EASTERN AMAZON IN THE STATE OF PARÁ IMBOUND TOUR PACKAGES

Abstract

This paper presents the results of a research about the Tapiaim Institute's experience, a social organization that receives tourists in the villages of Muriazinho, Recreio, Pedras Grandes e Ilhas Romanas beaches. These places are part of the routes created by the Institute mentioned above, in Curuçá municipality in the Northeast of Pará. It is a case-study done from local protagonism, from qualitative and quantitative procedures, which categories of analyses are tourism of community base, participation and local protagonism. The research detected fragilities faced by the organization, related to participation and local protagonism, lack of equity in the distribution of the earning among the group, the concentration of earning by the tourism operators and the Institute institutional isolation and politics, inside the municipality concerning partnership and dialogues.

Key words: Tourism of Community Base, Participation, Local Protagonism

1. INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) se apresenta como uma estratégia de protagonismo local. No Brasil, esta modalidade de turismo vem sendo discutida por vários autores. Na análise da experiência em Curuçá, tomou-se como referencial do TBC contribuições de Coriolano (2009), Maldonado (2009), Sampaio (2008) e Irving (2009). Para a análise da Participação, que é um dos princípios dessa modalidade, foram mobilizados os aportes de Bordenave (1994), Demo (1996) e Bandeira (1999). Sobre Cidadania, fim que se deseja alcançar com o Desenvolvimento, contou-se com as contribuições de Touraine (1996) e Santos (2007).

Os autores que tratam de TBC o apontam como uma forma de planejar o turismo e, por meio deste, encontrar caminhos que levem a uma governança local efetiva com benefícios que evidenciem a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de locais alcançados precariamente pelos benefícios das políticas públicas.

As primeiras experiências em TBC datam da década de 1980, nos territórios indígenas e rurais da América Latina. Essa modalidade de turismo tem como cenário mais amplo as discussões do Paradigma do Desenvolvimento Sustentável, no qual o turismo, até então uma atividade econômica excludente, tanto para quem compra, quanto para quem oferta, passa a ser incorporado no contexto da sustentabilidade, favorecendo o surgimento de organizações comunitárias com a finalidade de superar uma situação crônica de exclusão pela falta de trabalho e renda (MALDONADO, 2009).

A pesquisa ocorreu no município de Curuçá, localizado na Região do Nordeste Paraense, na Microrregião do Salgado. Naquela região, se localizam as praias oceânicas, um dos atrativos mais visitados por turistas no Estado. A iniciativa de desenvolver uma experiência de TBC naquele município está estritamente ligada à conjuntura de exclusão, já que a sobrevivência dos moradores está diretamente ligada à atividade extrativista da pesca e da agricultura familiar. Os empregos formais ocorrem na esfera municipal e no incipiente comércio local.

A iniciativa de trabalhar o TBC em Curuçá se deu após uma capacitação em monitoria ambiental, quando um grupo de moradores, formados em sua maioria por jovens, na faixa etária de 20 a 36 anos, percebeu que no município havia belezas naturais e culturais com potencial para atrair o turista para aquele território. Assim constituiu-se o Instituto Tapiaim (nome referente a uma espécie de formiga endêmica no município, segundo os componentes do grupo, a *Acromyrmex crassispinus* Forel). Os membros do Instituto Tapiaim já atuavam desde 2006, como Grupo Equilíbrio em atividades de educação ambiental. A partir de 2009, passa a ofertar roteiros turísticos em quatro comunidades do município: Muriazinho, Pedras Grandes, Recreio e Praia da Romana. Embora busque e obtenha apoio de outras organizações, a iniciativa é tomada pelo grupo autóctone, o que a aproxima de experiências dessa natureza referidas na literatura latino americana (RUIZ et al, 2008; REID et al, 2004 e JONES, 2005).

Os roteiros em Muriazinho, Pedras Grandes e Recreio ofertam trilhas, banhos de igarapés e visitas a casas de farinha. O roteiro na Praia da Romana inclui passeio de barco, demonstração dos utensílios de pesca e refeição à base de peixes, preparados por pescadores locais.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A construção do presente estudo de caso se deu por meio de vários procedimentos metodológicos como pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, percepções tipo *survey*, entrevistas semiestruturada, observação participante e utilização de indicadores de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), com aporte conceitual em Brandão (1985); Gil (1991); Minayo (1993); Dencker (2003); Quivy et al (1998), Freitas et al (2000); Freitas (2008), Kronemberger et al (2005)

O objetivo do Estudo de Caso “não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados” (GIL, 1991). Nesse sentido, estudar o TBC que vem sendo desenvolvido pelo Instituto Tapiaim em Curuçá, perpassa pela perspectiva, de analisar a experiência de TBC enquanto estratégia de reprodução social e desenvolvimento local pelos integrantes do Tapiaim e demais atores sociais, políticos e institucionais envolvidos.

A pesquisa que culminou com a produção da dissertação para a obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares de Desenvolvimento Sustentável foi realizada em duas etapas: a primeira ocorreu de 06 a 18/12/2009. A segunda, no período de 12/07/2010 até 24/09/2010. Em média, passava-se quinze dias em Curuçá e um fim de semana em Belém, para organizar os dados, sessões de orientação e revisão bibliográfica.

O universo da pesquisa envolveu moradores dos povoados de Muriazinho, Recreio, Pedras Grandes e Romana, integrantes do Tapiaim, secretários municipais, proprietários de equipamentos de hospedagem e alimentos e bebidas, historiador local, presidentes de ONG e associações de moradores e Mestres de Carimbó de Curuçá. Esse universo abrangeu cinquenta e seis (56) entrevistas no final da pesquisa. As técnicas empregadas para a obtenção de informações encontram-se no Quadro 01 a seguir.

Tabela 01- Técnicas utilizadas na pesquisa

Técnicas	Finalidade	Como, onde e em quem foram aplicadas essas técnicas
Pesquisa Bibliográfica e Documental	Segundo Gil (1991) a pesquisa bibliográfica "se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto".	Produções que abordassem temas de interesse da pesquisa.
Pesquisa Exploratória	Gil (1991) aponta que esta tem "por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema (...) aprimoramento de ideias ou descobertas de intuições".	Realizada, primeiramente, em publicações que abordavam o tema TBC no Estado do Pará, assim como, com professores e diversos atores de Curuçá, cito, secretários municipais, líderes comunitários e integrantes do Instituto Tapiaim.
Percepções tipo Survey	Para Freitas <i>et al</i> (2000) esta "pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões sobre determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário".	Utilizado na forma de questionários no primeiro período da pesquisa (dezembro de 2010) para levantamento de informações quantitativas sobre o Instituto Tapiaim, líderes de associações comunitárias onde ocorrem os roteiros (Muriazinho, Pedras Grandes, Recreio e Praia da Romana) os secretários municipais de Cultura e Turismo, e presidentes de ONGs
Casos Críticos (<i>critical cases</i>)	Nessa amostra "os representantes são escolhidos em virtude de representarem casos essenciais ou chave para o foco da pesquisa" (FREITAS <i>et al</i> , 2000, p. 106).	Aplicado em todo universo da pesquisa por meio de questionário em entrevistas semi-estruturadas.
Questionário de DLIS	Kronemberger <i>et al</i> (2005) afirmam que DLIS "é um processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos".	Questionários abrangendo as dimensões da sustentabilidade econômica, institucional, ambiental, social e do Turismo de Base Comunitária aplicados, exclusivamente em vinte e um moradores das comunidades que fazem parte do roteiro do Tapiaim.
Técnica bola de neve (<i>snowball</i>)	Freitas <i>et al.</i> (2000) aponta que nessa técnica "os participantes iniciais indicam novos participantes".	Essa técnica foi empregada apenas com atores que se auto declaravam conhecer o Instituto Tapiaim nas comunidade onde ocorriam os roteiros.
Técnica "muro das lamentações",	Essa técnica como aponta Sansolo (2001) consiste em descobrir quais os maiores desafios de uma comunidade.	Aplicada durante as entrevistas individuais realizadas com os membros do Tapiaim sua conclusão não foi possível, pois a reunião coletiva em que seria exposta as repostas de cada integrante, não ocorreu.

Além disso foram utilizados caderno de campo, aparelhos de gravação mp4, máquina fotográfica, além da participação em eventos e a observação participante.

As entrevistas tiveram início pelo povoado de Muriazinho fazendo-se em seguida, a primeira visita à praia da Romana, ao povoado de Pedras Grandes, e finalmente ao povoado de Recreio. Fez-se necessário retornar à Ilha Romana, pois na primeira visita, uma parte considerável dos pescadores não estava presente naquela localidade.

Após ter realizado cerca de 70% das entrevistas com os atores definidos no universo da pesquisa, foi a vez dos integrantes do Tapiaim. Essa etapa foi trabalhosa devido a um sério problema de saúde envolvendo parentes do presidente e o filho de um dos integrantes do Tapiaim, levando a que o grupo ficasse disperso, dificultando a reunião dos integrantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

São cada vez mais frequentes as formas de organização de práticas turísticas que propõem experiências que fogem àquelas estabelecidas pelo turismo convencional. A demanda mudou e, frente a essa mudança, há um movimento que converge para novo perfil de turista preocupado com suas ações nos lugares de destinos, com um senso de responsabilidade social e ambiental diferenciado daqueles que compram pacotes programados e apenas passam nos locais e não compartilham nem interagem com o habitante local.

Percebe-se claramente a mudança na forma de organização de algumas práticas turísticas e, se existe essa mudança, é porque em algum momento, a demanda mudou. Com a globalização que impõe a homogeneização da cultura e comportamentos, se verifica grupos que lutam contra essa estrutura e para esses grupos, o diferente é primordial. Esta abordagem permitiu o surgimento de um novo perfil de turista preocupado com suas ações nos lugares de destinos, com um senso de responsabilidade social e ambiental diferenciado daqueles que compram pacotes programados e apenas passam nos locais previamente definidos.

A necessidade de interação está estritamente ligada ao ritmo frenético da vida moderna que aos poucos foi substituindo a relação de reciprocidade, a interação com o próximo. O turismo comunitário oportuniza a satisfação com a **convivencialidade**. SAMPAIO et al (2008) a conceitua “como uma relação social que se interessa pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, respeitando a

simplicidade das comunidades tradicionais, suas rotinas, seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre outros.

É uma relação dialética, de reconhecimento da importância do outro, de se ver no outro, respeitando suas diferenças e aprendendo com elas. Esse turismo oportuniza que turistas conscientes potencializem suas experiências e que, por meio dessa convivencialidade haja o reconhecimento de que cada um, com sua carga de vivência, respeite o espaço e o modo de vida dos envolvidos no processo.

Uma das características dessa prática é proporcionar a possibilidade de associação entre as atividades laborais cotidianas e a atividade turística, pois esta junção “fortalecem a agricultura, a pesca e o artesanato, tornando estas atividades preexistentes ao turismo sustentável” (CORIOLANO, 2009).

Destacam-se ainda o **Protagonismo Social** (IRVING, 2009) que procede das tomadas de decisão pelas comunidades, enquanto sujeito da ação. Na evidência do Protagonismo Social destaca-se a “perspectiva da **Participação** das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação dos projetos turísticos” (IRVING, 2009). Observa-se que este princípio exige a participação social como fator fundamental para o sucesso dessa iniciativa, pois sem isso, ela se torna como tantas outras iniciativas presentes no mercado, onde se vê a centralização nas tomadas de decisões como a tônica diretiva.

Demo (1996) afirma que “Participação é conquista” e Bordenave (1994) aponta que Participação “vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte”.

Diante do exposto pelos autores quanto aos princípios que norteiam o TBC e adentrando, propriamente, aos objetivos pretendidos nessa pesquisa destaca-se que o primeiro desses visa analisar a experiência de TBC enquanto estratégia de reprodução social e desenvolvimento local pelos integrantes do Tapiaim e demais atores sociais, políticos e institucionais envolvidos nessa experiência. Para responder esse objetivo, empregou-se a técnica embasada na metodologia do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) e para isso, foram observadas as seguintes dimensões: econômica, institucional, ambiental e social.

A dimensão econômica em Muriazinho, embora os moradores não participassem ativamente no receptivo turístico, nas duas vezes que os grupos visitaram aquele povoado, foi deixado para a associação de moradores o valor de cinco reais por visitante e o morador B. C. que exerceu a função de guia local, nas duas visitas

que houve na comunidade, não recebeu nenhum valor por essa atividade.

Em Recreio, a dimensão econômica foi alcançada pela prestação de serviços na área da alimentação e do transporte. Ali a moradora M. S. A. S., agricultora familiar é quem fornece serviço de alimentação, pelo valor de doze reais (R\$ 12,00) por visitante trazido pelo Instituto. Esse fato ocorreu por duas vezes e o primeiro grupo foi de quatro e o segundo de vinte e duas pessoas. Segundo M. S. A. S. embora esse valor não fosse estipulado por ela, mas pelo Instituto, acha um valor justo e seria bom se houvesse sempre as visitas.

O Tapiaim contribuiu com o valor de vinte reais (R\$ 20,00) para a associação de moradores apenas na segunda visita, assim, essa atividade turística naquele local tem favorecido diretamente duas famílias, a da senhora M. S. A.S e da proprietária do barco, cuja travessia do Rio Muriá é cobrado o valor de um real (R\$ 1,00) de ida e outro na vinda, para se chegar a Recreio.

No povoado de Pedras Grandes, a dimensão econômica do TBC favoreceu apenas negócios na área de alimentação e do transporte. As duas vezes que o Instituto levou grupos para ali, foi a família de um ex-integrante do grupo quem forneceu alimentos para os visitantes, também pelo valor de doze reais. No transporte, cada integrante paga pela travessia do barco um real (R\$1,00) por cada trecho. A experiência de TBC não contribui para o fortalecimento/consolidação da atividade econômica em nenhum outro aspecto.

Na Praia da Romana há diretamente o envolvimento de dois moradores locais, pois para se chegar até ali, necessita-se de alugar um barco. Nesse momento, essa atividade possibilita aos pescadores uma renda pela prestação desse serviço que varia de cento e cinquenta (R\$ 150,00) a duzentos e cinquenta reais (R\$ 200,00) de acordo com o número de passageiros. Na Praia, o grupo almoça, especificamente, na casa do pescador B. M. S. e o valor pago por esse serviço é de doze reais por visitante. Este também faz explicação sobre os equipamentos e o ofício da pesca, Entretanto, como as visitas não são constantes, a atividade turística do Tapiaim não tem contribuído para o fortalecimento e consolidação dessa prática.

Quanto à dimensão institucional em Muriazinho não surgiu nenhum órgão, ou associação que trabalhe o turismo motivado pela ação do Instituto Tapiaim, assim como não houve a criação de novos conselhos, grupos temáticos ou de trabalhos para apoio nessa iniciativa turística e nem a capacitação técnica por parte de alguma instituição na área da hospitalidade.

Em Recreio, Pedras Grandes e Praia da Romana no que se refere à dimensão institucional, essa atividade não cooperou para o surgimento de nenhum órgão ou associação na área do turismo, assim como não houve capacitação técnica na área da hospitalidade nessas comunidades.

Porém, nessa dimensão Curuçá foi um dos municípios contemplados pelo edital 01/2008 do Ministério do Turismo - MTur, no entanto, o Instituto Peabiru foi o proponente e o projeto será a criação da Cooperativa de Ecoturismo Comunitário de Curuçá. A formação de capital social para essa cooperativa ainda está ocorrendo. No período da pesquisa, apenas cursos modulares, com duração de dois dias ao mês estavam ocorrendo no município, tendo como alvo principal os integrantes do Tapiaim.

Em relação a essa dimensão não se pode aferir qualquer ação do Instituto Tapiaim nas comunidades que fazem parte dos roteiros, pois a administração do valor concedido pelo edital 01/2008 é responsabilidade do Instituto Peabiru.

O TBC desenvolvido pelo Tapiaim pouco tem contribuído para as mudanças imbricadas nessa dimensão. O conceito de Turismo Comunitário vem de encontro a essas questões conforme aponta Maldonado (2009).

“Entende-se por Turismo Comunitário toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos”

Quanto à **dimensão sustentabilidade ambiental** em Muriazinho, os moradores G. F. A. e B. C afirmam que a ação do Tapiaim em trazer turistas para a comunidade contribuiu para que eles passassem a ter atitudes que antes não tinham. Eles afirmam que deixaram de queimar o lixo doméstico e de desmatar as matas ciliares e creditam essas ações às explicações dadas por alguns integrantes do Instituto Tapiaim, no momento em que foram conhecer a trilha antes de levarem os grupos para ali. Nesse sentido, essa atividade teve êxito, inclusive, o morador G. J. F. A. reflorestou a margem do igarapé de sua propriedade, indicando um comportamento diferenciado como resultado dessa relação com a atividade turística.

Em Pedras Grandes, Recreio e Praia da Romana, segundo os entrevistados, a atividade turística não tem alterado a maneira como a comunidade lida com as questões ambientais.

Em relação à **dimensão social**, como exceção dos moradores da Praia da Romana, as três comunidades são atendidas por programas federais como Bolsa Família; Minha Casa, Minha Vida Rural e cursos de capacitação na área da agricultura familiar. O governo estadual oferta ensino médio nas escolas do município. Quanto ao município, este assiste as três comunidades por meio de um agente comunitário de saúde (ausência posto médico) e por escolas municipais com o sistema seriado de ensino fundamental.

Outro objetivo seria identificar os principais agentes na atividade turística em Curuçá e descrever a relação deles com o Instituto Tapiaim. Como resultado obteve-se que os promotores dessa atividade são a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, o bloco carnavalesco “Pretinhos do Mangue” e o Instituto Tapiaim, embora essas ações sejam individualizadas. As ações desenvolvidas pela Secretaria de Cultura e Turismo nessa área tem como destaque o Festival do Folclore, o Carnaval e a Festividade de Nossa Senhora do Rosário.

O Festival do Folclore ocorre anualmente no terceiro fim de semana de julho. Nele grupos de cordões de pássaros, bois, quadrilhas e artistas locais se apresentam. A razão maior da existência desse festival é festejar a cultura local com suas danças, com destaque para o Carimbó e comidas típicas, além de exposição da história local evidenciando fatos e pessoas que contribuíram para o surgimento e crescimento da cidade.

O carnaval é promovido pela prefeitura, quando muitos blocos de sujos, mascarados, e Boi de Arrastão fazem a alegria dos foliões. Nesse contexto tem destaque os blocos Pilantras Bacanas, Galo do Primote, Êta Lasqueira, Curral do Piça, As Curuçenses, Boi Prosa, Grande Família, Matinta, Maisena, Mangueira e outros. O destaque é o bloco “Pretinhos do Mangue” que atrai milhares de visitantes para brincar o carnaval ecológico, cuja fantasia do bloco é a lama do mangue que margeia a cidade.

Devido a toda essa projeção, a direção do bloco que é composta por vinte e cinco pessoas resolveu criar a Organização Não Governamental (ONG) “Associação Sócio-ambiental e Cultural de Curuçá Pretinhos do Mangue”, já devidamente registrada e, segundo o seu diretor E.C.S (2010), essa ação tem por objetivo “fazer um trabalho social com os ribeirinhos, com as crianças porque essa questão ambiental tem que começar com as crianças, as sementes”

A festividade de Nossa Senhora do Rosário, padroeira do município, ocorre no segundo domingo de setembro e se destaca como um atrativo religioso local. A pesquisa identificou que o Instituto Tapiaim não participa de nenhuma dessas festividades, como organização, distanciando-se dos principais agentes promotores da atividade turística no município.

A concepção da maior parte dos quatorze integrantes do Instituto Tapiaim, precisamente nove deles afirmaram que seria positiva para a organização essa parceria. Essa percepção de parte do grupo está em consonância quanto ao sucesso de um empreendimento turístico comunitário, pois o sucesso de tal está diretamente associado às parcerias construídas por atores externos, como “ONG, instituições acadêmicas, governo central ou local e cooperação internacional” (MALDONADO, 2009).

Quanto ao objetivo de verificar como é articulada a participação das comunidades nos roteiros turísticos, a atuação do Instituto Tapiaim em Muriazinho ocorre sem a participação efetiva da população local nas tomadas de decisão e na oferta do roteiro. A base econômica local é a atividade agrícola, tendo como o produto de maior destaque a mandioca, da qual é produzida a farinha para a subsistência das famílias e a venda do excedente, no mercado local. Porém, os quintais possuem árvores frutíferas, com destaque para o cupuaçu, acerola, bacuri, maracujá e a criação de pequenos animais como galinha caipira, patos e porcos. A demografia do lugar vem de duas famílias: a Chucre e a Rayol das quais descendem cento e trinta famílias.

Houve apenas duas visitas de grupos naquela comunidade, e a articulação para a ocorrência dessa foi com o líder comunitário que designou como guia local um morador antigo para a realização das atividades que compunham o pacote que é composto por: trilha, visita e banhos de igarapés. Quando ocorre de haver famílias produzindo farinha de mandioca, a observação dessa atividade é integrada no roteiro.

Com exceção do líder da comunidade e do guia local, nas duas visitas não houve a participação comunitária e nem informação sobre o TBC para os moradores locais, assim como a oferta de serviços ligados à hospitalidade (alimento e hospedagem). Segundo o líder comunitário, nas duas visitas o valor deixado para a associação de moradores pelo Tapiaim foi de cinco reais por pessoa que compunha o grupo.

Em Recreio, os grupos são levados para casa de parentes dos integrantes do Tapiaim, não havendo nenhum contato com a Associação de Moradores, assim como o envolvimento dos

comunitários nas visitas. O Tapiaim já levou duas vezes grupos de turistas e o receptivo desses grupos ali se diferencia de Muriazinho no item serviço de alimentação, pois este é produzido pela mãe de um dos integrantes do Instituto que é uma moradora local (M. S. A. S, 2011.) agricultora familiar que oferta aos visitantes produtos cultivados em sua propriedade. Segundo essa moradora, apenas em uma dessas visitas, o Instituto Tapiaim deixou o valor de vinte reais (R\$ 20,00) para a associação de moradores.

A mesma prática ocorre na comunidade de Pedras Grandes onde o alimento servido aos visitantes também é feito pela mãe de dois integrantes do Tapiaim, porém nessa comunidade segundo o líder local, nenhum valor foi deixado para a associação de moradores.

No roteiro da Praia da Romana se percebe a participação de dois moradores da ilha na oferta de serviços de frete do barco que faz o transporte dos grupos que compram o pacote. Esses moradores preparam a alimentação servida aos visitantes à base de peixe e farinha d'água e fazem a demonstração dos utensílios de pesca utilizados no ofício desenvolvido por esses moradores.

A ausência da participação dos moradores na oferta de serviços e nas tomadas de decisão interfere no princípio do Protagonismo Local, essencial na oferta dessa prática de turismo. “O TBC só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo” (IRVING. 2009).

Percebe-se que ainda não há nessa experiência o que Sampaio (2008) aponta como algo fundamental a essa atividade: a convivência em sua totalidade. Nesse mesmo sentido Irving (2009) aponta o “encontro” como condição essencial dessa prática. Percebe-se que em todas as comunidades visitadas os grupos passam somente algumas horas de um dia, isso geralmente em contato apenas com o guia local, que também é sempre a mesma pessoa.

A prática da participação é relativamente nova no cenário das tomadas de decisão. No Brasil essa metodologia passa a ser usada mais expressivamente a partir da década de 1990. Na última década, a participação tem possibilitado que indivíduos, antes apenas espectadores e/ou receptores das políticas públicas, passassem a ser ouvidos, podendo opinar em situações que lhes atingem direta ou indiretamente.

Nesse contexto, o TBC possibilita que a população autóctone seja ator no processo de decisão que envolve a atividade turística em seus territórios. Essas atitudes promovem o exercício da cidadania naquilo que se refere às tomadas de decisão.

Touraine (1996,) expõe que cidadania “significa a construção livre e voluntária de uma organização social que combina a unidade da lei com a diversidade dos interesses e o respeito pelos direitos fundamentais”. Para Santos (2007) “a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”.

Nesse sentido, cidadania seria o acesso a direitos garantidos nas leis que regem um país de forma igualitária, sem distinção de qualquer indivíduo, permitindo que tenham ao seu alcance todas as possibilidades referentes à solução de suas necessidades.

Mesmo com várias fragilidades no que se refere ao envolvimento de atores externos, o Instituto Tapiaim convive com seus próprios desencontros, fato evidenciado quando a pesquisa levantou que dos quatorze integrantes entrevistados, todos disseram **não saber o valor do pacote ofertado pelo Tapiaim**. Ressalta-se que a comercialização do roteiro não é feita pelos membros do Instituto. Estes apenas elaboram os roteiros, mas a comercialização é feita por operadoras da Capital. Essa definição deveria ser tomada em conjunto, pois o protagonismo social aponta pra isso.

Quanto ao objetivo de saber como se processa a distribuição dos ganhos financeiros pela atividade turística entre os integrantes do Tapiaim a pesquisa concluiu que em mais de dois anos de empreendimento, as visitas não foram suficientes para o ganho financeiro de todos os integrantes do grupo. Essa situação é evidenciada quando **quatro integrantes ainda não ganharam valor algum com essa atividade** enquanto **três integrantes ganharam mais que os outros**. Esse fato, segundo o presidente do Instituto, está ligado ao nível de envolvimento dos integrantes nas atividades do grupo e evidencia uma de suas queixas, qual seja a falta de interesse de alguns componentes do grupo em relação às atividades desenvolvidas.

Contudo, mesmo que essas hipóteses se confirmem, surge uma questão primordial apontada por Maldonado (2009): “a finalidade da empresa comunitária não é o lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através dos investimentos em projetos de caráter social ou de produção.”

Como obstáculos à participação da comunidade, Bandeira (1999) expõe “a multiplicidade de comissões criadas para acompanhar a execução de programas específicos em nível

municipal, estadual e federal”. Para o autor isso se torna um obstáculo, pois em locais pequenos talvez seja difícil o arranjo de diversas comissões que determinados programas exigem.

Bandeira (1999) aponta no Brasil a escassez “de iniciativas de participação ou de articulação de atores sociais, que tenham simultaneamente escopo territorial e setorial mais amplo”. Para o autor, isso contribui para que a ação tomada em níveis locais, pela falta de uma instância político-administrativa intermediária entre estados e municípios, trave as articulações necessárias à viabilidade do processo para que se deseje solução.

Bandeira (1999) indica ainda que “são raras no país organizações e instituições que congreguem e articulem diferentes segmentos da sociedade numa mesma escala territorial”. O autor comenta que as instituições nesse contexto, estão mais ligadas às escalas administrativas municipais, sendo sua composição territorial instável e sujeita às descontinuidades políticas.

Quanto às vantagens da participação da sociedade civil e das articulações dos diversos atores sociais voltadas para a promoção do desenvolvimento, e nesse caso, as iniciativas TBC se apresentam como ações indutoras na busca da promoção. Bandeira (1999) aponta cinco linhas que veem essa prática como vantagem:

A primeira linha de argumentação destaca “participação e eficácia das intervenções” (Idem, 1999). Nessa linha o autor expõe que a participação da sociedade civil estaria diretamente ligada à eficácia das ações governamentais. Isso se justificaria porque quando um projeto ou qualquer ação nesse sentido é construído com a comunidade, ou ator para qual esse projeto está direcionado, o envolvimento dos grupos na concepção e formulação dessas políticas geraria sentimento de pertença, de identidade.

O contrário disso, ou seja, quando as decisões são tomadas em instância superior, sem a participação direta dos grupos envolvidos, esses grupos não se identificam com elas, logo a eficácia dessas decisões fica comprometida, pois muitas vezes não atendem às expectativas dos atores.

A segunda linha de argumento aponta (Idem, 1999) a “participação e boa governança”. Nesse argumento, Bandeira expõe que a observação deste colabora para uma gestão governamental mais transparente e como consequência a diminuição da corrupção no setor público.

A terceira linha (Idem,1999) apresenta a “participação e acumulação de capital social”. Nesse argumento, o autor afirma que o capital social seria o elo capaz de unir os vários atores no sentido da cooperação, envolvimento e confiança. Essa união possivelmente

colabora para o fortalecimento de laços culturais que unem uma comunidade, e torna seus cidadãos propensos a colaborar na resolução de problemas coletivos.

A quarta linha (Idem, 1999) é “a participação e competitividade sistêmica”. Este argumento, segundo o autor, está direcionado para a capacidade que os diversos atores sociais têm de conexão entre operação de mecanismos participativos e políticas públicas que levem ao desenvolvimento industrial em níveis micro, meso e macro de competitividade com fins de formação de redes e outros mecanismos que possibilitem a sustentação social e política de uma região.

A quinta linha, segundo Bandeira (1999) é a da “participação e identidades regionais”. Neste argumento o autor demonstra o papel da participação na formação de identidades regionais. Ele afirma que sem essa identidade a região não pode ser considerada “um verdadeiro ente social”. A participação promove essa percepção de pertencimento, e isso se torna fundamental para que ações de desenvolvimento sejam trabalhadas.

Em resposta ao objetivo de avaliar até que ponto o TBC se constituiu como estratégia para a permanência dos jovens no local, a pesquisa revelou que a atividade turística desenvolvida pelo Tapiaim, não tem sido suficiente para mantê-los no local. Os fatores que contribuem para isso são a falta de emprego formal, evidenciada pela ausência de empresas do setor secundário e terciário, além de mão-de-obra qualificada. Aliado a isso, o espaçamento das visitas interfere diretamente sobre os ganhos individuais com essa atividade. Logo, os integrantes do grupo, sempre que surge oportunidade de trabalho em outro lugar, deixam Curuçá, pois mesmo na área de agricultura e pesca, o ganho financeiro é incipiente, já que esse trabalho está mais ligado a uma atividade de subsistência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, considera-se que a experiência de TBC desenvolvida pelo Instituto Tapiaim em Curuçá, como não poderia deixar de ser, apresenta situações que evidenciam fragilidades, mas também sucesso.

As situações de fragilidades percebidas estão ligadas aos aspectos da participação, da cooperação, do protagonismo local, da forma como essas comunidades foram inseridas nos roteiros, na distribuição dos ganhos nesses povoados e, principalmente entre os membros do grupo. Os fatores se prolongam em relação às parcerias

com as operadoras de turismo, a ausência de uma gestão transparente no sentido de informação e comunicação. O isolamento do Instituto dentro do município em relação ao diálogo e parcerias com atores sociais importantes é marcante no que se refere a este aspecto da cooperação e associação que poderia potencializar esta atividade.

As fragilidades na participação são evidenciadas pela forma como as comunidades foram cooptadas a fazerem parte do roteiro. Apenas em Muriazinho o Tapiaim conversou antes com o presidente da associação de moradores, e talvez isso tenha acontecido por ali não morar nenhum integrante do grupo, pois nas comunidades onde isso ocorre, como é o caso de Recreio e Pedras Grandes e Praia da Romana, esse diálogo não aconteceu previamente.

Naquilo que se refere à distribuição dos ganhos nos povoados, se percebe que de fato isso ainda é muito incipiente e, quando acontece, em duas comunidades estão direcionados para familiares de membros do Tapiaim e dos barqueiros que realizam a travessia do rio Muriá. Nesse caso, constatou-se uma clara apropriação circunscrita ao círculo familiar e privado, o que é comum em comunidades como esta.

Ainda deve-se reconsiderar a postura do Instituto em não buscar parcerias locais tanto com o poder público quanto com outras organizações sociais. É imprescindível compreender que qualquer atividade que tem como foco o desenvolvimento local não pode abrir mão de agregar os diversos setores em torno de seus objetivos. Ninguém, nenhuma organização no mundo globalizado chega a lugar algum sem parceria.

Não se pode deixar de perceber que mesmo com todas as situações elencadas, essa experiência é exemplo de determinação, de resistência, de perseverança, de empreendedorismo local. Vê-se que esses moradores buscam se colocar no mercado de trabalho, de oportunizar aos agricultores familiares de seu município uma alternativa de agregar renda às atividades que envolvem essa prática.

É prazeroso ver que muitos deles mudaram o curso de suas vidas depois que passaram a integrar esse grupo. Decidiram estudar, aprenderam a ser multiplicadores do saber ambiental em suas comunidades. É evidente em suas falas que o conhecimento sobre o ecoturismo possibilitou-lhes um olhar diferenciado ao lugar que habitam; melhorou a auto-estima, os fez serem reconhecidos por algumas instituições local e nacionalmente.

O TBC se faz de saberes e experiências, e esse processo não ocorrerá da noite para o dia, pois é uma construção diária,

constituída por etapas, sempre revendo os acertos e os fracassos. Contudo, tem sido uma possibilidade viável de unir populações que ficaram à margem do processo de desenvolvimento, viabilizando a inclusão desta no mercado pela forma como esses povos tem conservado seus recursos naturais, sua cultura numa sociedade com tendências homogeneizante de cultura e modelos.

5. REFERÊNCIAS

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 1999.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense. 1994. Coleção Primeiros Passos 95.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COROLANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In. BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>.> Acesso em: 12 nov.2010.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo. Cortez: 1996.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 2003.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa Survey. **Revista de administração**. São Paulo. n. 3 v. 35, p. 105-112. Julho/setembro 2000. Disponível em. <<http://www.rausp.usp.br>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

FREITAS, N. M. S. F. **Desenvolvimento local e capital social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS**. 2008, 288f. (Tese de Doutorado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

IRVING, Marta de Azevedo. Reiventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**:

diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em. <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

JONES, S. Community-based Ecotourism. The Significance of Social Capital, **Annals of Tourism Research** , 32, 2.

KRONEMBERGER, D. M. P. et al. Planejamento para o DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável. O caso da Bacia do Jurumirim (Angra dos Reis, RJ). **Sociedade & Natureza**. Uberlândia n. 17. v. 33. p. 45-57. Dez, 2005.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In. BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009. Disponível em. <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 21 Jan. 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org). DESLANDES, S. F. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

QUIVY, R. et al. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4 ed. Tradução: João Minhoto Marques. Maria Amália Mendes. Maria Carvalho. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998.

REID, Donald G.; MAIR, Heather; y GEORGE, Wanda (2004): “Community Tourism Planning. A Self - Assesment Instrument”, **Annals of Tourism Research**,31, 3. Disponível em <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738304000246>>. Acesso em 01/09/2014

RUIZ, Esteban; HERNÁNDEZ, Macarena; COCA, Agustín; CANTERO, Pedro; y DEL CAMPO, Alberto (2008):“Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad”, **Pasos**, 6, 3. Disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/6308/PS0308_2.pdf?origin=publication_detail>. Acesso em 01/09/2014.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Pensando o conceito de turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2. **Anais**. Fortaleza, 2008.

SANTOS, M. **O espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

APENDICE A - Questionário DLIS

SUSTENTABILIDADE ECONOMICA

- 1 – O turismo favoreceu a criação de novos empreendimentos, negócios e atividades econômicas na comunidade?
- 2- o turismo contribuiu para o fortalecimento/consolidação da atividade econômica?
- 3- o turismo contribuiu para a capacitação técnica e/ou gerencial da comunidade local?
- 4- o turismo favoreceu a formação de parcerias entre o Estado, sociedade e mercado?
- 5- o ganho com o turismo aqui tem sido relevante?

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

- 1-Houve a criação, surgimento e algum órgão, associação aqui com o turismo?
- 2- Houve a criação de novos conselhos, grupos temáticos ou de trabalhos para apoio nessa iniciativa do turismo
- 3-Já houve capacitação técnica por parte de alguma instituição na área da hospitalidade aqui?
- 4-Como vocês participam dessa atividade turística?
- 5-Internamente como é feita essa participação?
- 6-Há um rodízio de pessoas nessa participação ou não?
- 7-Como é feita a distribuição do ganho com a atividade turística aqui na comunidade?

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 1-Quando a atividade turística passou a ser desenvolvida aqui na comunidade, houve uma preocupação maior com o ambiente?
- 2-Como isso foi materializado?
- 3-Como é feita a coleta de lixo aqui, se é feita, onde é colocado?
- 4-Aqui nesta comunidade há alguma área que já foi degradada e que hoje a comunidade tenta fazer/ou faz a recuperação e o que isso modificou para o lugar?

SUSTENTABILIDADE DO PRÓPRIO TBC

- 1-Tem apoio logístico? Espaço físico, telefone, fax, internet
- 2-Como é feita a inserção da comunidade nesse roteiro turístico?
- 3-Essa comunidade tem interesse em continuar querendo parceria com o Tapiaim?
- 4-Como se dá esse fortalecimento, essa parceria?

5-Como a comunidade vem colaborando para garantir o turismo em seu território?

6-Ela é ativa ou passiva frente ao turismo?

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

1-Como o governo federal tem participado da comunidade local?

2- Quais projetos a prefeitura tem implementado ou apoiado aqui na comunidade?

3- qual o grau de envolvimento e apoio do governo local as iniciativas da comunidade?

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ETANOL COMBUSTÍVEL A PARTIR DA CANA-DE-AÇÚCAR EM PERNAMBUCO NO PERÍODO 1980-2012

Eduarda Sales Braga¹
Almir Silveira Menelau²

Resumo

A utilização de combustíveis fósseis, quase que de forma exclusiva, pela economia brasileira, tem provocado sérios impactos ambientais, que somente podem ser revertidos com a diversificação da matriz energética nacional. Uma das alternativas fundamentais na diversificação dessa matriz é o etanol, biocombustível obtido a partir da cana-de-açúcar. Diante desta potencialidade do etanol para o Brasil, e considerando a contribuição de Pernambuco para a produção nacional deste biocombustível, analisou-se a produção pernambucana de etanol, utilizando um modelo econométrico de função de produção (tipo Cobb Douglas). Para tanto, foram levantadas informações a partir de uma série histórica de dados que cobriu o período de 1980/2012. Os resultados obtidos com o modelo, com as elasticidades-preço da oferta e elasticidade cruzada entre preço de açúcar e produção de etanol, permitiram concluir que a produção de etanol está vinculada aos preços do açúcar, em que aumentos no preço do açúcar viabilizarão sua produção e reduzirá a produção de etanol combustível.

Palavras-chave: Biocombustível; Energia; Preços.

CHARACTERIZATION OF FUEL ETHANOL PRODUCTION FROM SUGAR CANE IN PERNAMBUCO IN THE PERIOD 1980-2012.

Abstract

The use of fossil fuels, almost exclusively, the Brazilian economy has caused serious environmental impacts, which can only be reversed with the diversification of the national energetic matrix.

¹ Graduada em Economia (UFRPE). Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural (UFRPE). E-mail: eduardasbraga@yahoo.com.br

² Graduado em Agronomia (UFRPE). Mestrado em Economia Rural (UFV). Doutorado em Economia (UFPE). Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: almirmenelau@yahoo.com.br

One of the fundamental alternative in the diversification of this matrix is ethanol, biofuel made from cane sugar. Given this potential of ethanol to Brazil, and considering the contribution of Pernambuco for domestic production of this biofuel, we analyzed the Pernambuco ethanol production, using the econometric model of production function (type Cobb Douglas). To this end, information was raised from a time series of data that covered the period from 1980/2012. The results obtained with the model, with price elasticities of supply and cross- price elasticity between sugar and ethanol production, was concluded that ethanol production is linked to sugar prices, in which the increases of the price of sugar will enable your production and will reduce the production of fuel ethanol.

Keywords: Biofuel; Energy; Prices.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento da demanda mundial por etanol é motivada pelos interesses dos países procurarem opções para diminuir as emissões de gases de efeito estufa, redução da dependência do petróleo e principalmente uma alternativa para a diversificação da sua matriz energética, principalmente tendo em vista o esgotamento das reservas de combustíveis fósseis.

A discussão sobre ações econômicas sustentáveis que reduzam os impactos ambientais vem sendo bastante debatidas nos últimos anos. O Protocolo de Kyoto iniciado em 1997, na cidade de Kyoto, no Japão, tem como objetivo firmar acordos internacionais para promover metas de redução de gases poluentes causadores do aquecimento global. No referido protocolo os países devem colaborar entre si na produção de bens e serviços a partir de processos menos impactantes ao meio ambiente. O protocolo sugere ações comuns, dentre elas o aumento no uso de fontes de energias limpas.

O Brasil também capitaneou recentemente discussões em nível global, a exemplo da conferência Rio +20 realizada em 2012, com o intuito de promover debates e ações de políticas sustentáveis, tornando assim uma preocupação mundial sobre a utilização de meios que diminuam a degradação ambiental.

Um assunto, repetidas vezes abordadas nas discussões sobre a sustentabilidade, é a utilização de fontes energéticas limpas, pois a energia é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de um país, influenciando decisivamente na infraestrutura para os setores produtivos, geração

de emprego e renda, qualidade de vida, e por se tratar de um setor estratégico para a nação. Além dessas questões, segundo Batalha e Buainain (2007) vários são os estudos que apontam o esgotamento das fontes de energia fóssil para os próximos anos, destacando a necessidade de buscar outras fontes alternativas. No entanto, os constantes conflitos políticos envolvendo os países do Oriente Médio, onde estão localizadas quase 80% das reservas comprovadas de petróleo no mundo, conferem instabilidade ao suprimento e aos preços do combustível, incentivando várias nações a reduzir a dependência em relação às importações do produto.

Tendo em vista o avanço da consciência ambiental, a diversificação da matriz energética e a necessidade de reduzir a dependência da utilização de petróleo, fonte de energia não renovável e de origem fóssil, impulsionaram-se estudos voltados para o desenvolvimento de novas alternativas na produção de combustíveis, como o etanol, que se tornou uma opção eficaz por ser uma fonte renovável originada de produtos vegetais. De acordo com Sampaio, Vital e Ramos (2011), o uso de biocombustíveis vem sendo estimulado com vários propósitos, entre os quais destacam-se: a redução de emissões de gases de efeito estufa e a substituição do petróleo, devido tanto aos elevados preços do barril no mercado mundial como à busca de diminuição da dependência de combustível fóssil.

Além da sua relevância quanto às questões ambientais, a política de segurança energética é de grande importância, pois uma redução na oferta de petróleo pode paralisar as principais economias do mundo, o que torna considerável o papel do bioetanol não apenas no contexto de benefícios ambientais, mas também em sua contribuição para a matriz energética dos países.

O Brasil tem tradição na produção de bioetanol e possui uma vasta área onde pode ser cultivada a cana-de-açúcar, destacando-se como pioneiro na produção de etanol como combustível por deter condições vantajosas de clima, água e solo para a agricultura, e tendo considerável capital intelectual oriundo da tecnologia desenvolvida, que surgiu com o Proálcool, em 1975, devido a crise do petróleo em 1973. Segundo Safatle (2011), a agroenergia, sobretudo a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar, constitui hoje o segmento econômico com maior capacidade de gerar, a um só tempo, uma multiplicidade de impactos virtuosos. A variedade de benefícios é enorme, a começar por colocar o país na vanguarda do processo de geração de energia alternativa em âmbito mundial. Quanto mais se avançar na produção do etanol e aumentar seu consumo em relação aos derivados de petróleo, tanto

vamos estender seu horizonte temporal, expandindo a vida média de nossas reservas de petróleo.

A cana-de-açúcar apresenta-se como matéria-prima mais competitiva para a produção de etanol em termos de custos de produção. Seu cultivo no Brasil adveio com os primeiros colonizadores. Na época (século XVI), a área de maior significância no cultivo foi a Zona da Mata Pernambucana, e o Estado de Pernambuco passou a ser o pioneiro e o mais importante dos territórios da colônia na produção de açúcar, caracterizando este produto como a *commodity* de maior interesse no mercado internacional de produtos agrícolas. Para Barros et. al. (1998), a cana-de-açúcar estruturou os espaços físico, econômico e social da Zona da Mata, especializando a economia local e individualizando a sua sociedade no contexto regional e social.

Com efeito, o setor sucroenergético do país encontra-se em verdadeira evidência devido às alternativas energéticas renováveis que precisam ser encontradas a fim de dar continuidade ao desenvolvimento sem extinguir as já existentes.

Segundo o cenário descrito pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) para os próximos 100 anos, as projeções sobre os impactos das mudanças climáticas pelo intenso uso de fontes não renováveis de energia indicam perda da biodiversidade, queda na produção agrícola, deslocamento de populações, aumento do nível do mar e intensificação de eventos extremos. Desta forma, tornam-se cada vez mais necessários estudos sobre alternativas que possibilitem um melhor entendimento sobre o complexo energético.

A utilização do etanol da cana-de-açúcar até então tem se mostrado a matéria prima adequada como fonte de energia limpa, sendo uma alternativa para o crescimento do Estado de Pernambuco, que já foi pioneiro na produção dessa *commodity*, proporcionando uma revitalização em seu mercado doméstico.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a situação atual da produção de etanol proveniente da cana-de-açúcar em Pernambuco, bem como suas perspectivas e influências em sua produção.

2. BIOCOMBUSTÍVEL: PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR E ETANOL

A liderança do país na produção de etanol combustível proveniente da cana-de-açúcar representa uma oportunidade

estratégica em um cenário de crescente demanda mundial por fonte de energia limpa. A reformulação dos sistemas energéticos e a pressão para redução de emissão de carbono colocaram em destaque no foco internacional novamente o velho e conhecido álcool brasileiro. Uma previsível escassez de combustíveis fósseis em algum ponto futuro, o aumento de demanda por energia devido ao crescimento mundial e a preocupação crescente com a questão ambiental e com o aquecimento global têm levado os países a buscarem novas fontes de energia. Nesse contexto, uma das mais importantes iniciativas, com reconhecimento em escala mundial, é a produção de biocombustíveis, em especial o álcool (TÁVORA, 2011).

Existem diversos fatores favoráveis para a expansão da produção de etanol no Brasil, dentre eles as oscilações do preço dos barris de petróleo provocando incertezas no seu suprimento, o reconhecimento global da importância ambiental com a utilização do etanol combustível, seu custo de produção a partir da cana-de-açúcar é inferior comparado a outras matérias-primas.

De acordo com Leite et. al. (2009), uma ampliação significativa da produção de bioetanol combustível no Brasil poderia constituir um projeto nacional desenvolvimentista.

De fato, uma série de fatores pode favorecer essa hipótese: a escalada dos preços do petróleo, que melhora a competitividade do bioetanol face à gasolina; a redução das emissões de gases de efeitos estufa proporcionada pelo uso do bioetanol proveniente da cana-de-açúcar para substituir gasolina; a grande disponibilidade de terras aptas para o cultivo da cana no país (o que inclui a recuperação de áreas de pastos degradados), sem necessidade de avançar sobre os principais biomas naturais remanescentes, em particular Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica. Sua elevada produtividade, em termos de energia de biomassa por unidade de área, apresentada pela cana-de-açúcar e que ainda pode ser melhorada consideravelmente com o incremento do aproveitamento energético do bagaço e da palha; a expectativa de relaxamento das barreiras protecionistas ao bioetanol nos países industrializados e a expansão da produção nos países do trópico úmido, o que pode facilitar a criação de um mercado internacional para o bioetanol combustível, tornando-o uma *commodity*; os benefícios socioeconômicos advindos do efeito multiplicador do crescimento do setor, em função de sua ligação com toda a cadeia produtiva da economia, trazendo impactos expressivos na geração de emprego e renda.

Porém, o mercado internacional de etanol combustível é incipiente, devido a dificuldades no seu fornecimento, falta de

infraestrutura e barreiras comerciais protecionistas impostas pelos países importadores.

Tendo em vista que o consumo de biocombustível, no caso do etanol proveniente da cana-de-açúcar, gera benefícios ambientais e maior segurança na matriz energética brasileira, produzi-los significa desenvolvimento para o Estado de Pernambuco, bem como geração de emprego e renda.

Na figura 1 apresenta-se uma série histórica (1980-2012) da produção de cana-de-açúcar no Estado de Pernambuco. Pode-se constatar que o período de crescimento na produção foi na metade dos anos 80, período em que o preço internacional do petróleo atingiu valores elevados, esse desempenho somente foi retomado a partir do ano de 2003, com a introdução dos veículos *flex*. O gráfico também demonstra uma redução na produção de cana-de-açúcar em Pernambuco no ano de 1994, isso pode ser explicado devido ao período de estiagem que atingiu a safra de 1993/1994.

Nos períodos em que a oferta aumentou possivelmente o preço do açúcar decresceu. Caso isto tenha acontecido, a produção de etanol foi mais vantajosa. Se a oferta de açúcar se mantém, então o etanol permanece estável. Já com a oferta de açúcar reduzida é provável que o etanol reduza também. Isto traz a baila o conceito econômico de Elasticidade-preço da oferta, que mede a variação percentual da quantidade ofertada, dada uma variação percentual no preço do produto em questão.

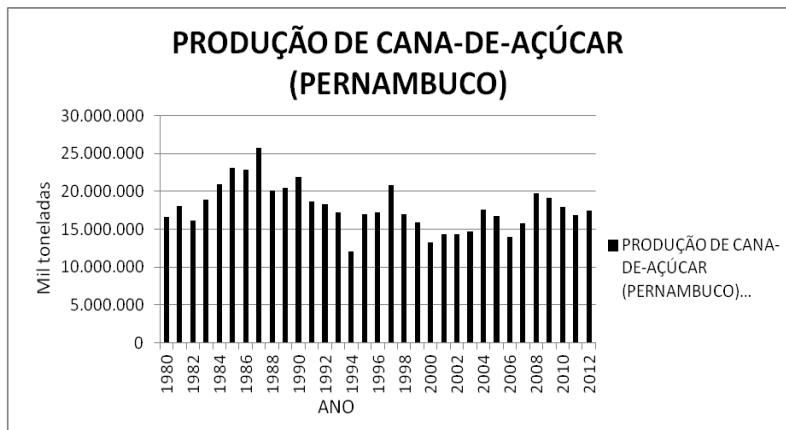


Figura 1 - Produção de cana-de-açúcar em Pernambuco em mil toneladas

Fonte: Sindaçúcar-PE. Elaboração própria.

Na figura 2 apresenta-se o rendimento agrícola para o Estado de Pernambuco, sendo a produção total de cana-de-açúcar em toneladas e a área colhida em hectares. Do conjunto de dados apresentado percebe-se que não houve variações consideráveis para o rendimento no período estudado (1980 a 2012).

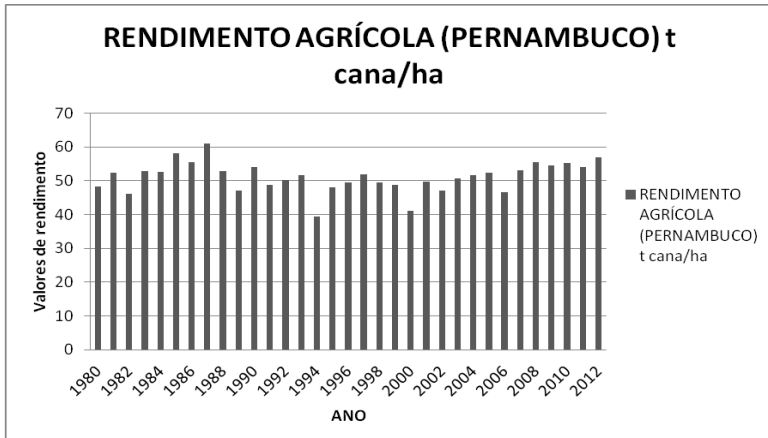


Figura 2 - Rendimento agrícola em Pernambuco em tonelada de cana/hectare

Fonte: Sindaçúcar-PE e ÚNICA. Elaboração própria.

Verifica-se na figura 3, as oscilações da produção de etanol para o Estado de Pernambuco. Podendo essas variações serem explicadas pelo preço do açúcar no mercado. Observa-se também o crescimento da produção no período pós-implantação do Proálcool.

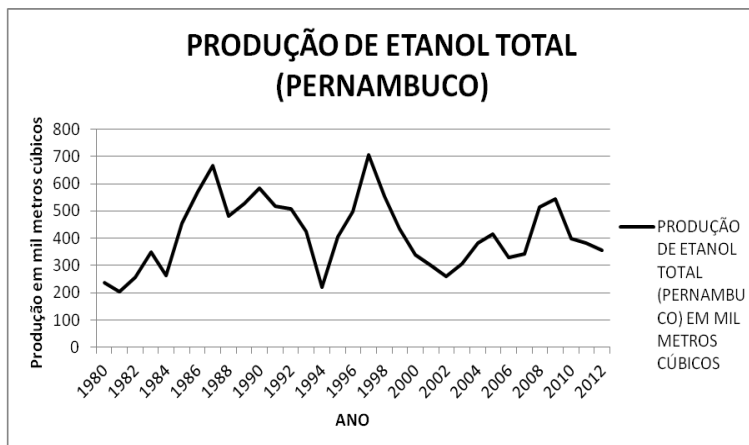


Figura 3 - Evolução da produção de etanol total em Pernambuco (Mil m³)
 Fonte: Sindaçúcar-PE e ÚNICA. Elaboração própria.

A evolução (Ver figura 4) dos preços do etanol, por sua vez, revela que tais preços foram maiores no período pós-implantação do Proálcool, mas já no final da década de 80, o mercado entrou em declínio e a produção ficou estagnada, somente retomando o aumento a partir do ano de 2003, com o surgimento dos carros flex-fuel (motores bicombustíveis).

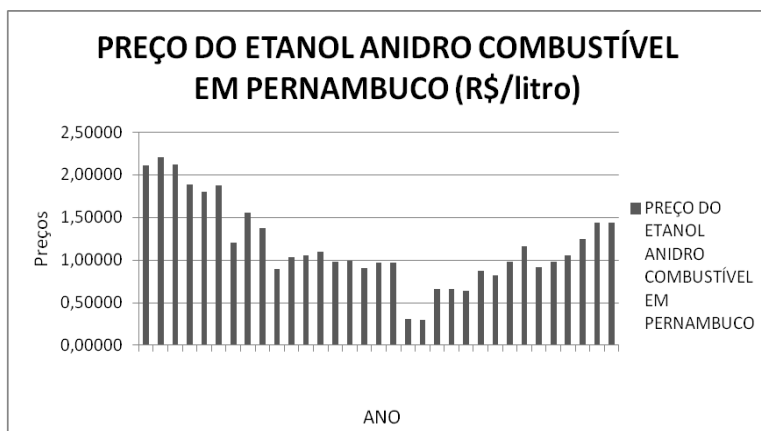


Figura 4 - Preço do etanol anidro combustível em Pernambuco (R\$/L)
 Fonte: Sindaçúcar-PE e ÚNICA. Elaboração própria.

A partir da desregulamentação do setor sucroalcooleiro, a produção pernambucana de açúcar entrou em declínio, com a nova forma de organização do mercado, devido a concorrência, muitos produtores não conseguiram manter suas usinas e acabaram encerrando as suas atividades. Na década de 90 os baixos preços do açúcar nos mercados globais resultaram em uma menor produção de cana-de-açúcar.

Observa-se na figura 5 que no final dos anos 80 teve uma queda em seus preços devido ao aumento da produção de cana-de-açúcar. Já em 2010 houve uma elevação no preço do etanol, conforme visto na figura 4 e do açúcar (Figura 5). Algumas das suas causas foram: o baixo rendimento da produção, o aumento no preço do açúcar, que diminui a oferta interna de etanol, a crise de crédito de 2008/09 que fez com que muitos produtores de cana tomassem uma atitude conservadora em relação aos investimentos. Outro problema é que a estocagem de álcool paga preço de mercado, o que desestimulou a formação de estoques na entressafra.

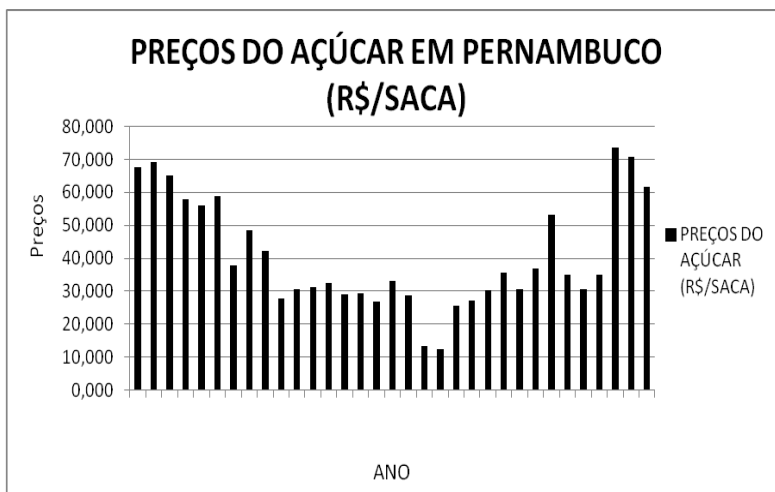


Figura 5 - Preços do açúcar em Pernambuco (R\$/saca)

Fonte: Sindaúcar-PE e ÚNICA. Elaboração própria.

Dessa forma, a partir das informações coletadas da produção e dos preços foi elaborado um modelo explicativo da produção e cenários da produção de etanol no Estado de Pernambuco.

3. METODOLOGIA

Para o ajustamento do modelo, procedeu-se como primeira etapa do trabalho uma pesquisa documental em fontes pertinentes ao tema do trabalho. Foi realizado também um levantamento de dados secundários junto ao Sindicato da Indústria de Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), da União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA) e da Empresa de Consultoria de Etanol e Açúcar (DATAGRO), referente ao Estado de Pernambuco sobre área colhida, produção de cana-de-açúcar, produção de etanol anidro e hidratado, preços do etanol e preços do açúcar.

As informações coletadas na pesquisa foram referentes ao período de 1980-2012, devido existir maior disponibilidade de dados relativos ao período após a década de 80. O suporte teórico utilizado neste trabalho baseia-se na Teoria da Produção, visto tal teoria permitiu analisar a produção de etanol para o Estado, utilizando as variáveis que a influenciam. Para Varian (2000), a função da produção pode ser definida como sendo a relação que indica a quantidade máxima que se pode obter de um produto, por unidade de tempo, a partir da utilização de uma determinada quantidade de fatores de produção.

Além disso, o estudo da produção através do ajustamento de funções de produção pode, para Garófalo e Carvalho (1990), apresentar grande importância, pois proporcionam as bases para a análise dos custos e da oferta dos bens produzidos. Normalmente, na análise microeconômica, é possível representar a função de produção da seguinte maneira:

$$Q = f (x_1, x_2, x_3, \dots, x_n) \quad (1)$$

Onde Q é a quantidade produzida do bem e $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n$ identificam as quantidades utilizadas de diversos fatores, respeitando o processo de produção mais eficiente escolhido.

O modelo estimado neste trabalho, conforma uma função de produção do tipo Cobb-Douglas, em virtude da facilidade de interpretação dos resultados e das boas qualidades estatísticas dessa especificação. Contudo a sua utilização apresenta algumas limitações em seu uso. Segundo Almeida (2005) suas principais limitações são as elasticidades de substituição unitárias entre os insumos. Essas limitações poderiam ser contornadas com a adoção

de uma forma funcional mais flexível, tais como a forma logarítmica. Já para Nazareth e Gutierrez (1975), seu aspecto pouco compacto não permite que a estrutura da economia e outras relações mais complexas intervenham.

Cobb e Douglas propuseram em seu artigo, publicado em 1928, para estimar a produção uma função apresentada da seguinte forma:

$$Q = AK^{\beta_1}L^{\beta_2} \quad \beta_1 + \beta_2 = 1 \quad (2)$$

Onde Q representa o produto, enquanto K e L são os insumos considerados (capital e trabalho, respectivamente), o coeficiente A é uma constante e β_1 e β_2 são parâmetros. Aplicando o logaritmo para ambos os lados da equação e chamando o termo constante de A, tem-se:

$$\ln Q = \ln A + \beta_1 \ln K + \beta_2 \ln L \quad (3)$$

Neste modelo, a função Cobb-Douglas foi utilizada na sua forma logarítmica, onde a produção é função das variáveis capital e trabalho. Neste modelo o parâmetro A representa a constante e os parâmetros β_1 e β_2 representam as elasticidades da produção em relação ao capital e ao trabalho, respectivamente.

Para a estimação do modelo foi utilizado o software econométrico, Eviews.

Com isso, para o estabelecimento da produção de etanol em Pernambuco, foi estimada uma função de produção do tipo Cobb-Douglas ($Q = AK^{\beta_1}L^{\beta_2}M^{\beta_3}$), na sua forma logarítmica:

$$\text{Log}Q = \text{Log}A + \beta_1 \text{Log}K + \beta_2 \text{Log}L + \beta_3 \text{Log}M \quad (4)$$

Onde:

Q = Produção de etanol total em mil metros cúbicos;

K = Rendimento agrícola da cana-de-açúcar expresso em t/ha;

L = Preço do açúcar em R\$/saca (50Kg);

M = Preço do etanol anidro em R\$/L.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o modelo ajustado constatou-se (Tabela 1) que a produção de etanol varia negativamente com o preço de açúcar. O coeficiente da variável rendimento agrícola indica que a variação de 1% no rendimento agrícola significa um acréscimo em torno de 1,42% na variação percentual da produção de álcool. Rejeita-se a hipótese nula, a um nível de significância de 1%. Para o coeficiente da variável preço do açúcar, o modelo indica que a variação de 1% no preço, significa uma redução de 0,56% na produção de álcool. Com isso, rejeita-se também a hipótese nula, a um nível de significância de 5%. Portanto admitimos que estas duas variáveis sejam significantes para explicar a produção de etanol.

Já para o coeficiente da variável preço do etanol anidro, a um índice de significância de 5%, não rejeitou a hipótese nula, logo esta variável não apresenta influência no modelo analisado.

Em virtude do preço do açúcar ser uma variável significativa na produção de etanol, pois o açúcar se destina em grande parte à exportação, a elevação dos preços internacionais do produto favorece a produção de açúcar e, em consequência acarreta redução na produção de etanol. Por outro lado, visto a produção do combustível atender principalmente o mercado interno, seu preço sofre forte influência do preço do petróleo.

Tabela 1 - Modelo para a Produção de Etanol Total em Pernambuco.

LOG (PRODUÇÃO DE ETANOL TOTAL)			
VARIÁVEL	COEFICIENTE	DESVIO PADRÃO	PROB.
C	2,438757	1,927501	0,2166 0,0015
LOG (RENDIMENTO AGRÍCOLA)	1,416488	0,401518	* 0,0491
LOG (PREÇOS DO AÇÚCAR)	-0,558544	0,271085	**
LOG (PREÇOS DO ETANOL ANIDRO)	0,409617	0,285323	0,1626

$$R^2 = 0.639876$$

$$\text{Durbin-Watson} = 1.777511$$

Fonte: Elaborado pela autora, Eviews.

* Significância de 1%

** Significância de 5%

A partir do estudo sobre a relação dos preços de comercialização do setor sucroalcooleiro realizado por Shikida (2007), foi constatado que as ofertas de açúcar e álcool paranaenses podem ser expressas a partir de uma modelagem econométrica. O autor encontrou que a quantidade ofertada de açúcar variou inversamente ao preço do etanol, assim como a quantidade ofertada de etanol variou inversamente ao preço do açúcar, mas esta última relação não foi significativa estatisticamente. Concluiu o referido autor que o dinamismo da agroindústria canvieira do estado do Paraná tem sido conseqüente da oferta de açúcar, sendo a oferta de álcool mais residual (comparativamente à produção de açúcar).

Considera-se que a produção de etanol em Pernambuco acha-se vinculada a produção de açúcar, conforme visto no modelo ajustado, a alteração de 1% no preço do açúcar condiciona uma redução de 0,56% na produção de etanol.

A Elasticidade cruzada entre preço do açúcar e quantidade de etanol corroborou com o modelo, em que efeitos de mudanças dos preços sobre as quantidades de equilíbrio podem ser analisados. De fato ao representar a sensibilidade da variável quantidade ofertada de etanol em relação ao preço do açúcar representa um indicador importante. Onde:

$$\varepsilon = \frac{\Delta Q_{\text{etanol}}}{\Delta P_{\text{açúcar}}} \cdot \frac{P_{o\text{ açúcar}}}{Q_{o\text{ etanol}}} \quad (5)$$

A relação entre a alteração do preço de açúcar e a quantidade de álcool (elasticidade cruzada) representou 46% da dinâmica de produção de etanol em Pernambuco do período analisado (1980 a 2012). Além disso, o comportamento da oferta de etanol variou inversamente com a alteração do preço do açúcar. Na medida em que o preço do açúcar evoluiu positivamente a quantidade de etanol diminuiu, porém reduziu menos do que o percentual de acréscimo no preço do etanol, pois a elasticidade cruzada mostrou-se em 46% do período inelástica.

Os valores representados na figura 6 indicam por um lado que a oferta foi elástica em um subperíodo (a variação percentual de decréscimo na sua produção foi maior do que a variação percentual de acréscimo no preço). Por outro lado, em outro subperíodo, encontrou-se a produção variando positivamente com o preço do açúcar, porém em menor proporção que este. Isto ocorreu, possivelmente, devido a dinâmica dos preços internacionais do

açúcar “vis-à-vis” a dinâmica dos preços de etanol que, por sua vez, é também afetada pela dinâmica dos preços do petróleo.

A figura também demonstra uma considerável redução em sua elasticidade cruzada no ano de 1994, o que pode ser explicado pela diminuição na produção de etanol devido ao período de estiagem na safra de 1993/1994 da cana-de-açúcar.

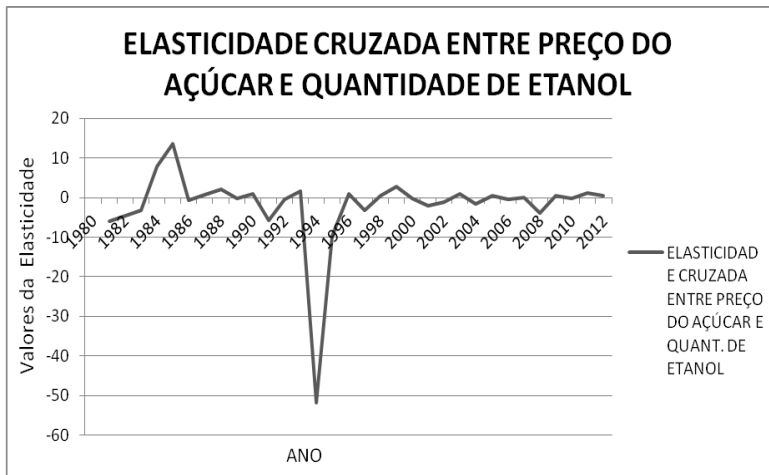


Figura 6 - Elasticidade Cruzada entre Preço do açúcar e quantidade de etanol para Pernambuco

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sindaçúcar-PE e ÚNICA.

A elasticidade preço da oferta de etanol no período em análise demonstra que a inclinação da curva de oferta do produto é positiva, ou seja, o aumento (a diminuição) do preço causa o aumento (a diminuição) da quantidade oferecida. O preço e a quantidade variam na mesma direção.

Conforme constata-se na figura 7, a Elasticidade-preço da oferta comportou-se conforme identificado no modelo econômico para explicar a oferta de etanol. Em 63% do período a oferta variou mais percentualmente do que o preço, confirmando ser a oferta de etanol preço-elástica. Ressalta-se, contudo, que no restante do período a elasticidade comportou-se de forma diferente (preço-inelástica). Isto aconteceu, provavelmente, por conta da variação do preço do açúcar, fenômeno que foi detectado pela elasticidade-preço cruzada (entre o preço de açúcar e a oferta de etanol), ou seja, mais uma vez confirmou-se a assertiva do modelo especificado ajustado.

Comparando-se a elasticidade de oferta do açúcar com a elasticidade de oferta do etanol vê-se claramente que o crescimento da elasticidade do primeiro, implica em decréscimo da elasticidade do segundo. Isto indica que o crescimento da oferta de etanol se relaciona efetivamente com o preço do açúcar e não com o preço do etanol.

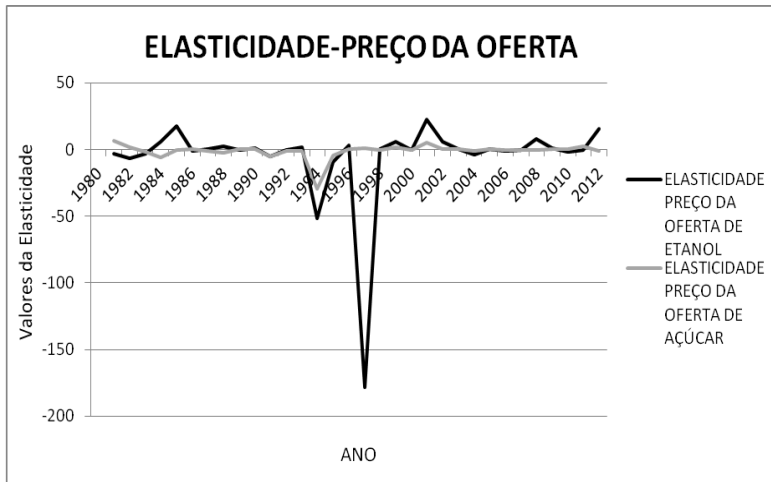


Figura 7 - Elasticidade-preço da oferta de etanol e açúcar para Pernambuco.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sindaçúcar-PE e ÚNICA.

5. CONCLUSÕES

Neste trabalho estimou-se um modelo incluindo as variáveis preço do açúcar, preço do etanol e rendimento agrícola, e sua relação com a produção de etanol combustível, através de uma série histórica relativa ao período de 1980 a 2012. O objetivo do ajustamento foi identificar que variáveis influenciam positiva ou negativamente a produção de etanol no Estado de Pernambuco.

Também procurou-se comparar as informações obtidas no modelo de produção de etanol para o Estado com os conceitos da microeconomia, utilizando os conceitos de elasticidade ponto, e elasticidades cruzadas entre preço do açúcar e quantidade de etanol e a elasticidade-oferta do açúcar e do etanol para Pernambuco.

Os resultados das análises mostraram que a produção de etanol apresenta dependência com o preço do açúcar, e que maiores valores no preço do açúcar, levam produtores a terem mais interesse em produzir açúcar ao invés de etanol. O mesmo aconteceu com reduções no preço do açúcar visto que esta ocorrência viabiliza o aumento da produção de etanol. Essa dinâmica foi corroborada com os valores de elasticidades cruzadas entre preço do açúcar e quantidade de etanol, bem como as elasticidades de oferta do açúcar e etanol, demonstrando que quando o preço do açúcar evolui positivamente, acarreta uma redução da quantidade produzida de etanol.

Entretanto, ressalta-se que o aumento no volume de produção do etanol combustível, também foi afetado por políticas públicas de mercado, como a criação do Proálcool e a introdução dos automóveis bicombustíveis.

A ampliação da produção de etanol combustível poderá constituir um projeto nacional de crescimento, tendo como base a melhoria da competitividade do etanol em relação à gasolina, reduzindo a dependência desse combustível fóssil, a redução das emissões de gases de efeito estufa e aumento da produtividade em termos de energia gerada, sendo primordial para segurança energética nacional.

Desta forma, sugere-se a necessidade de uma ação coordenada e planejada entre o setor público e privado, tendo em vista a importância da cana-de-açúcar, pois é a partir dela que se obtêm dois produtos fundamentais para a economia brasileira: o açúcar e o etanol. Este primeiro volta-se tanto para o mercado interno quanto externo, já o segundo ainda é mais utilizado principalmente para abastecimento do mercado doméstico, porém com perspectivas de aumento de sua produção devido ao entendimento da importância de sua produção, visto que questões energéticas, como o avanço do etanol combustível, estão relacionadas com a segurança do Estado.

A expansão desse mercado significa oportunidades de desenvolvimento econômico e social para Pernambuco, bem como a sua importância estratégica para a soberania nacional, à medida que se desenvolve uma matriz energética menos poluente, renovável, diversificada e própria.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. **Função de produção agropecuária espacial**. XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial” ESALQ/USP, 2005.

BARROS, H. et al. **Agricultura de Pernambuco: uma visão de futuro**. Secretaria de Agricultura. Universidade Federal Rural de Pernambuco, 131 p, 1998.

BUAINAIN, A. M.; BATALHA, M.O (Coord.). **Cadeia Produtiva da agroenergia**. Ministério da Cultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura. Série Agronegócios. Brasília: IICA: MAPA/SPA, v. 3, 112p, 2007.

COBB, C. W. e DOUGLAS, P. H. **A Theory of Production**. American Economic Association, pp. 139-165, 1928.

DATAGRO. Empresa de Consultoria de Etanol e Açúcar. **Acompanhamento e comparativos de produção de cana-de-açúcar, açúcar e etanol**. Acessado em 25/05/13. Disponível em: <http://www.datagro.com.br/secao/91/norte-nordeste>

GARÓFALO, G. de L.; CARVALHO, L. C. P. **Teoria Microeconômica**. São Paulo, SP. Editora Atlas, 2ª ed, 573 p, 1986.

IPCC. **Quarto Relatório (AR4)**. Grupo de Trabalho I (WGI), 2007.

LEITE, R. C; CORTEZ, L. A. B. **O Etanol Combustível no Brasil**, 2008.

NAZARETH J. M.; GUTTIEREZ C. **Análise Social. Os modelos macroeconômicos de crescimento e o crescimento demográfico**. Segunda Série, Vol. 11, No. 42/43, p. 336-364, 1975.

SAFATLE, F. N. **A Economia Política do Etanol: A democratização da agroenergia e o impacto na mudança do modelo econômico**. São Paulo, SP: Editora Alameda, 296p, 2011.

SAMPAIO, Y. D. S. B; VITAL, T. W; RAMOS, G. **Biocombustíveis: quatro questões sobre seu futuro**. Artigo publicado na Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, SOBER, 2011.

SHIKIDA, P. F. A., ALVES, L. R. A., SOUZA, E. C., CARVALHEIRO, E. M. **Uma análise econométrica preliminar das ofertas de**

açúcar e álcool paraenses. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 21-32, jan./jun. 2007.

SINDAÇÚCAR. Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco. **Notícias-Estatísticas.** Acessado em 20/06/2012. Disponível em: http://www.sindicucar.com.br/noticias_estatisticas.html.

TÁVORA, F. L. **História e Economia dos Biocombustíveis no Brasil.** Centro de Estudo da Consultoria do Senado. Brasília, DF, 78p (Texto para Discussão, 89), 2011.

UNICA. União da Indústria de cana-de-açúcar. **Unicadata.** Acessado em 09/07/2012. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br>.

VARIAN. H. R. **Microeconomia. Princípios básicos, uma abordagem moderna.** Rio de Janeiro, RJ. Editora Campus, 2000.

ANÁLISE DE CUSTOS DA PRODUÇÃO DE LEITE: APLICAÇÃO DO MÉTODO DE MONTE CARLO

Omar Jorge Sabbag¹
Sílvia Maria Almeida Lima Costa²

Resumo

O Brasil é o quarto maior produtor de leite mundial e o estado de São Paulo responde por 5% da produção nacional. Neste Estado, 76,5% dos produtores são vinculados às associações ou cooperativas. Objetivou-se avaliar a rentabilidade da produção de leite para uma associação de produtores rurais da região da Alta Paulista, estimando, pelo método de Monte Carlo, a construção de cenários de parâmetros conjunturais da produção. As estimativas de custos foram baseadas no Custo Operacional Total utilizada pelo Instituto de Economia Agrícola/APTA/SAA/SP. Para a rentabilidade, foram realizadas 10.000 iterações com base nos indicadores de produção, custos e preços. Os resultados apontaram que o risco de insucesso, decorrente da distribuição de frequência do lucro operacional, foi de 28,23%. O índice de lucratividade apresentou média de 10,12%, revelando limitação da atividade, apontando para uma meta produtiva de no mínimo 6.075 litros mês⁻¹. Conclui-se que os insumos e mão de obra foram os principais condicionantes que limitaram o retorno econômico da atividade leiteira ser elevada, necessitando de esforços gerenciais e tecnológicos dos produtores.

Palavras-chave: bovinocultura de leite; rentabilidade; riscos.

¹ Graduado em Agronomia (UNESP). Mestrado em Sistemas de Produção (UNESP). Doutorado em Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Regional (UNESP). Prof. Assistente Doutor I da UNESP. E-mail: sabbag@agr.feis.unesp.br

² Graduada em Agronomia (UNESP). Mestrado em Economia Agrária (ESALQ/USP). Doutorado em Economia Aplicada (ESALQ/USP). Prof^a. Assistente Doutora II da UNESP. E-mail: smalcost@agr.feis.unesp.br

COSTS ANALYSIS OF MILK PRODUCTION: APPLICATION OF MONTE CARLO METHOD

Abstract

Brazil is the world's fourth largest producer of milk and the São Paulo state accounts for 5 % of the national production. In this state, 76.5% of producers are linked to associations or cooperatives. Aimed to evaluate the profitability of milk production for an association of farmers in the region of Alta Paulista, estimated by Monte Carlo method, the construction of scenarios of short-term parameters of associative production. The estimated costs were based on Total Operating Cost used by the Institute of Agricultural Economics/APTA/SAA/SP. To profitability, 10,000 iterations based on indicators of production, costs and prices. The results indicated that the risk of failure, due to the frequency distribution of operating income was 28.23%. The profitability index had a mean of 10.12%, revealing activity limitation, pointing to a production target of at least 6075 liters month⁻¹. We conclude that the inputs and labor were the main constraints that have limited the economic return of dairy farming are high, requiring managerial and technological efforts of producers.

Key-words: dairy cattle; profitability; risks.

1. INTRODUÇÃO

O complexo agroindustrial leiteiro constitui-se em um dos mais importantes complexos do agronegócio brasileiro. Esta relevância não é explicada necessariamente pelo volume de oferta e geração de divisas, mas fundamentalmente pela importância do leite e derivados lácteos na composição da dieta alimentar humana.

Embora no cenário mundial o Brasil posicione-se como quarto maior produtor de leite, com uma produção de 32.380 mil toneladas, atrás da União Europeia, Índia e Estados Unidos (FERRAZ et. al., 2013), o quadro de suprimento projetado pelo Ministério da Agricultura para o ano de 2013 revela que o país, apesar de estar incorporando tecnologia e enfrentar a concorrência externa no mercado doméstico³, precisa ainda desenvolver instrumentos de

³ O complexo agroindustrial sofreu significativos impactos nos anos 90 e 2000 (após plano real) devido à concorrência externa que afetara a formação dos preços dos

estímulo à produção consolidar a autossuficiência produtiva, tal como expressa o quadro de abastecimento de leite para o ano de 2013. Para este ano, a produção nacional projetada foi de 34.230 milhões de litros, para uma demanda de consumo de 35.266 milhões de litros e importação de 1.283 milhões de litros (MAPA, 2013).

Por sua vez, o Estado de São Paulo, no ano de 2012, participou com 5% da produção nacional e 15% da Região Sudeste no mesmo período (FERRAZ et. al., 2013). Neste estado, sistemas produtivos de pecuária leiteira são amplamente presentes em pequenas propriedades e se adaptam às características e dinâmica da agricultura familiar. Especialmente a região da Alta Paulista, recorte territorial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde se insere o município de Dracena/SP, conta com 71.487 ha de estabelecimentos agropecuários, que juntos ofertam uma produção leiteira estimada de 2.200 mil litros.

Na região da Alta Paulista, especificamente em Dracena/SP, a comercialização leiteira é predominantemente realizada em arranjos cooperativos, com 76,5% dos produtores vinculados à associações ou cooperativas (SÃO PAULO, 2008). Tais estruturas são também consideradas favoráveis para promoção e disseminação de padrões produtivos e tecnológicos, além de se tornarem responsáveis por reunir a produção de pequenos produtores, armazenar e realizar testes preliminares de qualidade.

Especificamente, a associação em estudo atua na captação do leite nas propriedades, na aferição de parâmetros preliminares de qualidade (como acidez e testes microbiológicos) e na refrigeração, disponibilizando tanques de expansão para uso dos associados.

Padrões tecnológicos distintos resultam em rentabilidade variável, decorrente dos níveis distintos de produção e produtividade de cada produtor. Pode-se entender que estas dimensões representam a resposta do produto obtido aos direcionadores de competitividade, como manejo, genética e sistema produtivo adotado. Por outro lado, o controle de qualidade captado nos testes preliminares (aferido por indicadores que expressam os atributos de qualidade intrínseca do leite) é adotado por força de regulamentações legais das autoridades sanitárias e exigência das indústrias compradoras. Assim, produção, produtividade, preços e custos, prêmios ou descontos de preços por qualidade se conjugam para compor a rentabilidade da atividade.

produtos lácteos no mercado doméstico. Já nos anos 2000, a formação dos preços conta com razoável grau de coordenação por entidades de representação (BARROS, 2002).

De maneira geral, para o segmento produtivo dos produtos agropecuários, os preços são formados em um mercado competitivo, característica bastante referenciada nos textos acadêmicos que tratam concorrência e mercados⁴. Especialmente no caso da cadeia produtiva do leite, o segmento produtivo é dotado de um padrão de concorrência no qual o produtor é entendido como pequeno em sua capacidade de negociar preços junto ao mercado comprador. Ou seja, no caso de sistemas de produção e comercialização com as características da produção e comercialização da pecuária leiteira, a formação dos preços ocorre em um mercado dado pela oferta de um grande número de produtores (e suas associações) em interação com um mercado comprador representado por pequeno número de indústrias de processamento agroindustrial (laticínios). Este mercado tem sofrido significativas transformações na última década, resultantes dos processos de fusões e aquisições entre indústrias processadoras. Este processo resulta em aumento do grau de concentração de mercado, assim fortalecendo as características de mercado oligopsônico⁵.

O controle e avaliação de custos de produção estão inseridos no escopo de gerenciamento financeiro da propriedade rural, destacando-se o conhecimento apropriado às especificidades da atividade, face às características do mercado comprador e as exigências impostas relativas ao volume ofertado e qualidade (MIRANDA et al. 2006). Sabbag et al. (2007) também destacam a necessidade de se ter uma gestão de custos como ponto fundamental para a viabilidade do agronegócio.

Para uma empresa agropecuária, o objetivo mais importante, sob o ponto de vista da administração, é o diagnóstico da situação da empresa e um planejamento eficaz (HOFFMANN et al., 1992), com a determinação de seus lucros ou prejuízos durante determinado período. Cada produtor, ou grupo de produtores, dispõe de suas próprias maneiras de realizar o diagnóstico de sua empresa ou de suas explorações produtivas. Assim espera-se que, quanto maior o volume de informações que um indivíduo ou grupo dispõe, mais efetivos serão os diagnósticos e avaliação dos resultados financeiros.

Entretanto, conforme aponta Peres et. al. (2008), informações sobre a rentabilidade e o risco de diferentes sistemas de produção são de extrema importância para o empresário rural, pois permitem a

⁴ Como exemplo pode-se citar VASCONCELOS e GARCIA (2005).

⁵ Entre outros autores, tal movimento para a indústria de laticínios é discutido por CARVALHO e OLIVEIRA (2010); LIMA FILHO et. al. (2013).

inovação e melhoria dos índices zootécnicos do rebanho, além de possibilitar maior rentabilidade na atividade.

Risco e a incerteza se associam a distintas interpretações (BODIE; MERTON; 2002). A incerteza existe quando não se tem conhecimento ao certo de quando ocorrerá tal fato, enquanto que o risco é o fato que realmente interfere nas tomadas de decisões. Portanto, a incerteza é uma condição necessária (não suficiente) para o risco, pois pode existir incerteza sem risco. Desta forma, a aplicação da análise de risco pode ser vista em diversas áreas do conhecimento, dentre as quais a da bovinocultura de leite.

Segundo Chen et. al. (2004), na necessidade de avaliar a empresa sob a perspectiva do risco, surge um problema de pesquisa: como evoluir as tomadas de decisões com base no gerenciamento dos custos? Desta forma, a presente pesquisa sugere aumentar o nível de controle dos custos para a produção leiteira mediante um maior domínio das variáveis que a influenciam.

Neste contexto, métodos que consideram distribuições de probabilidade, como os chamados métodos estocásticos ou probabilísticos, entre esses o Método de Monte Carlo, podem acrescentar informações relevantes para o processo de tomada de decisão em situações de risco e permitem análises simultâneas para diferentes variáveis, como preço, produção e custos, levando-se em consideração as distribuições de probabilidade (JANÉ, 2003).

Para tanto, o método de Monte Carlo é uma importante ferramenta para os produtores e/ou agentes tomadores de decisão, permitindo a investigação de algum problema com base na geração de números aleatórios, baseando-se no fato de que a frequência relativa de ocorrência de certo fenômeno aproxima-se da probabilidade econômica do mesmo, quando a experiência matemática é repetida várias vezes (JUNQUEIRA; PAMPLONA, 2002).

Desta forma, trabalhou-se inicialmente com duas hipóteses, dentre elas: a) as propriedades com menores volumes de produção de leite tendem apresentar menor rentabilidade econômica e b) as variáveis que mais impactam o resultado operacional são preço de venda do leite e volume produzido, em função da tecnologia no sistema produtivo.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo avaliar indicadores financeiros para a produção de leite de um grupo de produtores pertencentes a uma associação do município de Dracena/SP, por meio da análise de custos de produção e rentabilidade, realizando-se estimativas pelo modelo estocástico

(método de Monte Carlo), para determinação do risco da atividade frente às oscilações de preço e quantidade produzida.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Caracterização da região de estudo

Os dados se reportam a sistemas de produção de leite da região da Alta Paulista no Estado de São Paulo e de produtores reunidos na Associação de Produtores Rurais de Dracena (APRD), cuja sede e respectivas propriedades são localizadas na mesma cidade.

A pesquisa foi realizada no período de agosto a novembro de 2012; em uma associação composta por 11 produtores de leite, que tem, na pecuária leiteira, a principal fonte de geração de renda. Considera-se que os sistemas de produção deste grupo são representativos dos padrões produtivos médios praticados na região da Alta Paulista.

Este trabalho, de natureza quantitativa, se classifica como exploratório, visa proporcionar melhor familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito; e descritivo, no sentido de sua origem estar associada à observação, registro, análise e correlações entre fenômenos ou fatos, sem interferir no ambiente analisado. Ainda assim, houve uma abordagem qualitativa, em que o pesquisador procurou aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda. Richardson (1999) propõe que a pesquisa quantitativa é também qualitativa, pois não importa como foram efetuadas as medidas, pois o que é medido continua a ser uma qualidade.

2.2. Estrutura de custos e análise de riscos

A presente pesquisa baseou-se na aplicação de entrevistas junto a cada produtor do grupo associativo abordado; o conjunto destas viabilizou o levantamento dos coeficientes técnicos de produção (Tabela 1). Como procedimento inicial, foi realizada estimativas e análise de custos de produção através da metodologia do custo operacional total (COT) proposta por Matsunaga et al. (1976). Após estimativas de custos, foram calculados os indicadores de rentabilidade, referenciados por Martin (1997).

Os preços praticados foram expressos em Reais (R\$), durante o período primavera-verão, período que, segundo os

padrões de variação estacional de produção, possibilita maior oferta de leite, e custos relativamente menores em razão da menor necessidade relativa de suplementação com ração, dada a maior frequência de chuvas e disponibilidade hídrica e, em decorrência desta, boa qualidade das pastagens.

A análise de custos e preços torna possível estimar o ponto de equilíbrio da atividade, que se refere ao indicador de volume mínimo que se deve produzir (quantidade) para cobrir os custos de produção da atividade.

Tabela 1 - Indicadores para análise de custos e rentabilidade.

Indicador Financeiro	Unidade	Coeficientes utilizados
Indicadores de Custos		
Custo Operacional Efetivo	COE	Mão de obra mecanizada (hora-máquina) e/ou manual (hora-homem), insumos (sacas, toneladas e doses) e energia elétrica (KWh).
Custo Operacional Total	COT	COE + depreciação de máquinas e equipamentos (método linear), outras despesas (5% do COE) e juros de custeio (8,75% a.a. sobre 50% do COE), referencial para programas de crédito de custeio agrícola.
Indicadores de Rentabilidade		
Receita Bruta	RB	Produção (leite) x Preço recebido
Lucro Operacional	LO	RB - COT
Índice de Lucratividade	IL	(LO/RB) x 100

Fonte: adaptado de Matsunaga et. al. (1976) e Martin (1997).

A abordagem probabilística da análise de riscos para a atividade leiteira envolveu a simulação de variáveis selecionadas, com suas distribuições de probabilidade. Para tanto, fez-se uso do Método de Monte Carlo, através do software Crystal Ball (Oracle®) aplicado na plataforma Microsoft Office Excel®.

O método de Monte Carlo consiste no fato de que a frequência relativa de ocorrência do acontecimento de certo valor tende a aproximar-se da probabilidade de ocorrência desse mesmo valor, quando a experiência é repetida várias vezes, considerando a geração de números aleatórios (Hertz, 1964 *apud* Ponciano et al., 2004). Assim, permite resolver uma quantidade de problemas com a simulação de cenários e o posterior cálculo de um valor esperado; neste caso em específico, do LO, diante das possíveis escolhas acerca das variáveis mais relevantes de risco com relação à produção de leite.

Destaca-se que a simulação de Monte Carlo oferece muitas vantagens, dentre as quais: o computador realiza todo trabalho de geração dos valores aleatórios; a validade da teoria da simulação é amplamente reconhecida, o que permite que seus resultados sejam facilmente aceitos e alterações no modelo podem ser feitas rapidamente e os novos resultados podem ser comparados com os anteriores.

Sua operacionalização baseia-se inicialmente na construção de um modelo determinístico, considerando-se os indicadores de rentabilidade para cada produtor. Em seguida, constrói-se um modelo com as principais incertezas relativas aos variáveis estudadas, usando distribuições de probabilidades. Em terceiro lugar, são especificadas as relações entre as variáveis de entrada e, por último, é executada a simulação propriamente dita, por meio de alguns aplicativos de mercado (CARDOSO; AMARAL, 2000).

Ainda segundo os autores, as desvantagens da simulação residem nas dificuldades em se estimar as relações existentes entre as variáveis, em se definir os formatos das distribuições de probabilidades das variáveis que melhor representem a realidade, e em se interpretar uma distribuição a partir dos resultados gerados, algo que muitas vezes um gestor não está apto a fazer.

Nesta estrutura, as seguintes etapas na análise foram respeitadas: a) identificação da distribuição de probabilidade de cada uma das variáveis que alteram a rentabilidade da produção leiteira, tomando-se os parâmetros custos, preço pago ao produtor e produção leiteira/ciclo; b) seleção ao acaso, de um valor para cada variável simulada, a partir das distribuições de probabilidade, sendo

utilizadas as funções triangular⁶ (produção e custos) e normal⁷ (preço); c) cálculo do lucro operacional, com a utilização das variáveis obtidas no processo de simulação do método de Monte Carlo; e d) repetição do processo para obter a probabilidade de sucesso a partir da distribuição normal dos resultados. Para obtenção de um resultado confiável e significativo foram realizadas 10.000 iterações⁸ dos dados. Adicionalmente, apresentam-se algumas inferências da estatística descritiva para complementar o método em análise.

Vale ressaltar que a distribuição de probabilidade referente aos dados de cada variável foi definida pelos autores da pesquisa, em função da coleta de dados primários para análise entre as propriedades diagnosticadas. Consideraram-se três variáveis de entrada (independentes) e distribuições, adotando-se a distribuição triangular e normal, contendo: a) custos de produção, tomando-se como mínimo de R\$ 875,22, a mais provável de R\$ 2.775,00 e o máximo de R\$ 4.674,77; b) produção por ciclo mensal para o mínimo de 600 litros, a mais provável de 4.800 litros e o máximo de 9.000 litros e, c) o preço pago, em consonância com o preço médio recebido pelos produtores da região e praticado à época do levantamento dos dados da pesquisa (agosto de 2012) em R\$ 0,80/litro⁹, com um desvio de até R\$ 0,15, para o mês de agosto de 2012.

Com tais configurações, foi possível verificar a probabilidade de sucesso ou fracasso da produção leiteira pelo grupo associativo, a partir da frequência de distribuição dos parâmetros em análise e as inferências estatísticas de maior relevância à variável dependente (LO), para melhor elucidar o método. Em síntese, a análise de sensibilidade baseou-se na criação de cenários produzidos por meio da simulação de Monte Carlo; desta forma, foi possível estipular o intervalo de valores (aleatórios) a que cada variável independente poderia associar-se, considerando os respectivos parâmetros e distribuições definidos.

⁶ A função triangular refere-se à distribuição de probabilidade contínua que possui um valor mínimo, um valor máximo e uma média para cada variável de análise.

⁷ Descrita pelos parâmetros média e desvio padrão para cada variável de análise.

⁸ Número de repetições.

⁹ Valor correspondente também à média histórica de preços nominais (2009-2013) para o leite no mês de Agosto, segundo o IEA (Instituto de Economia Agrícola).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da composição dos custos enfrentados pelos produtores na produção leiteira, os maiores dispêndios são explicados com aquisição de insumos, que representam 57% do COE (custo operacional efetivo). Nesta categoria de despesa, a maior participação relativa foi para custo com milho (25,7% dos insumos). Já a mão de obra representou 43% do COE, sendo que as atividades manuais para ordenha expressaram 83%.

O perfil genético do rebanho leiteiro é definido pelas características de raça predominante, a Girolando, que apresenta características de desempenho adaptáveis às condições climáticas da região. A alimentação é realizada em regime de pasto, com arração suplementar a base de energético e proteinado como cana de açúcar, farelo de soja, milho e sal. A suplementação de concentrado constitui prática frequente em 45,5% das propriedades do grupo abordado.

Práticas sanitárias como vacinação e vermifugação do rebanho são procedimentos obrigatórios efetuados pelos produtores e contidos na composição dos insumos, assim como o uso de medicamentos para o controle de endo e ectoparasitas e o controle preventivo de mastite nas vacas leiteiras.

Os resultados da composição dos custos encontram-se relacionados na Tabela 2 e identificam a participação dos principais grupos de dispêndios componentes dos custos de produção. As categorias de dispêndios de maior relevância para a composição da infraestrutura produtiva foram: animais (42,23%), máquinas (25,00%) e galpão (24,39%), com pequenas variações na participação de cada categoria. A depreciação representou em média de 19% do COE, correspondente à parcela de custo fixo da atividade produtiva.

Tabela 2 - Participação das principais categorias de despesas na composição dos custos totais dos produtores da APRD - Nova Alta Paulista Dracena/SP; 2012.

Produtor	Mão de Obra (COE)	Insumos (COE)	Depreciação (COT)
1	22%	78%	25%
2	32%	68%	15%
3	59%	41%	20%
4	68%	32%	30%
5	37%	63%	18%
6	33%	67%	17%
7	53%	47%	9%
8	63%	37%	13%
9	34%	66%	8%
10	35%	65%	27%
11	38%	62%	28%
Média	43%	57%	19%

Fonte: dados da pesquisa.

A avaliação conjunta da produção, da receita obtida com a comercialização do leite e indicadores de rentabilidade (Lucro Operacional, Índice de Lucratividade e Ponto de Equilíbrio da produção leiteira) para conjunto dos 11 produtores foram viabilizados pelo levantamento de custos e os indicadores encontram-se dispostos na Tabela 3.

Destaca-se que o Lucro Operacional (LO) foi resultante da diferença entre a receita bruta (RB) e os custos totais; e o Índice de Lucratividade (IL) representou a proporção da receita bruta que se constitui em recursos disponíveis, após a cobertura dos custos totais, por meio da expressão $IL = LO/RB \times 100$. Para o ponto de equilíbrio em relação à quantidade, foi obtido pela razão entre os custos totais e o preço pago ao produtor (R\$ 0,80 litro^{-1}).

Do grupo associativo, constatou-se que 63,6% dos produtores (7 de 11 produtores) auferiram resultados desfavoráveis, revelados por lucro operacional negativo. Os valores negativos expressam resultados da baixa produção mensal frente a custos operacionais relativamente elevados para manter a atividade. Este resultado sinaliza para uma possível necessidade de melhoria nos padrões tecnológicos nos sistemas produtivos regionais, e em particular para quase 64% do grupo associativo estudado.

Tabela 3 - Custo Operacional Total (COT), Receita Bruta (RB), Lucro Operacional (LO), Índice de Lucratividade (IL) e Ponto de Equilíbrio da produção de leite, Nova Alta Paulista (APRD - Dracena/SP), 2012.

Prod.	Produção (litros mês ⁻¹)	COT (R\$)	RB (R\$)	LO* (R\$)	IL (%)	Ponto de Equilíbrio (litros)
1	9000	4.674,77	7.200,00	2.525,23	35,07	5843
2	600	875,22	480,00	(395,22)	-	1094
3	1200	1.776,96	960,00	(816,96)	-	2221
4	1560	1.737,97	1.248,00	(489,97)	-	2172
5	6600	4.181,36	5.280,00	1.098,64	20,81	5227
6	3600	2.806,11	2.880,00	73,89	2,57	3508
7	1500	1.532,41	1.200,00	(332,41)	-	1916
8	1500	1.577,01	1.200,00	(377,01)	-	1971
9	3000	2.872,43	2.400,00	(472,43)	-	3591
10	5100	3.028,43	4.080,00	1.051,57	25,77	3786
11	3600	3.160,71	2.880,00	(280,71)	-	3951

*Valores monetários entre parênteses indicam prejuízo à atividade.

Fonte: dados da pesquisa.

Para Simões et al. (2009), sistemas mais especializados produzem o suficiente para tornar os custos unitários menores do que os custos praticados nos sistemas de menor volume de produção (por unidade de área ou unidade animal), menos tecnificados e com baixa utilização de uso de insumos. Assim, para o grupo associativo analisado, pode-se inferir que o padrão tecnológico de proporção considerável dos produtores necessita ser reavaliado com vistas a incorporar tecnologias inovadoras, da mesma forma os resultados sinalizam a necessidade de rever conceitos de gerenciamento da produção leiteira.

Em relação à produção média dos produtores abordados na pesquisa, esta foi de 112,91 litros dia⁻¹. Segundo a avaliação de Zoccal (2012), segmentos produtivos com oferta entre 50 a 200 litros por dia estão entre os mais frequentes entre a média dos demais segmentos para a região Sudeste do Brasil. Entretanto, para o grupo produtivo analisado, a área total média destinada para a pecuária leiteira foi de 11,7 ha, sugestiva de produção em sistemas de natureza familiares, mas que limitam a busca por ganhos de escala com redução de custos na produção leiteira.

O valor médio da produtividade da mão de obra presente no sistema associativo abordado foi de 76,32 litros-homem dia⁻¹ para ordenha manual. Segundo Costa (2007), sistemas produtivos da pecuária leiteira com níveis de produtividade da mão de obra considerados bons são aqueles com valores superiores a 200 litros-homem dia⁻¹. Por este critério, o grupo associativo estudado tem seus sistemas produtivos distinguidos por produtividade aquém do desejável.

Do conjunto de produtores avaliados, apenas quatro ou em termos relativos, 36% auferiram resultados positivos expressos pelo índice de lucratividade, o que corresponde a dizer que a produção média entre estes foi superior a 32% da quantidade mínima necessária para cobertura de seus custos totais. O índice de lucratividade reflete o quanto o sistema produtivo auferiu lucro para cada R\$ 100,00 de vendas efetuadas. Quanto maior for o resultado, mas atrativo para o produtor; para o grupo analisado, melhores resultados foram obtidos para os produtores 1 e 10, sendo o produtor 6 aquele que desfruta da menor margem de lucratividade.

O método de Monte Carlo permite realizar um conjunto de interações para variáveis simultâneas e possibilita a indicação de cenários que simulam o quanto os resultados podem variar (KELLIHER; MAHONEY, 2000). Por este tem-se primeiramente a variável-resposta Lucro Operacional (LO), decorrente da adoção das variáveis de análise custos, os preços recebidos e a produção para identificação da distribuição de probabilidade. Neste caso o LO médio foi de R\$ 1.081,29¹⁰, representando 71,77% de probabilidade de ser positivo (Figura 1), segundo as respectivas distribuições de frequências apresentadas.

¹⁰ Destaca-se que este valor foi gerado mediante uma simulação estocástica de 10.000 iterações pelo *software Crystal Ball*, considerando o conjunto de variáveis concomitantes em análise, o que difere de um valor calculado pelo método determinístico para uma dada situação.

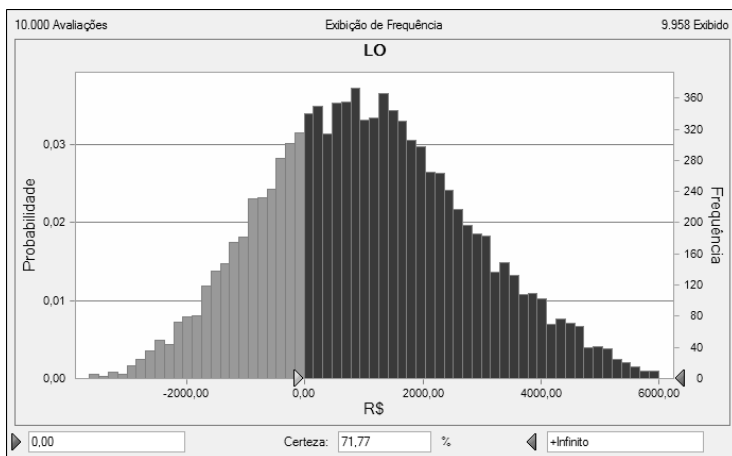


Figura 1 - Diagrama de frequência para o lucro operacional (distribuição normal), obtida pela simulação de Monte Carlo (Crystal Ball software).

Outro resultado do modelo adotado refere-se à indicação da probabilidade de insucesso da atividade da produção leiteira, evidências da pela expressão (1) abaixo:

$$P(\text{LO} \geq 0) = 0,718 \leftrightarrow (\text{LO} < 0) = 1 - 0,718 \leftrightarrow P(\text{LO} < 0) = 28,2\% \quad (1)$$

Ou seja, pode-se supor que um grau de risco considerável encontra-se inerente aos padrões tecnológicos presentes nos sistemas produtivos do grupo de produtores estudado, expresso pela probabilidade de 28% de fracasso para a atividade¹¹. Para Casarotto Filho e Kopittke (2000), a preocupação com o risco é maior quando as variações podem trazer prejuízo à atividade (como índices de LO negativos), tal como se observa para sete dos onze produtores, uma considerável proporção do grupo analisado (Tabela 2) e pela distribuição de frequência do LO (Figura 1). Segundo Mariotti (2013), incerteza e risco são conceitos distintos. O risco pode ser avaliado, calculado, estimado em termos de probabilidades e apresentado sob a forma de modelos matemáticos/estatísticos, como se traduz no referido estudo; no caso da incerteza, não sabemos lidar com ela de

¹¹ Para aferir com maior precisão a associação entre padrão tecnológico, risco e a probabilidade de fracasso da atividade, seria necessário estratificar os produtores em tipologias de padrões tecnológicos definidos, o que não encontra-se no escopo deste trabalho.

modo quantitativo, de maneira que a expressão “gestão da incerteza” pouco ou nada significa em termos práticos.

De acordo com estudo realizado por Haddade et al. (2006), as variáveis que mais afetaram a rentabilidade da bovinocultura de leite estavam relacionadas com o preço do leite, venda de animais, alimentação do rebanho e mão de obra, estes últimos elementos integrantes do custo operacional efetivo. Em consonância com Oliveira et. al. (2007), observa-se que houve uma probabilidade de 33,08% de risco para produtores com até 150 litros dia⁻¹, resultando em valores próximos do referido estudo.

Ainda quanto ao método de Monte Carlo, através da análise de regressão, os itens de maior sensibilidade na expressão da distribuição de frequência do LO foram a quantidade produzida e preço, respectivamente com 0,646 e 0,162, considerados a um nível de significância de $\alpha = 5\%$. Estes valores relativos foram resultantes das variáveis que mais contribuíram à sensibilidade do LO, gerados pelo *software*, ou seja, estes valores positivos sinalizam existir relação direta entre as variáveis; por exemplo, caso ocorra um aumento de 10% na quantidade de leite, haverá um aumento de 6,5% sobre o LO; da mesma forma, um aumento de 10% do preço pago ao produtor, ocasionará um aumento de 1,6% sobre o LO. Assim, recomenda-se maior atenção ao gerenciamento para mitigação dos riscos que afetam a produção e produtividade, uma vez que o produtor tem pouco alcance sobre os fatores intervenientes na variabilidade de preços. Os resultados estatísticos de análise para o Lucro Operacional, pelo método de Monte Carlo, encontram-se na Tabela 4.

Tabela 4 - Parâmetros estatísticos para o Lucro Operacional, decorrentes do processo de simulação estocástica por Monte Carlo.

Estatística	Valores de previsão
Avaliações (iterações)	10.000
Média	R\$ 1.057,19
Mediana	R\$ 972,94
Curtose	2,89
Assimetria	0,2520
Mínimo	R\$ - 3.665,70
Máximo	R\$ 7.715,95

Fonte: dados da pesquisa.

A leitura estatística apresentada pelo modelo mostrou também uma assimetria de 0,2520 (positiva), reforçando que a média obtida no modelo para o LO (R\$ 1.057,19) foi maior que a mediana (R\$ 972,94); e a curtose foi de 2,89, indicando distribuição na curva normal de maneira platycúrtica (menor probabilidade que a curva normal apresenta de possuir valores próximos à média), com maior ocorrência de desvios para o LO esperado, aumentando-se desta forma o risco da atividade, sob as condições dos sistemas produtivos em análise.

O risco decorrente do Lucro Operacional (LO), com probabilidade limitada a apenas 28,23% de não ser superior a zero, é também evidenciado diretamente no Índice de Lucratividade (IL) por Monte Carlo, apresentando média de 10,12% em uma distribuição de frequência, reforçando as limitações da atividade, em contraposição com índices ao redor de 20% para um melhor nível de eficiência entre produtores de leite, conforme Silva et. al. (2010).

Os resultados probabilísticos indicaram a produção como principal fator limitante e determinante para obtenção de índices de lucratividade desejáveis para os produtores, expondo a identificação de apenas quatro com percentuais de IL positivos para a atividade, inferindo que a produção média necessária para viabilizar a atividade foi estimada em 6.075 litros de leite mês⁻¹, conforme ilustra a Figura 2.

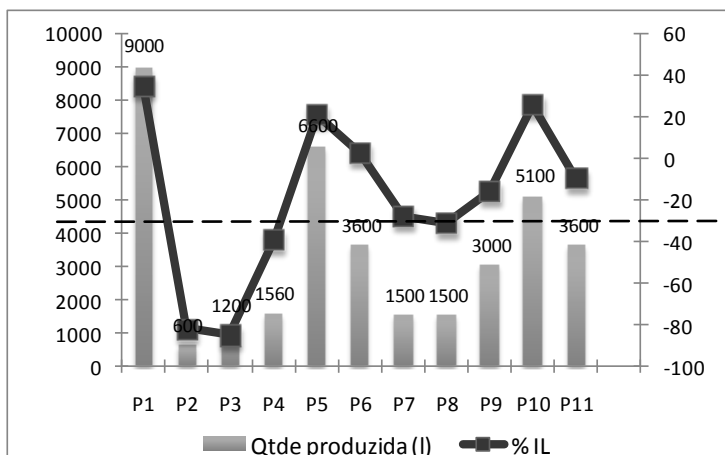


Figura 2 - Quantidade produzida (litros/ano) X Índice de lucratividade da produção de leite, Nova Alta Paulista (APRD - Dracena/SP), 2012.

Os padrões tecnológicos são constituídos pela combinação dos fatores de produção incluindo os insumos de capital fixo e semifixo, trabalho e os insumos que entram no sistema de um ciclo de produção. Os indicadores obtidos para o grupo associativo analisado revelam alta variabilidade da lucratividade, que pode ser explicada em decorrência dos diferentes padrões tecnológicos existentes entre os produtores, e, por extrapolação, entre os produtores da região de Dracena, sinalizando para a necessidade de um planejamento voltado para reduzir custos.

O conjunto de informações apresentado pode auxiliar os produtores no acesso às informações econômicas inerentes a atividade leiteira, com vistas a melhoria no processo de gestão no sistema de produção. Revisões no sistema de produção, sobretudo visando à melhoria no manejo e qualificação da mão de obra, podem resultar em resposta positiva na rentabilidade da atividade, dada a importância desta na composição dos custos operacionais e já que a probabilidade de auferir resultados negativos foi identificada como potencialmente presente.

4. CONCLUSÕES

Para os produtores associativos, os maiores custos são relacionados aos insumos e mão de obra, sendo este último com maior expressividade para a análise de riscos pelo método de Monte Carlo.

Apenas 36% dos produtores apresentaram índice de lucratividade superior a zero, correspondendo a uma produção superior em 32% à quantidade mínima para cobertura dos custos.

Sob a ótica da gestão de riscos, a atividade mostrou-se limitada quanto à viabilidade de suas operações. A produção e o preço caracterizaram variáveis de maior expressividade, inferindo que os resultados econômicos tornaram-se restritos para um grupo associativo.

Assim, cenários de riscos exemplificados pela técnica de Monte Carlo tornam possível melhorar a tomada de decisão nas organizações frente às contingências ambientais, exigindo-se maior volume de produção que minimize o custo gerado pelo sistema adotado, tendo em vista que o produtor não tem capacidade de interferir na formação do preço pago pelo seu produto, pois os preços são formados em um mercado oligopsônico composto pelos laticínios compradores.

Existe a possibilidade em futuras pesquisas de expansão acerca de Monte Carlo, incorporar novas variáveis não limitadas apenas à administração financeira, que aprofundem a compreensão dos fatores qualitativos e quantitativos sobre a produção leiteira.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio**: Brasil 2012/2013 a 2022/2023. Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília: Mapa/ACS, 2013. 96 p.

BARROS, G.S.A.C.; GALAN, V.B; GUIMARÃES, V.D.A; BACCHI, M.R.P. **Sistema Agroindustrial do leite no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2002. 170p.

BODIE, Z.V.I.; MERTON, R. **Finanças**. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2002, p.259.

CARDOSO, D; AMARAL, H.F. **O uso da simulação de monte carlo na elaboração do fluxo de caixa empresarial**: uma proposta para quantificação das incertezas ambientais. *Anais.. ENEGEP*, 2000. Disponível em:
<http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2000_e0159.pdf>. Acesso em: 18 Nov. 2014.

CARVALHO, G.R; OLIVEIRA, C. Indústria de Laticínios: Brasil no contexto internacional. **Revista Agroanalysis** (FGV). Vol. 30, n.08. 2010.

CASAROTTO FILHO, N. C. & KOPITKE, B. H. **Análise de Investimentos**: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão e estratégia empresarial. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CHEN, I.J. ; PAULRAJ, A.; LADO, A., Strategic Purchasing, Supply Management and firm performance, **Journal of Operations Management**, Vol. 22, No. 5, 2004.

COSTA, J. L. **Avaliação de indicadores técnicos de eficiência e renda da propriedade leiteira**. In: Tecnologias para o desenvolvimento da pecuária de leite familiar do norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2007, p. 39-51.

FERRAZ, J. V. et al. (Coord.). **Anualpec 2013**: anuário da pecuária brasileira. 20ª ed. São Paulo: FNP, 2013.

HADDADE, I. R; SOUZA, P.M; BARROS, E.E.L; ALVES, G.R; SCOLFORO, L; CORDEIRO, M.D; PERES, A.A.C; HENRIQUES, L.T. Avaliação econômica sob condições de risco em sistema produtivo de gado de leite na região Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 57, p. 361-366, 2005.

HOFFMANN, R; ENGLER, J.J.C.; SERRANO, O; THAME, A.C.M.; NEVES, E.M. **Administração da empresa agrícola**. 7a ed. São Paulo: Pioneira Ed., 1992, 325p.

JANÉ, D.A. **A simulação de monte carlo e a lógica fuzzy na análise econômico/financeira de investimentos sob condições de risco**. Programa de pós-graduação em engenharia de produção. UNIFEI, 2003 (Dissertação). 157 f.

JUNQUEIRA, K.C., PAMPLONA, E. O. **Utilização da Simulação de Monte Carlo em estudo de viabilidade econômica para a instalação de um conjunto de rebeneficiamento de café na COCARIVE**. XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Curitiba/PR, 2002.

KELLIHER, C. F.; MAHONEY, L. S. Using Monte Carlo Simulation to improve long-term investment decisions. **The Appraisal Journal**, Chicago, v. 68, n. 1, 2000, p. 41-56.

LIMA FILHO, R.R; AGUIAR, G.A.M; TORRES, A. Setor Leiteiro: 2013 será ano de recuperação. **Revista Agroanalysis** (FGV). Vol. 33, n.06. 2013.

MARIOTTI, H. Incerteza e risco. In: **Complexidade e sustentabilidade: o que se pode e o que não se pode fazer**. São Paulo, Atlas, 2013, 262 p.

MARTIN N.B, SERRA R, OLIVEIRA M.D.M, ANGELO J.A, OKAWA H. Sistema integrado de custos agropecuários – CUSTAGRI. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 1, 1998, p.7-28.

MATSUNAGA M, BEMELMANS P.F; TOLEDO P. Metodologia de custo de produção utilizado pelo IEA. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, 1976, p. 123-139.

MIRANDA E.E; CRISCUOLO, C; QUARTAROLI, C.F. Desenvolvimento rural: gestão territorial. **Revista Agroanalysis** (FGV), São Paulo, v. 26, n. 7, 2006, p.40.

OLIVEIRA, E.R; NORONHA, J.F; FIGUEIREDO, R.S; SILVA JUNIO, R.P. **Estudo de rentabilidade econômica, sob condição de risco, para três sistemas produtivos de bovinocultura de leite em Piracanjuba – GO.** Anais SOBER 2007. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/6/545.pdf>>. Acesso em 24 Nov. 2014.

PERES, A.A.C; SOUZA, P.M; VASQUEZ, H.M; SILVA, J.F.C; CARVALHO, C.A.B; CARVALHO, J.B.P; MORENZ, M.J.F. Análise financeira sob condições de risco de sistemas de produção de leite na região do vale do paraíba/SP. **Boletim da Indústria Animal**, N. Odessa, v.65, n.1, 2008. p. 35-42.

PONCIANO, N.J; SOUZA, P.M; MATA, H.T.C; VIEIRA, J.R; MORGANO, I.F. Análise de viabilidade econômica e de risco da fruticultura na região norte Fluminense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 4, 2004, p. 615-635.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas** (3a ed.). São Paulo: Atlas, 1999.

SABBAG, O.J; ROZALES, R.R; TARSITANO, M.A.A; SILVEIRA, A.N. Análise econômica da produção de tilápias (*Oreochromis niloticus*) em um modelo de propriedade associativista em Ilha Solteira/SP. **Custos e Agronegócio on line**, Recife, v. 3, n. 2, 2007, p. 86-100.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 20 Mar. 2014.

SILVA, F. D. V; CARVALHO, R. M; CAMPOS, R. T. Eficiência e rentabilidade da produção de leite no Estado do Ceará: uma aplicação de fronteira estocástica. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, 2010, p.1-22.

SIMÕES, A.R.P; SILVA, R.M; OLIVEIRA, M.V.M; CRISTALDO, R.O; BRITO, M.C.B. Avaliação econômica de três diferentes sistemas de produção de leite na região do Alto Pantanal Sul-mato-grossense. **Revista Agrarian**, Dourados, v. 2, n. 5, 2009, p. 153-167.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ZOCCAL, R. **Quantos são os produtores de leite no Brasil?** Embrapa – Panorama do Leite, nº 64, 2012. Disponível em <http://www.cileite.com.br/sites/default/files/Conjuntura_2012_03.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2014.

COOPERATIVISMO E PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA

Aline Barasuol¹
Amábile Tolio Boessio²
Gilmar Jorge Wakulicz³
Viviane Flaviano⁴

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar se o gestor contratado da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos, COTRIJUC, ao assumir o cargo, compreende as especificidades de uma organização cooperativa e se isto auxilia no processo de profissionalização da gestão. A Cooperativa localiza-se na região central do estado do Rio Grande do Sul/Brasil e possui um quadro social com 2.941 cooperados. O estudo apresenta abordagem quanti-qualitativa, utilizando-se ainda de um estudo de caso. A partir da análise dos resultados, foi constatado que 85,71% dos gestores entrevistados foram selecionados através de recrutamento interno para os cargos de gestão e esses estão atuando na mesma, em média 12,3 anos. Os gestores entrevistados conhecem e entendem o seu importante papel na organização, pois são eles que dão o suporte necessário para que a cooperativa continue ativa no mercado. Dessa forma, embora não tenha um programa de educação cooperativa, a Cooperativa vem proporcionando ações informais de educação/capacitação cooperativa para seus colaboradores, por meio dos conhecimentos transmitidos dos colaboradores mais antigos aos novos colaboradores.

Palavras-chave: Cooperativas. Gestores contratados. Recrutamento e treinamento.

¹ Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas (UFSM). Mestranda em Extensão Rural (UFV). E-mail: abarasuol@hotmail.com

² Graduada em Tecnologia em Gestão de Cooperativas (UFSM). Mestranda em Extensão Rural (UFV). E-mail: amabiletolio@hotmail.com

³ Graduado em Ciências Econômicas (UFSM). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSM). Doutorado em Engenharia de Produção (UFSM). Prof. Assistente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: gilmarwakulicz@politecnico.ufsm.br

⁴ Graduada em Gestão de Cooperativas (UFV). Mestrado em Administração (UFSM). E-mail: vivianeflaviano@gmail.com

COOPERATIVISM AND PROFESSIONALIZATION OF MANAGEMENT IN AN AGRICULTURE COOPERATIVE

ABSTRACT

The main goal of this study is to analyze the manager of the Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos - COTRIJUC. We will analyze if the managers understand the specifics of a co-operative and if these specifics help in the professionalization process. The COTRIJUC is located in the middle of the state Rio Grande do Sul/Brazil and it has 2,941 people associated. The study encompasses an approach qualitative and quantitative and a case study. Analyzing the results, we realized that 85.71% of the managers interviewed were selected by internal recruitment. Also, these managers are working for about 12.3 years. It was possible to see that the managers have knowledge about their function inside the organization because they are responsible for the activities, profits, and help to the associated of the organization. Even though COTRIJUC does not have a co-operative education program, it has been giving informal educations actions/co-operative training to the managers through the exchange of knowledge between old managers and the new ones.

Key words: Cooperatives. Hired Managers. Recruitment and training.

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização ao qual se está vivendo e o presente cenário econômico mundial vem impondo às organizações a sobrevivência em um ambiente externo cada vez mais competitivo. A luta pela permanência no mercado exige das organizações o desafio de rápida e eficiente adaptação ao cenário, cada vez mais incerto e em constante mudança. “Concorrência acirrada, pressão constante, necessidade de acompanhar as inovações, conflitos, essa é a realidade vivida por milhares de organizações e seus respectivos colaboradores, tendo em vista o dinamismo do mundo e das empresas” (ROMÃO; CONFORTI; LIMA, 2012, p. 4).

Neste cenário, é imprescindível que as cooperativas se adaptem a essas transformações. Entretanto torna-se evidente uma complexa realidade que envolve essas organizações, pois são

organizações diferenciadas, alicerçadas em princípios doutrinários. A identidade desse de empreendimento é formada através de um aspecto principal, o equilíbrio entre três dimensões – social econômica e ambiental -, e essa característica principal exige uma gestão diferenciada da cooperativa, para que haja um real equilíbrio entre suas dimensões e a efetiva permanência no mercado globalizado.

Em decorrência disso, o setor cooperativista vem enfrentando dificuldades de adaptação ao novo contexto e colocando em risco a sua sobrevivência no mercado competitivo e de grande complexidade. Este fato vem exigindo mudanças no ambiente interno das cooperativas para que se tornem organizações mais competitivas, e isto implica na profissionalização da gestão. Neste sentido, as cooperativas têm um grande desafio já que sua gestão está fundamentada em seus princípios doutrinários, dessa forma, a estrutura organizacional está desenhada de acordo com seus objetivos constitucionais, ou seja, quem está na gestão da organização e tem o maior poder de decisão são os seus cooperados, que assumem um duplo papel, dono e usuário.

O processo decisório das cooperativas remete a elas um desafio para se manter no meio hipercompetitivo que estão inseridas, pois se trata de uma estrutura que apresenta um processo mais lento do que as demais organizações, o que exige das cooperativas maior rapidez no processo de gestão e nas tomadas de decisão. O processo decisório tem sido discutido por alguns autores, pois tal trata-se de um princípio doutrinário - Gestão democrática pelos membros. Antonialli (2000) traz as críticas de Zylbersztajn, Bernardo e Jank que exigem desse princípio uma reformulação “na tentativa de imprimir a racionalidade econômica e administrativa nas cooperativas, buscando eficácia interna e externa para alcançarem maior competitividade em relação às empresas não-cooperativas” (ZYLBERSZTAJN (1994), BERNARDO (1996) e JANK (1997) apud ANTONIALLI, 2000, p. 138).

Já o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP (2008) apresenta um problema citado por Jank (S/D). Esse está relacionado com a necessidade da profissionalização da gestão, porque ainda existe uma incerteza por parte das cooperativas em diferenciar propriedade de controle. De fato a propriedade é dos associados, porém o controle precisa ser exercido por equipes competentes capazes de tomar decisões no longo prazo baseadas no comportamento do mercado. Através do exposto, ficam visíveis deficiências e dificuldades na adaptação das cooperativas no cenário econômico, já que as mesmas estão alicerçadas em

princípios doutrinários. Os mercados desse cenário econômico estão cada vez mais rigorosos e agressivos, exigindo das cooperativas, uma maior agilidade e profissionalização na gestão.

Quando está em discussão a profissionalização das cooperativas é importante ressaltar dois aspectos fundamentais: o primeiro está relacionado à profissionalização da direção eleita da cooperativa e o segundo a contratação de profissionais especializados para dar suporte decisório aos dirigentes. Para que a gestão interna da cooperativa esteja de acordo com as necessidades complexas exigidas pelo mercado competitivo, não se pode dar espaço na organização para o amadorismo.

De acordo com Rodrigues (2008, p. 333) “[...] os líderes eleitos definem o rumo, mas os profissionais pavimentam o caminho”. Essa afirmação traz à tona uma preocupação pertinente das cooperativas, encontrar no mercado capitalista, profissionais capacitados, que além de dar suporte necessário nos negócios e às lideranças eleitas, estejam também em conformidade com o objetivo singular da cooperativa. Para isso, é importante investir na formação de recursos humanos, principalmente dos gestores contratados, pois estes precisam conhecer e entender a organização da qual fazem parte, ainda mais se os profissionais contratados não trazem consigo uma cultura de cooperação, o que pode colocar em risco a sobrevivência da organização cooperativa no cenário econômico.

A relevância desse assunto é apresentada por Haas e Reisdorfer (2012). Os autores fizeram uma análise em sete cooperativas da região de Cerro Largo no Rio Grande do Sul, onde questionaram o nível de conhecimento dos dirigentes sobre cooperativismo, mostrando que apenas 14% consideram ter um conhecimento bom sobre o assunto. É mostrado também pelos autores, que os próprios dirigentes reconhecem na entrevista a deficiência sobre o conhecimento de cooperativismo e que precisam aprimorá-lo. Devido à importância deste tema, busca-se entender: de que forma a compreensão dos gestores contratados de uma cooperativa, relacionada ao cooperativismo e à gestão diferenciada de cooperativas, auxilia na eficácia da profissionalização da gestão.

É importante salientar que o setor cooperativista agropecuário tem significativa importância na economia brasileira, pois, ao mesmo tempo em que abastece o mercado interno tem relativa participação nas exportações do país. Em detrimento disso, as cooperativas agropecuárias assumem a primeira posição, como segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro (OCB, 2012). Diante da grande expressão e relevância das cooperativas agropecuárias, tanto para a economia brasileira quanto

para os produtores rurais, o presente artigo tem como organização-alvo uma cooperativa agropecuária, a Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos – COTRIJUC – localizada na cidade de Júlio de Castilhos, na região central do estado do Rio Grande do Sul/Brasil, que traz por visão, “ser a melhor opção de negócio ao cooperado na proporção da sua participação e servir como referencial competitivo” (COTRIJUC, 2012, s.p.).

A partir do exposto, o estudo tem por objetivo analisar se o gestor contratado da COTRIJUC, ao assumir o cargo, compreende as especificidades de uma organização cooperativa e se isto auxilia no processo de profissionalização da gestão. Neste sentido torna-se relevante discorrer sobre a compreensão dos gestores sobre as especificidades do cooperativismo, já que estes são os responsáveis pelo sucesso ou insucesso da cooperativa. Para Rodrigues (2008, p. 309), “não há outra saída. É preciso ser eficiente”. Somente uma equipe administrativa competente e consciente da singularidade da organização em que trabalha pode gerar eficiência e competitividade para a organização como um todo no mercado.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Análise do cenário econômico mundial e a relação com as Cooperativas

O cenário econômico mundial está em constante mudança e transformação exigindo das organizações o desafio de adaptação a ambientes cada vez mais incertos e mutáveis. Em consequência disso, os mercados estão cada vez mais competitivos e rigorosos forçando as organizações a se adequarem a esses novos fatos com muita rapidez e eficiência.

Rodrigues (2008, p. 279) afirma que está em andamento a “Terceira Guerra Mundial”:

[...] a guerra por mercados, por lucros, na qual todos os países estão envolvidos, queiram ou não. Na qual todos os setores econômico-sociais estão lutando, sem direito à opção pela paz. Uma guerra cujas armas não são as nucleares. São as que compõem a moeda da competitividade: custo baixo, eficiência, qualidade, produtividade, preço bom. Uma guerra cujo senhor é o consumidor final, e na qual haverá vencedores e derrotados.

E para estar nessa guerra por mercados, é exigido das organizações um diferencial, o de descobrir oportunidades no meio ao qual estão inseridas e aproveitá-las com eficiência, pois só permanecerão no mercado aqueles que souberem administrar a rapidez das constantes inovações. Com esse cenário, as cooperativas também precisam se submeter ao processo de globalização, tornando-se competitivas e eficientes para vencer a guerra por mercados. É imprescindível que elas estejam adaptadas a essas transformações para sobreviver no mercado e com isso não deixar de cumprir seus objetivos com os seus associados, não desamparar os que dependem de seus empregos e ainda não deixar de se preocupar com a comunidade.

Os autores Jerônimo, Maraschin e Silva (2006) apresentam a ideia de Cook (1995) sobre a competitividade, para este último, independente de ser uma cooperativa ou não, todas as organizações necessitam buscar maior competitividade, ou seja, se preparar e se adaptar as frequentes mudanças que ocorrem no ambiente competitivo e volátil, para isso é imprescindível que se reformulem as estratégias corporativas, pois isso possibilitará o enfrentamento das falhas do mercado. De acordo com Machado Filho *et al.* (2004) o ambiente competitivo tem a tendência de pressionar as organizações cooperativas a se adequar, pois, caso não se adequem às mudanças estratégicas e mercadológicas perderão espaço para os concorrentes mais adaptáveis. “Nesse contexto, a busca por minimização de custos, profissionalização, qualidade, tecnologia, produtividade, entre outros, é imperativa para o sucesso competitivo” (JERÔNIMO; MARASCHIN; SILVA, 2006, p. 79). Nesta dinâmica, como afirma Valadares (2002), é essencial para que estes empreendimentos se mantenham ativos, cooperar internamente e serem competitivos externamente (competitivo perante os mercados).

“Uma sociedade cooperativa é uma empresa constituída e dirigida por uma associação de usuários de forma democrática, objetivando a prestação de serviços tanto para seus sócios quanto para o conjunto da comunidade” (ROMÃO; CONFORTI; LIMA, 2012, s.p.). A existência da identidade cooperativa se dá por suas características singulares, que exige o equilíbrio entre as dimensões, econômica, social e ambiental. Esses aspectos não podem ser ignorados, pois só haverá uma identidade cooperativa se essas três dimensões forem respeitadas. Já, Schulze (1987, apud ANTONIALLI; SOUKI, 2005, p. 03) “[...] afirma que as cooperativas assumem essencialmente, devido aos seus princípios doutrinários, a dupla função de associação (enquanto reunião de pessoas) e de empresa

(enquanto reunião de capital). Por outro lado, os cooperados também assumem o duplo papel de proprietário e usuário do empreendimento”.

Tratando-se de uma organização diferenciada, as cooperativas vêm mostrando fragilidades e deficiências no seu modelo de gestão, comprometendo sua competitividade no mercado. Com isso, Haas e Reisdorfer (2012) concluem que uma das maiores ameaças está na adaptação do modelo de gestão cooperativista frente ao regime capitalista, a dupla dimensão – econômica e social –, e os princípios doutrinários que regem as cooperativas as colocam em uma posição diferenciada quando comparadas as empresas capitalistas. Os mesmos autores ainda argumentam que por se tratar de uma organização onde os associados são donos e usuários ao mesmo tempo, as decisões tomadas pelo conjunto de associados dificulta o processo decisório tornando-o lento e burocrático, totalmente ao contrário do que o atual ambiente competitivo exige das organizações.

A identidade da cooperativa se dá justamente por suas características singulares que exige uma gestão diferenciada, pois é preciso respeitar seus aspectos. Apesar do conflito existente na prática entre econômico e social, esses aspectos não podem ser ignorados, pois só existirá uma identidade cooperativa se houver um equilíbrio entre eles. Para Davis e Bialoskorski Neto (2010, p. 22) a cooperativa precisa “[...] de uma governança, cultura, e processo bastante sólidos para manter a identidade cooperativa, suficientemente flexível para adaptar-se e/ ou resistir ao mercado competitivo”.

A necessidade do equilíbrio entre as duas dimensões requer das cooperativas um cuidado maior no seu gerenciamento, porque queira ou não, acabam criando-se contradições a respeito da verdadeira identidade da organização. A ineficácia administrativa em função do seu modelo de gestão vem colocando em risco a sua sobrevivência no mercado.

2.2 Profissionalização da Gestão das Cooperativas

Atualmente, o cenário de constantes guerras por mercados exige das organizações cooperativas comportamento competitivo, bem como muita eficiência nos processos de gestão. Diante desse contexto, não há como permanecer nessa luta sem o aporte de profissionais capacitados para participarem dos processos decisórios da organização, de acordo com suas peculiaridades, o que leva à necessidade de profissionalizar a gestão.

O SESCOOP (2008) apresenta a ideia de Jank (S/D), de que as cooperativas necessitam profissionalizar a gestão, mas ainda existe uma incerteza por parte das cooperativas em diferenciar propriedade e controle. A propriedade de fato é dos associados, porém o controle precisa ser exercido por equipes competentes capazes de tomar decisões no longo prazo baseadas no comportamento do mercado.

Esse problema, diferenciação entre propriedade e controle, vem sendo discutido ainda por outros autores, pois se trata de um assunto polêmico, o problema está relacionado a um dos princípios cooperativistas que é a Gestão Democrática pelos Membros. Zylbersztajn (2002) argumenta que o duplo papel do cooperado, sendo este dono e usuário, é o maior problema de gestão encontrado nas cooperativas, pois não existe uma clara separação entre propriedade e controle, o que acarreta perda de eficiência gerencial na cooperativa, isso acontece ainda mais com as organizações que tem um elevado grau de complexidade, ou seja, com organizações maiores onde existe um alto número de associados e também onde aumentam os interesses e o oportunismo na relação cooperado e cooperativa.

Zylbersztajn (1994), Bernardo (1996) e Jank (1997) citados por Antonioli (2000, p. 138) criticam esse princípio e exigem uma reformulação desse, “[...] na tentativa de imprimir a racionalidade econômica e administrativa nas cooperativas, buscando eficácia interna e externa para alcançarem maior competitividade em relação às empresas não-cooperativas”(). De acordo com o exposto, apesar das cooperativas serem organizações diferenciadas das empresas de capital, elas devem implementar estratégias individuais para atuarem com sucesso no mercado competitivo, todavia, devem sempre preservar suas particularidades.

Mas como profissionalizar a gestão da organização cooperativa sem perder sua identidade em um cenário instável e complexo? Como sobreviver no mercado competitivo com eficiência? Quais os mecanismos para inserção na economia globalizada? Essas são questões discutidas pelas cooperativas do mundo todo, são problemas que precisam ser solucionados para que as cooperativas continuem competindo com eficiência na guerra por mercados.

Rodrigues (2008) afirma que não se pode profissionalizar a gestão de uma cooperativa como outra empresa qualquer, pois ela não é. O autor ainda insiste que,

o cooperativismo é uma doutrina que tem princípios dogmáticos universais, como

controle democrático, retorno das sobras, remuneração limitada do capital. Na realidade, são princípios que orientam a ação das cooperativas e que lhes dão um perfil diferenciado de qualquer outro tipo de empresa. Trata-se de uma questão conceitual que implica um conjunto de contradições em que, se não for claramente assimilado pelos cooperativistas de uma maneira geral, se corre o risco de perder a identidade (RODRIGUES, 2008, p. 245).

Quando está em questão a profissionalização da gestão nas cooperativas, existem dois aspectos importantes, um está relacionado à profissionalização da direção da cooperativa e outro está ligado à contratação de profissionais especializados para auxiliarem no processo decisório dos dirigentes. A necessidade de profissionalização dos dirigentes das cooperativas é uma questão de sobrevivência para o futuro. As cooperativas não podem mais ser administradas por amadores, curiosos ou aprendizes em um mundo onde os negócios estão extremamente complexos (HAAS; REISDORFER, 2012). Para se ter segurança na tomada de decisões os dirigentes precisam estar em constante busca pelo conhecimento e aprimoramento, pois existem aspectos históricos, culturais, políticos, organizacionais, econômicos, legais, tributários e financeiros que precisam ser levados em consideração no processo decisório da direção, para a organização se manter competitiva na economia globalizada.

A partir do exposto, é possível dizer que a complexidade das transformações de mercado, exige dos gestores, tanto das empresas de capital quanto das cooperativas, novas habilidades e competências e sabendo que o sucesso das organizações depende essencialmente da qualificação de seus gestores, as cooperativas requerem diretores, gerentes, líderes, enfim, uma equipe administrativa qualificada capaz de administrar adequadamente a organização da qual faz parte.

2.3 Recrutamento e Treinamento do Capital Humano das Cooperativas

As organizações cooperativas, por se tratarem de organizações diferenciadas exigem profissionais diferenciados, e por esse motivo encontram dificuldades no processo de recrutamento de pessoal da organização, principalmente para cargos de gestão, pois as cooperativas precisam recrutar profissionais aptos para esses

cargos. Por sua vez, estes profissionais estão inseridos no mercado capitalista e trazem consigo os valores criados pelo meio, valores de competição e que não levam em conta a cultura da cooperação e da solidariedade dentro da organização.

Para Davis e Bialoskorski Neto (2010) é de fundamental importância que exista uma seleção adequada dos candidatos para gerenciar a organização cooperativa, pois os gestores recrutados precisam ter o perfil compatível com a organização. O processo de recrutamento e seleção de uma cooperativa exige um cuidado maior, pois os candidatos procurados precisam atender as necessidades da mesma. O candidato a possível vaga não pode apenas ocupar um cargo dentro da organização, ele precisa entender o seu papel, bem como, entender as particularidades do sistema cooperativista e as singularidades da gestão.

Considerando as condições singulares da gestão de uma cooperativa, a organização precisa se preocupar com uma gestão segura e efetiva em relação aos seus aspectos culturais. E para que isso ocorra, os gestores contratados precisam atender aos critérios exigidos. Para encontrar o melhor candidato para assumir o cargo, a cooperativa pode utilizar dois processos, o recrutamento interno (recrutando funcionários já atuantes na cooperativa) e externo (recrutando pessoal do mercado de trabalho).

Independente do tipo de recrutamento a cooperativa precisa estar ciente do papel fundamental que os gestores contratados têm em dar suporte aos diretores eleitos. Para Davis e Bialoskorski Neto (2010), as cooperativas correm o risco de perder os seus verdadeiros propósitos se não desenvolverem uma cultura de gestão sólida, mas principalmente vão perder aquilo que é sua principal vantagem competitiva no mercado, a sua identidade. “Em suma, essas organizações poderão fracassar sem a mobilização do capital humano e do conhecimento que estão, potencialmente, a sua disposição. Assim, um processo de Gestão Cooperativista de Capital Social é de fundamental importância” (DAVIS; BIALOSKORSKI NETO, 2010, p. 22).

Para tanto, é importante investir na formação de recursos humanos, pois somente por meio disso é que será possível, o sucesso da cooperativa, se esta estiver ciente de que “não se constrói uma cooperativa, sem recursos humanos treinados, educados e motivados” (RODRIGUES, 2008, p. 249).

A formação desse profissional diferenciado coloca às sociedades cooperativas o desafio de estruturar processos internos de qualificação e capacitação, ou então

externamente, quando deveriam desafiar as instituições formadoras a oferecer cursos voltados a essa área, ou pelo menos com conteúdos essenciais direcionados a essa ênfase (DREWS, 2000, p. 38).

Davis e Bialoskorski (2010, p. 21) enfatizam a necessidade da existência de um programa de educação cooperativista “[...] para auxiliar os gestores cooperativistas a atuarem em um contexto muito diferente daquele da grande maioria dos administradores, isto é, em empresas que objetivam apenas o lucro e o capital”. Segundo Cohim Farias (2006) os gestores contratados precisam conhecer de forma global a organização que está sob sua gerência. Para esta mesma autora as técnicas de administração não são suficientes para que se alcance os resultados desejados em uma cooperativa, pois essa necessita de uma administração diferenciada.

Com esta afirmação, fica evidente a importância da cooperativa, preocupar-se com o seu capital humano e investir em programas de treinamento adequados às suas necessidades, principalmente, treinamentos voltados às particularidades da cooperativa e do movimento cooperativista em si. Para se sentir parte da organização qualquer profissional precisa conhecê-la e entendê-la, ainda mais se este não tem uma cultura de cooperação e traz consigo as marcas do individualismo deixadas pelo contato com o regime capitalista.

Por essa razão, é necessário que exista um programa de educação cooperativa continuada, pois somente através dessa ferramenta os gestores entenderão com clareza o diferencial da sua organização, proporcionando crescimento e competitividade institucional através da profissionalização da gestão, e consequentemente, o cooperativismo terá êxito na guerra por mercados.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este artigo apresenta abordagem qualitativa e trata-se ainda de um estudo de caso. A escolha da organização-alvo para este estudo de caso foi pelo fato das cooperativas agropecuárias assumirem um importante papel, tanto para a economia brasileira quanto para os produtores rurais, e ainda por ser o setor mais forte economicamente do cooperativismo brasileiro. A organização escolhida é a Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos – COTRIJUC.

Para a coleta dos dados foram utilizados os seguintes instrumentos: coleta documental referente à COTRIJUC, entrevista aberta com o diretor administrativo, entrevista semiestruturada com a responsável pelo setor de recursos humanos da cooperativa e ainda, a aplicação de questionário com perguntas abertas aos gestores contratados da COTRIJUC. Para a escolha da amostra, quais gestores contratados da organização responderiam aos questionários, foi utilizado o método não probabilístico, pois foram analisados os cargos de gestão contratados mais altos do organograma da cooperativa. Para facilitar o processo de aplicação dos questionários esses foram enviados através do e-mail de lideranças da própria COTRIJUC.

De acordo com o objetivo desta pesquisa, os cargos de gestão selecionados do organograma para a análise, foram os cargos contratados e de mais alto nível, ou seja, os três diretores (Diretor Comercial de Grãos, Administrativo e Financeiro e Comercial de Insumos), bem como, seus respectivos líderes de setor (Moinho, Grãos, Cerealista, Logística, Comunicação, TI, Manutenção, Contabilidade, Financeiro, RH, Postos de Combustíveis, Mercado, Setor Técnico, Rações, Leite, Sementes, Insumos Agrícolas, Peças e Equipamentos, Insumos Pecuários, Máquinas e Implementos). Todos podem ser visualizados na Figura 1 que apresenta o organograma da Cooperativa em questão.

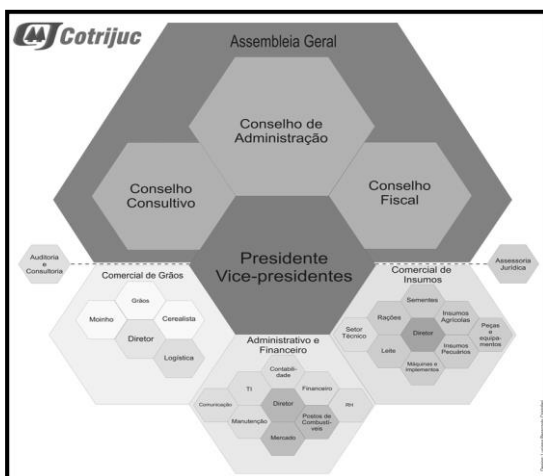


Figura 1 – Organograma da COTRIJUC
Fonte: COTRIJUC (2012)

Os gestores contratados foram escolhidos pela sua influência na tomada de decisões e no suporte que os mesmos dão aos dirigentes associados da Cooperativa. É importante salientar que os três Diretores foram escolhidos, pois os mesmos são contratados e fazem parte da diretoria da Cooperativa, já os Líderes de Setor foram escolhidos, pois esses têm um papel maior do que apenas liderar o setor.

A escolha foi feita, justamente, pela cooperativa depender essencialmente da qualificação de seus gestores para obter sucesso, ela requer que sua equipe administrativa seja qualificada e adequada para administrar a complexidade do negócio, confirmando a afirmação de Rodrigues (2008, p. 333), “[...] os líderes eleitos definem o rumo, mas os profissionais pavimentam o caminho”.

Dos vinte e três cargos de gestão selecionados para a amostra – três Diretores da cooperativa e vinte Líderes Setoriais –, quatorze gestores, ou seja, 60, 87% responderam ao questionário, sendo que destes, onze são Líderes Setoriais e três deles Diretores da COTRIJUC.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos – COTRIJUC

A Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos – COTRIJUC – localizada na cidade de Júlio de Castilhos na região central do estado do Rio Grande do Sul foi fundada em 12 de março de 1950. A cooperativa no momento da pesquisa (2012/II) possuía um quadro social com 2.941 cooperados, a maioria são agricultores familiares – mais de 70% do quadro social é formado por mini ou pequenos produtores. No decorrer dos 62 anos, a COTRIJUC ganhou força e conquistou espaço no mercado, atualmente, atua nas três esferas – mercado regional, nacional e internacional.

A cooperativa configura-se como a maior organização da sua área de ação, nos seis municípios da região onde suas unidades estão presentes, Julio de Castilhos, Pinhal Grande, Ivorá, Itaara, Quevedos e São Martinho da Serra. Além disso, a mesma é a maior empregadora privada de sua área de atuação, tem 236 funcionários efetivos e contrata 80 funcionários a mais em época de safra. Outro ponto importante é a sua participação de mercado na área de ação (nos seis municípios) tanto para grãos comerciais quanto na comercialização dos insumos para as lavouras. A partir do exposto, é possível verificar a visão da cooperativa nesse contexto, “ser a melhor opção de negócio ao cooperado na proporção da sua

participação e servir como referencial competitivo” (COTRIJUC, 2012, s.p.).

A expressiva participação mercadológica da COTRIJUC mostra um significativo grau de competitividade da organização, fator essencial para a sua sobrevivência na “guerra por mercados”. Para entrar nesta guerra e continuar nela sem perder o seu espaço no mercado, a cooperativa teve que se tornar eficiente e remetendo à afirmação de Machado Filho *et al.* (2004), a cooperativa teve que “se adequar, tanto no que diz respeito à sua estruturação organizacional quanto à formulação de estratégias de negócios”.

Como qualquer outra organização cooperativa, o órgão máximo da COTRIJUC, é o seu quadro social, onde as decisões são tomadas nas assembleias gerais da cooperativa, isso pode ser observado na Figura 1 que mostra claramente no organograma a escala de importância organizacional da cooperativa. Em seu estudo, Rossés *et al.* (2010) verificaram que a COTRIJUC adota uma postura de gestão compartilhada, onde o poder decisório da alta gestão é descentralizado, “as decisões estratégicas são tomadas pelo Comitê de Administração e aquelas de maior repercussão são compartilhadas com o Conselho de Administração, garantindo ainda aos cooperados, liberdade de intervenção no processo, sem preocupação com quebra de autoridade organizacional” (ROSSÉS *et al.*, 2010, p. 9). Esse fator de descentralização do processo decisório proporciona à Cooperativa uma eficaz estratégia para vencer um dos principais problemas enfrentados no cooperativismo, que é a dificuldade em equilibrar na gestão os aspectos singulares de uma organização cooperativa (econômico, social e ambiental).

Outro fato de extrema relevância observado na estrutura organizacional da COTRIJUC mencionado pelo Diretor administrativo é o suporte que os gestores contratados dão ao quadro social e à direção no processo de tomada de decisões, pois estes gestores são os atores que participam ativamente no dia a dia do processo de gestão da COTRIJUC. A partir disso, se retoma a colocação de Rodrigues (2008), de que a complexidade das transformações do mercado exige dos gestores novas habilidades e competências, pois o sucesso da organização cooperativa depende essencialmente da qualificação dos gerentes, diretores e líderes. Dessa forma, é visto que a Cooperativa em questão preocupa-se em manter uma equipe competente e capaz de dar o suporte necessário na tomada de decisões, e essa preocupação é importante ressaltar, pois vai ao encontro com a ideia de Haas e Reisdorfer (2012) em que não há mais espaço para administradores amadores, curiosos ou aprendizes em um mundo onde os negócios estão extremamente complexos.

4.2 Processo de recrutamento e seleção na COTRIJUC

De acordo com as normas internas de Recrutamento e Seleção, estabelecidas pela direção da cooperativa, o processo de recrutamento é norteado pelas diretrizes estratégicas do Setor de Recursos Humanos (RH) da COTRIJUC. O recrutamento é determinado a partir do encaminhamento da requisição de pessoal pelo líder de setor, ao setor de Recursos Humanos. Mediante a requisição, é iniciado o processo, o qual prioriza, de acordo com a política de promoções internas, o recrutamento interno. Este considera a formação, experiência e desempenho do funcionário. O recrutamento interno é apresentado pela cooperativa como forma de reconhecimento e incentivo ao desenvolvimento dos funcionários, bem como, este recrutamento é interessante pelo fato do funcionário já estar ambientado com o tipo de organização e com a cultura organizacional.

O processo externo de recrutamento e seleção é acionado quando a necessidade não é suprida pelo processo interno, a divulgação da vaga é feita através dos programas de rádio da cooperativa, cartazes nos locais de acesso público e nos próprios estabelecimentos dos setores. Na sequência, pré-selecionam-se os candidatos que atendem aos requisitos da vaga, fundamentados no documento perfil de cargos e agenda-se com estes uma primeira fase, na qual é realizada uma avaliação psicológica. Após, encaminha-se para uma segunda etapa os candidatos que obtiveram desempenho satisfatório. Esta segunda etapa consiste em uma entrevista individual, coletiva ou com dinâmicas de grupo. Em seguida, alguns candidatos são indicados para uma terceira fase, a entrevista individual do candidato, com os componentes do Comitê de Contratação, composto pelo presidente ou vice-presidente, um diretor contratado, o líder do setor envolvido e líder do setor de RH, psicólogo, possibilitando um elevado nível de segurança no processo.

A seleção do candidato à vaga é estabelecida por consenso do comitê, visando reprimir qualquer espécie de discriminação e preconizando os princípios de justiça, dignidade, igualdade e individualidade das pessoas. No processo de recrutamento e contratação não há nenhuma espécie de vantagem para os candidatos, interferência ou indicação por parte dos cooperados, a vaga é preenchida única e exclusivamente pelas características adequadas ao cargo.

Segundo a responsável do RH, a maior dificuldade percebida no processo de contratação dos gestores é encontrar o perfil de liderança exigido, encontrar profissionais que entendam como gerenciar conflitos e principalmente tratando-se de uma cooperativa, que este profissional entenda as particularidades da cooperativa, não apenas gerenciar conflitos no quadro funcional, mas fundamentalmente entender que a clientela dessa organização também é dona do empreendimento. A colocação da responsável pelo processo de contratação reafirma o que Davis e Bialoskorski Neto (2010) apontam, os autores discutem a importância do processo de recrutamento e seleção dentro de uma cooperativa. Eles afirmam que a exigência e o cuidado devem ser maiores em uma organização que possui particularidades específicas, já que os candidatos recrutados não podem apenas ocupar um cargo dentro da organização, eles precisam entender o seu papel dentro da mesma, bem como, entender as particularidades do sistema cooperativista e as singularidades da gestão de uma cooperativa.

A preocupação com a contratação de gestores preparados e capacitados para auxiliar nos processos de gestão da COTRIJUC é coerente com a preocupação de uma gestão eficiente e preocupada em atender as exigências do mercado, e isso se comprova claramente quando a Líder do RH menciona um fato relevante, que é a baixa rotatividade nos cargos de liderança, pois estes vêm com um histórico de trabalho dentro da cooperativa, ou seja, já estão habituados ao ambiente organizacional, bem como, possuem familiaridade com a organização. Com isso, percebe-se que a identidade cooperativa é algo extremamente presente na COTRIJUC, os colaboradores entendem que gerenciar uma cooperativa é diferente de gerenciar outro tipo de organização, pois estes em grande maioria são colaboradores a um longo tempo na Cooperativa.

De forma contrária, no processo de recrutamento e seleção externo, enfatizado pela responsável do RH, a quantidade de candidatos que tem algum conhecimento prévio sobre cooperativismo e sobre o funcionamento da gestão de uma cooperativa, é um número bastante pequeno, ou quase nulo dependendo do cargo aberto para seleção. Considera-se esse aspecto negativo, pois como afirma Cohim Farias (2006) os gestores contratados precisam conhecer de forma global a organização que está sob sua gerência. Para esta mesma autora as técnicas de administração não são suficientes para que se alcancem os resultados desejados em uma organização cooperativa, pois se trata

de uma organização que necessita de uma administração diferenciada.

Ao final do processo de seleção, todos os funcionários ao serem contratados, participam do Programa de Integração da COTRIJUC realizado pela líder do RH. Segundo o material disponibilizado pela cooperativa, este Programa tem o objetivo de “transmitir aos novos integrantes da organização, conhecimentos sobre a estrutura da cooperativa e seu sistema de trabalho; a filosofia organizacional, missão, visão, valores, política e objetivos da qualidade; os benefícios oferecidos e os programas de qualidade”. Os funcionários recebem o manual de conduta ética da cooperativa e orientações referentes à sua segurança no trabalho. Após, os novos integrantes são encaminhados para conhecer as instalações da organização e os setores, oportunidade em que são apresentados aos outros colaboradores e também o momento de agendamento dos treinamentos iniciais com os setores de apoio. Isso acontece para que os novos contratados possam iniciar suas funções com alguns padrões estabelecidos, sendo que receberão os treinamentos específicos de sua função conforme a necessidade específica. Esta última etapa contempla o cadastramento de senhas de acesso ao sistema, ao e-mail e intranet.

4.3 Gestores contratados da COTRIJUC

A partir da análise dos questionários aplicados aos gestores contratados, verificou-se que a maioria 71,43% dos respondentes é do sexo masculino e apenas 28,57% do sexo feminino. Relacionado à faixa etária, 57,14% tem idade entre 25 e 40 anos, 35,71% tem de 41 a 60 anos, ainda um dos líderes não respondeu à pergunta. Referente à escolaridade, 28,57% têm ensino médio completo e 64,28% possuem ensino superior completo, destes 35,71% da amostra total são pós-graduados, um gestor não respondeu a esta pergunta. Com relação ao tempo de trabalho na COTRIJUC verificou-se à média de 12,3 anos, sendo que o mínimo de tempo de um dos respondentes é de um ano e dez meses e o maior tempo de trabalho é de trinta e dois anos.

Os entrevistados foram questionados sobre qual a relação que tinham com a cooperativa antes da sua contratação. Oito dos entrevistados responderam que não tinham nenhuma relação direta com a COTRIJUC e um destes afirmou que desconhecia da existência da mesma. A ligação de quatro dos gestores com a cooperativa antes de sua contratação era por terem algum familiar associado, um entrevistado mencionou que era estagiário da

cooperativa e outro disse que antes de ser contratado pela cooperativa era cliente da mesma.

Sobre a forma de recrutamento dos gestores atuais, os entrevistados foram questionados se participaram de recrutamento interno ou externo. Dos gestores atuais, 85,71% foram selecionados para o cargo através de recrutamento interno, estão incluídos nessa parcela os três diretores e nove líderes setoriais. Apenas, dois gestores responderam que foram contratados por recrutamento externo⁵. Este dado confirma as colocações da Líder de RH, em que a prioridade é sim a contratação por recrutamento interno e, além disso, a afirmação da baixa rotatividade nos cargos de gestão, já que a Cooperativa exige certas especificações e qualidades nos cargos exigidos.

Com isso é perceptível a valorização por parte da COTRIJUC para com os seus colaboradores, incentivando e motivando o desenvolvimento de seus funcionários e permitindo o seu crescimento dentro da organização. Isso remete a ideia de Rodrigues (2008) de que os profissionais contratados além de dominar a complexidade dos negócios da organização, precisam conhecer as particularidades da cooperativa, sendo necessário saber em que estão dentro de um sistema diferenciado e que precisam levar em conta os aspectos culturais da organização para o efetivo empenho das suas funções. Na COTRIJUC, percebe-se que esse conhecimento é primordial para a ocupação de cargos de liderança da Cooperativa, por esse motivo a maioria dos atuais gestores da Cooperativa são colaboradores selecionados através de recrutamento interno.

Quando questionados se já haviam trabalhado em outra cooperativa antes de serem contratados pela COTRIJUC, 92,85% responderam que não, apenas um disse que estagiou na Cooperativa Agrícola Mista Santa Mariense Ltda. – COASA – que hoje não está mais em funcionamento. Ao serem questionados sobre

⁵ É importante salientar, que embora a maioria dos gestores tenham sido selecionados por recrutamento interno, o que significa que já possuíam algum conhecimento prévio acerca da organização, os mesmos, antes de serem gestores, ou até mesmo, antes de entrarem na cooperativa (em outro cargo) metade não o possuía como será visto posteriormente. Dessa forma, é possível que a resposta da amostra tenha sido dada em relação a este último aspecto. Vale destacar também, que tanto para esse questionamento quanto para as demais questões, os entrevistados podem ter entendido a contratação por recrutamento interno, para os cargos de gerência ou liderança, ou ainda, para os antigos cargos que ocupavam na cooperativa (recrutamento externo).

o conhecimento prévio que possuíam a respeito do cooperativismo e das particularidades da gestão de uma cooperativa no momento da contratação, metade dos gestores analisados apontou que não tinha conhecimento nenhum sobre o assunto, já a outra metade afirma que possuía algum tipo de conhecimento prévio. Porém alguns afirmam ser apenas uma noção sobre o conceito básico de cooperativismo⁶.

Foi solicitado para os entrevistados que possuíam algum tipo de conhecimento sobre cooperativismo que informassem como ficaram sabendo. Dois dos entrevistados disseram ter conhecimento sobre cooperativismo, pois ao serem contratados já eram estagiários da Cooperativa, dois afirmaram ter conhecimento básico sobre esse assunto por meio de familiares associados em outras cooperativas e por fim três gestores disseram ter noção do assunto, pois na época algum familiar era associado da COTRIJUC, sendo que um destes comentou o fato de ter tido uma disciplina na faculdade.

Levando em consideração os dados apresentados anteriormente, foi buscado analisar a percepção dos gestores sobre a necessidade do conhecimento prévio de cooperativismo no processo de gestão e se existem dificuldades nesse processo na falta desses conhecimentos prévios. A maioria dos líderes de setores da COTRIJUC entende que, a falta de conhecimento prévio sobre cooperativismo não dificulta o processo de gestão, suas justificativas estão relacionadas ao fato de existir o Programa de Integração, no momento de admissão, que traz esclarecimentos sobre o assunto. Também justificam pelo fato de que seus colegas mais antigos ensinam e dão apoio aos novos colaboradores nesse sentido.

Os líderes que avaliaram ser relevante o conhecimento prévio sobre cooperativismo e que a falta dele dificulta o processo de gestão, fizeram as seguintes colocações: São importantes, pois são vários setores que fazem parte de uma Cooperativa, cada qual com suas particularidades para serem administrados segundo os princípios de cooperativismo (LÍDER 1, 2012).

Acredito que o conhecimento prévio sobre o cooperativismo contribui para atuação inicial do gestor, facilitando a interação com os

⁶ Novamente, destaca-se que alguns dos entrevistados passaram pelo processo de recrutamento interno, ou seja, alguns cargos de gerência e liderança foram ocupados por profissionais que já atuavam na cooperativa. Sendo assim, esses, adquiriram conhecimento sobre o cooperativismo no dia-dia de trabalho.

cooperados, porém não interfere na execução de processos (LÍDER 3, 2012).

Quando iniciei meu trabalho como gestora já estava ambientada com o sistema cooperativo. por ter atuado durante três anos como analista do setor de RH, tive esse tempo de aprendizado prévio que com certeza me favoreceu (LÍDER 8, 2012).

Seguindo a mesma linha destes três líderes, os três diretores da Cooperativa, também avaliam ser de extrema importância o fato de se ter um conhecimento prévio sobre cooperativismo quando o colaborador assume algum cargo na cooperativa. Um dos diretores disse que quando se tem esse conhecimento há um maior aproveitamento no processo de gestão. Os outros diretores mencionaram que:

Sim se, se tratar de Líderes e Diretores, pela necessidade de conhecimento de ambiente para entendimento da importância dos fatores e questões que se apresentam nos momentos de processos decisórios (DIRETOR 3, 2012).

Sim, trabalhadores que iniciam as atividades em uma cooperativa sem conhecimento básico do sistema e da lei das cooperativas, certamente enfrentarão dificuldades na operação, na gestão e também na esfera tributária (DIRETOR 1, 2012).

Ao serem questionados sobre a importância de existir um treinamento específico sobre o cooperativismo, todos os gestores contratados da COTRIJUC afirmam que, é de extrema importância existir um treinamento nesse sentido. A justificativa desta afirmação dita pelos gestores está nas suas explicações um dos gestores aponta que, “é importante para que os novos colaboradores conheçam o ambiente onde vão trabalhar, porque cooperativa é diferente de empresa privada” (LÍDER 10, 2012). Outros gestores ainda colocam, de uma forma ou outra, a importância de que todos os colaboradores tenham o conhecimento dos conceitos sobre cooperativismo e entendam os interesses e a finalidade da cooperativa. Além disso, indicam importância tanto da direção quanto dos colaboradores aprimorarem os seus conhecimentos já existentes sobre a temática para aplicação diária desses. Outros líderes ainda disseram que:

Com certeza é importante, para que o funcionário tenha noção sobre o sistema cooperativo que o deixará confortável junto ao ambiente de trabalho favorecendo a ambientação junto aos processos (LÍDER 8, 2012).

É estranho entrar em uma organização e não saber o que ela faz, qual suas principais metas e sua filosofia, pois não é só trabalhar por trabalhar, temos que saber de onde viemos e onde queremos chegar (LÍDER 7, 2012).

É importante salientar, a visão de um dos diretores da COTRIJUC sobre esse conhecimento no processo de recrutamento externo:

Quando a contratação for externa para algum cargo de liderança ou direção e o funcionário não tenha conhecimento prévio adequado. É necessário que este treinamento seja aderente a realidade do quadro social desta cooperativa e do contexto mercadológico em que ele está inserido (DIRETOR 3, 2012).

Um último aspecto sobre essa questão é a colocação de dois líderes a respeito da importância do programa de educação cooperativa para a atualização dos gestores, para que dessa forma o sistema cooperativista possa seguir evoluindo atingindo as futuras gerações. Com estas indicações, percebe-se uma importância por parte das cooperativas, ao investirem no seu capital humano, fundamentalmente quando relacionado a treinamentos e capacitações voltadas às especificidades de uma organização cooperativa e do movimento que as direcionam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sobrevivência do cooperativismo em um mundo cada vez mais dinâmico e competitivo depende essencialmente da maneira que as organizações cooperativas estão se adaptando as essas constantes mudanças e transformações dos ambientes e dos negócios. As cooperativas são organizações diferenciadas, seus propósitos e objetivos são baseados em uma doutrina própria, sua identidade é fundamentada em características peculiares, a organização precisa manter o equilíbrio das dimensões, econômico,

social e ambiental, diferentemente das outras organizações que visam somente o lucro e são baseadas nos moldes capitalistas.

Percebe-se com evidência, e que as cooperativas estão envolvidas em uma complexa realidade e que a sua gestão precisa ser profissionalizada. Porém, conforme Rodrigues (2008) afirma não se pode profissionalizar a gestão de uma cooperativa como outra empresa qualquer, pois ela não é. O quadro de gestores da cooperativa precisa ser qualificado adequadamente para administrar com eficiência a complexidade das transformações de mercado sem perder a identidade cooperativa, dessa forma gerenciando esse empreendimento acordo com seus preceitos.

A partir disso, as cooperativas têm uma preocupação pertinente em relação aos seus gestores, tanto em relação às lideranças eleitas, quanto aos colaboradores contratados. Principalmente as organizações cooperativas precisam se preocupar com estes últimos, já que são profissionais que estão “No mercado capitalista, e sua formação foi definida sob regime do lucro” (RODRIGUES, 2008, p. 246). É fundamental que os profissionais contratados conheçam as singularidades da cooperativa, conheçam o sistema cooperativo e que estes, levem em conta os aspectos culturais da organização onde trabalham, para o efetivo desempenho de suas funções.

Este estudo teve por objetivo analisar se o gestor contratado da COTRIJUC compreende as especificidades de uma organização cooperativa e se isto auxilia no processo de gestão. Analisando os resultados obtidos por meio dos métodos de pesquisa utilizados, foi possível pontuar algumas considerações que tem relação direta com o objetivo deste estudo.

Foi constatado que 85,71% dos gestores entrevistados foram selecionados através de recrutamento interno para os cargos de liderança, isso justifica a característica dos gestores de terem conhecimentos específicos sobre cooperativismo e a forma de gerenciamento de cooperativas. Esses atuais gestores da cooperativa estão atuando na mesma, em média 12,3 anos, esse dado mostra que o tempo de trabalho na organização fez com que fossem aprimorados os seus conhecimentos sobre este tema e também proporcionou aos colaboradores o entendimento sobre o seu papel dentro da organização e da complexidade da mesma.

Uma característica relevante percebida na COTRIJUC é o envolvimento dos seus gestores com a organização, ficou claro que os líderes e diretores entrevistados conhecem e entendem o seu importante papel dentro da organização, pois são eles que dão o

suporte necessário para que a cooperativa continue ativa no mercado, atendendo eficientemente os seus cooperados.

Por fim, outro fator de relevância percebido durante a análise do estudo foi que a COTRIJUC embora não tenha um programa de educação cooperativa, vem proporcionando ações informais de educação/capacitação cooperativa para seus colaboradores, pois através dos conhecimentos transmitidos dos colaboradores mais antigos aos novos colaboradores, estes entendem e podem vivenciar a cultura cooperativa dentro da própria Cooperativa. Com isso, sugere-se à cooperativa, que a mesma crie um programa de educação cooperativa continuada para os gestores e demais funcionários, para que todos os funcionários ao adentrarem e ao assumirem novos cargos, compreendam de fato o seu papel dentro da organização e o diferencial que esta tem perante a sociedade. Também é importante que as Cooperativas, assim como o órgão que representa às cooperativas façam parcerias com as instituições de ensino, pois estas são responsáveis pela formação dos futuros profissionais.

6. REFERÊNCIAS

ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Influência da mudança de gestão nas estratégias de uma cooperativa agropecuária. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 135-159, 2000.

ANTONIALLI, Luiz Marcelo; SOUKI, Gustavo Quiroga. Princípios cooperativistas e modelo de gestão: um estudo sobre conflitos de interesses entre grupos de produtores rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2005, Ribeirão Preto-SP. **Anais do XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Ribeirão Preto-SP: FEARP/USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2005. v. 43. p. 1-19.

COHIM FARIAS, Sandra Mary. **Gestão de cooperativa**: um estudo de caso. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador, 2006.

COTRIJUC, Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos. Disponível em <<http://www.cotrijuc.com.br/site/>>. Acesso em: 27 dez. 2012.

DAVIS, Peter; BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Governança e gestão de capital em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **ESAC – Economia Solidária e Ação Cooperativa**. Unisinos, v.5, n 01,p. 01-24, jan/jun 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DREWS, Gustavo Arno. **Gestão de Recursos Humanos orientada ao Comprometimento: A Prática em Cooperativas do Noroeste do RS**. 2000 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas 2002.

HAAS, Fernando Reichert; REISDORFER, Vitor Kochhann. **Estudos de casos: Modelos de gestão e políticas adotadas nas cooperativas de produção e comercialização da agricultura familiar na microrregião de cerro Largo RS – Brasil**. In: II Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo. Porto Alegre, 2012.

JERÔNIMO, Fátima Behncker. MARASCHIN, Angela de Faria. SILVA, Tania Nunes. A gestão estratégica de sociedades cooperativas no cenário concorrencial do agronegócio brasileiro: estudo de caso em uma cooperativa agropecuária gaúcha. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 14, n. 26, p. 71-89. Passo Fundo, 2006.

MACHADO FILHO, Cláudio Antônio Pinheiro; MARINO, Matheus Kfourri; CONEJERO, Marco Antonio. Gestão Estratégica em Cooperativas Agroindustriais. **Caderno de Pesquisas em Administração**. USP, v. 11, p. 61-69, 2004.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Números do cooperativismo brasileiro**. Brasília: Departamento Técnico e Econômico, Banco de Dados. Disponível em <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em 27 dez. 2012.

RODRIGUES, Roberto. **Cooperativismo: Surfando a segunda onda**. São Paulo: [s.n.], 2008. 487 p.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio do Curso de Administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMÃO, Gabriela Araújo. CONFORTI, Thiago Teixeira. LIMA, Tereza Cristina Pinheiro de. **Perfil de gestão: um estudo de caso em**

uma cooperativa agroindustrial. In: VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro, 2012.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli; et al.. **Sistema de Gestão em Cooperativas**: o caso da Cooperativa Agropecuária Júlio de Castilhos. In: VII SEGET - Simpósio de Excelência em Tecnologia e Gestão, 2010, Resende. Anais do VII SEGET, 2010.

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Diagnósticos e Recomendações**. Série Desenvolvimento em Cooperativas. SESCOOP, 2008.

VALADARES, José Horta. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte, maio 2002. (Apostila FORMACOOOP – Mód.II)

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). Agronegócio Cooperativo - reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica com periodicidade trimestral do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural, vi) Saúde e Trabalho no Meio Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade. São publicados textos em inglês, português ou espanhol.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho A5, com dimensões de 14,8 x 210 mm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, sem recuos antes ou depois dos parágrafos, com margens

normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a reapresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são lembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demasiado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;

- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos de dois espaços verticais e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas.

Os tópicos dos artigos não devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações de segunda ordem, sem negrito, conforme exemplo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A região de Ibitinga

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. Os hortigranjeiros e a agricultura familiar

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto. Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores.** Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Acessado em 20/08/2012. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

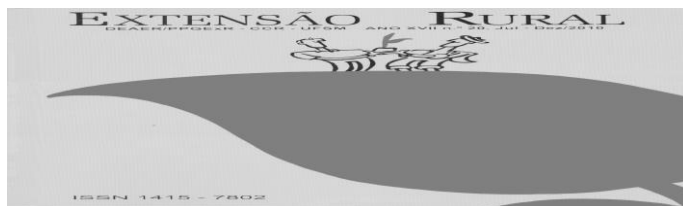


Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,1 123,0	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (checklist) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.